

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

**MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL E PARTIDO
POLÍTICO NA CONTEMPORANEIDADE:** contradições no período do
governo Lula (2007/2010)

ANDRÉA ALICE RODRIGUES SILVA

RECIFE/2011

ANDRÉA ALICE RODRIGUES SILVA

**MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL E PARTIDO
POLÍTICO NA CONTEMPORANEIDADE: contradições no período do
governo Lula (2007/2010)**

Dissertação apresentado pela discente
Andréa Alice Rodrigues Silva, orientado
pela Professora Dra. Maria de Fátima
Gomes de Lucena, para fins de aprovação
do Mestrado em Serviço Social da UFPE.

RECIFE/2011

Silva, Andréa Alice Rodrigues

Movimento estudantil de serviço social e partido político na contemporaneidade: contradições no período do governo Lula (2007/2010) / Andréa Alice Rodrigues Silva. - Recife : A Autora, 2011.

138 folhas.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria de Fátima Gomes de Lucena.
Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2011.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Movimento Estudantil de Serviço Social. 2. Partido Político. 3. Lutas Sociais. I. Lucena, Maria de Fátima Gomes de (Orientadora). II. Título.

361 CDD (22.ed.)

UFPE/CSA 2011 - 126



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO

Ata da Defesa de Dissertação do Curso de Mestrado em Serviço Social, realizada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco. Às dezesseis horas do dia vinte e seis de agosto do ano de dois mil e onze, no Anfiteatro do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a Defesa de Dissertação intitulada: **“Movimento Estudantil de Serviço Social e Partido Político na Contemporaneidade: contradições no período dos governos lulas”** de autoria da Mestranda **Andréa Alice Rodrigues Silva**, a qual já havia preenchido todas as demais condições exigidas para obtenção do Grau de Mestre em Serviço Social. A Banca Examinadora aprovada pelo Colegiado do Curso e homologada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, processo número 23076.012497/2011-91, foi constituída pelos seguintes Professores: **Maria de Fátima Gomes de Lucena, Doutora em Ciências Sociológicas**, Orientadora e Examinadora Externa; **Maria do Socorro de Abreu e Lima, Doutora em História**, Examinadora Externa; **Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá, Doutora em Filosofia**, Examinadora Interna; **Daniel Álvares Rodrigues, Doutor em Educação**, Suplente Externo; **Denis Antonio de Mendonça Bernardes, Doutora em História Social**, Suplente Interno. Na qualidade de Orientadora, a **Dr.ª Maria de Fátima Gomes de Lucena** presidiu os trabalhos e após as devidas apresentações, convidou a candidata a discorrer sobre o conteúdo da Dissertação. Concluída a apresentação, a candidata foi arguida pela Banca Examinadora, que após as devidas considerações finalizou os trabalhos e decidiu **...APROVAR...** a Dissertação com as seguintes menções: **Dr.ª Maria de Fátima Gomes de Lucena: ...APROVADA...**; **Dr.ª Maria do Socorro de Abreu e Lima: ...APROVADA...**; **Dr.ª Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá: ...APROVADA...** E para finalizar, lavrei a presente ata que será assinada por mim e por quem de direito. Recife, 26 de agosto de 2011.

BANCA:

Maria de Fátima Gomes de Lucena
Prof.ª Dr.ª Maria de Fátima Gomes de Lucena

Socorro Abreu
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro de Abreu e Lima

Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá
Prof.ª Dr.ª Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá

MESTRE:

Andréa Alice Rodrigues Silva
Andréa Alice Rodrigues Silva

DEDICO este trabalho:

À Flor e ao Botão que me fizeram refletir e amar, como nunca, durante esse processo de elaboração da dissertação. E isso com muita poesia.

Às sementes revolucionárias plantadas por muitos, em especial da “nuestra” América que, de uma forma envolvente, encantaram-me com esse processo gostoso e “doloroso” da militância.

Às (os) militantes do MESS - que foram, que são e que virão.

A minha família, principalmente, meu pai e minha mãe, que amo de coração. E a todas (os) minhas (meus) amigas (os) que estão sempre ao meu lado, mesmo a distância.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

À minha mãe e ao meu pai que mesmo a distância me apoiaram em tudo, em todo esse período, que foi minha primeira experiência morando fora de casa. Experiência com a qual aprendi “a dor e a delícia de ser o que sou” e descobri que a essência do que eu sou está, principalmente, na vivência desses dois guerreiros.

A todos meus familiares. Em especial a minha tia Maria do Carmo – tia Netinha, a minha cunhada Adriana, as minhas afilhadas Letícia e Mariana Flor, a minha sobrinha Sthephany, ao meu sobrinho Juan, a minha tia Márcia e sua família, a minha vó Rita, aos meus irmãos André e Junior, à lembrança dos meus avós (que se chamavam Luiz e minha querida avó Maria Luiza-Malu). A todos meus familiares que não citei, mas que contribuíram direta ou indiretamente nesse processo. Sem esquecer da minha irmã de coração, Nathália Naly.

A Mércia Lima da Silva, que nesse curto período, menos de dois anos de convivência intensa, me mostrou o que é batalhar nessa vida. Mostrou-me que “a vida é a batida de um coração”, ou seja, um coração cheio de graça. Mercinha você é LINDA menina, flor-menina. E não esqueça que a felicidade é uma questão de pontaria/poesia. E esta você exala.

A Miguel Ângelo da Silva, que me fez entender, sentir e viver a convivência, o cuidado e amor a uma criança, o que já tinha aprendido – em especial com Mariana, e de certa forma, com Isabela. Já tinha aprendido, mas Miguel me fez entender, sentir e viver essa experiência única. Menino lindo e meigo que me fez

refletir nos seus momentos de choros, fez-me sorrir com seu sorriso e me fez amar. Pesado.

A todas as pessoas que residiram comigo: Larisse, Evelyne, Gleisa e Alessandra (Ale). Todas deixaram um pedaço e/um aprendizado bem particular de cada uma comigo no período em que convivemos e trocamos experiências tão intensas. E nesse último período de conclusão da dissertação e de muitas emoções na minha vida, Alessandra foi essencial.

A Larisse, sem a qual não teria chegado, como cheguei, ao mestrado da UFPE, que me mostrou que devemos sempre sonhar e buscar uma “casa no campo do tamanho ideal”. Você merece tudo de bom nessa VIDA. Pode sempre contar comigo para o que der e vier. Você sabe disso.

Às minhas amigas e meus amigos, de Pernambuco e de longe (de todos os lugares por onde passei). Pessoas tão especiais que nem sei expressar minha gratidão, pois seriam páginas e páginas de agradecimentos. Por isso vou citá-las (os), tendo a certeza de que cada uma (um) sabe a importância que teve nesse processo: **Wilzinho** – que apareceu na hora certa e no momento certo; **Sil**, mamoninha do hipotálamo; Nat Lama; **May** meu ... (a nossa amizade, suas ligações e preocupações); **Zé** (idem); Suamy e todas (os) com as (os) quais convivi em Pernambuco.

A todas (os) que conheci no CALSS UECE e no MESS em especial a Estênio e sua família, a Aniely, a Rani, a Saly, a Val, a Meire, a Rebeca, a Doiu, a Luana, a Delany, a Pepe, a Rochele, a Helo, a Cris, a Márcia, a Flavia, a Mira, a Junior, a Diane e companhia, “à galera nova e à galera velha”, a Amanda, a Cris do RN, a Karyny – grande amiga – e a todas (os) que se encontravam na mangueira atrás dos DAs. Enfim, a todas (os) meu sincero agradecimento por não terem somente passado na minha vida, mas marcado a mesma...

À minha turma de mestrado com a qual aprendi muito.

Às professoras da UFPE. Em especial a professora Zélia Pereira, que me acompanhou durante toda a elaboração deste trabalho, pela sua coerência intelectual, pessoal e profissional. Nela encontrei um porto seguro para minhas limitações, que não foram poucas. À professora Maria de Fátima Gomes de Lucena, que me acolheu e compreendeu o pedido (meu e de Zélia) de contribuição no processo final de conclusão da dissertação e, com isso, teve um papel importantíssimo e inquestionável. Agradeço em especial a essas duas professoras pelo acompanhamento necessário e coerente nesses dois anos de mestrado

Às professoras da UECE que tiveram sua participação nesse processo.

A Mirla Cisne e Tatiana Brettas, que estiveram comigo antes e durante esses dois anos. Colaboraram de forma ESSENCIAL no meu processo de preparação para o mestrado, na minha formação acadêmico-profissional e na minha militância. A cada uma, com suas particularidades e com sua beleza – não só física –, o meu agradecimento MESMO.

A Janaiky, por me acolher SEMPRE. Acho que isso diz tudo.

A Lenira, pelas trocas de dados para nossas pesquisas e pelo seu belo trabalho em sua dissertação.

A todas e todos da III turma de Especialização em Estudos Latino-americanos ENFF-UFJF, da qual faço parte, turma com a qual renovo a mística da militância e do estudo em cada etapa. Agradeço às (aos) paraguaias (os), às (aos) argentinas (os) e às (aos) brasileiras (os). A todos que com suas subjetividades e particularidades de suas organizações, encantam e renovam o meu “desejo, minha necessidade e minha vontade” de lutar coletivamente por outra forma de

sociabilidade.

A todas e todos da Consulta Popular, que seguem firme e com muita mística, enfrentando os desafios. Em especial a Gleisa e a Ana Gusmão, com sua família – companheiras sempre presentes nessa minha estada no Recife e, com certeza, no restante de minha vida.

Enfim, agradeço a todas as “toupeiras” desse mundo, que se mexem e corroem as estruturas do capitalismo em busca de uma outra sociabilidade.

Entre livros, estudos, saudades,
alegrias, muito aprendizado,
poesia, mística, sonhos e lutas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS – Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social.

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

AE – Articulação de Esquerda.

AI – Ato Institucional.

AI-5 – Ato Institucional n.º 5.

AIB – Ação Integralista Brasileira.

ALEITS – Associação Latinoamericana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ou Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social.

AMES – Associação Municipal de Estudantes Secundaristas.

ANAS – Associação Nacional de Assistentes Sociais.

ANEL – Associação Nacional de Estudantes Livres.

ANL – Aliança Nacional Libertadora.

AP – Ação Popular.

BM – Banco Mundial.

CALSS – Centro Acadêmico Livre de Serviço Social.

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base.

CENEAS – Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais.

CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social.

CFPMESS – Curso de Formação Política do Movimento Estudantil de Serviço Social.

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores.

CIMI – Conselho Indígena Missionário.

CNE – Conferência Nacional dos Estudantes.

CONESS – Conselhos Nacionais de Entidades Estudantis de Serviço Social.

CONLUTE – Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes.

CORESS – Conselhos Regionais de Entidades Estudantis de Serviço Social.

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social.

DA – Diretório Acadêmico.

DNE – Diretório Nacional de Estudantes.

EAD – Ensino a Distância.

ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes.

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.

ENESS – Encontro Nacional de Serviço Social.

ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.

EQM – Eu Quero Mais.

ERESS – Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social.

FENEX – Federação Nacional de Executivas de Curso.

FHC – Fernando Henrique Cardoso.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

FUEC – Frente Unida dos Estudantes do Calabouço.

GLBTT – Movimento de Gays, Lésbica, Bissexual, Travestir, Transexuais.

IC – Internacional Comunista.

IES – Instituições de Ensino Superior.

JUC – Juventude Universitária Católica.

ME – Movimento Estudantil.

MEC – Ministério da Educação.

MESS – Movimento Estudantil de Serviço Social.

MS – Movimento Social.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados.

MTIC – Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio.

MUDES – Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social.

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMC – Organização Mundial do Comércio.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PAC – Plano de Aceleração do Crescimento.

PC – Partido Comunista.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PC do B – Partido Comunista do Brasil.

PCR – Partido Comunista Revolucionário.

PCO – Partido da Causa Operária.

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação.

PDP – Projeto Democrático Popular.

PDS – Partido Democrático de Esquerda.

PPP – Parcerias Público-Privadas.

PROUNI – Programa Universidade Para Todos.

PSD – Partido Social Democrata

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade.

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados.

PT – Partido dos Trabalhadores.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

PUC – Pontifícia Universidade Católica.

REUNI – Plano de Reorganização e Expansão das Universidades Federais.

SESSUNE – Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE.

SINAES – Sistema Nacional da Educação Superior.

SNFPMESS – Seminário Nacional de Formação Profissional e MESS.

SRFPMESS – Seminário Regional de Formação Profissional e MESS.

UCSAL – Universidade Católica de Salvador.

UDN – União Democrática Nacional.

UECE – Universidade Estadual do Ceará.

UEE – União Estadual dos Estudantes.

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba.

UFAL – Universidade Federal de Alagoas.

UFF – Universidade Federal Fluminense.

UFPB – Universidade Federal da Paraíba.

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco.

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

UFS – Universidade Federal de Sergipe.

ULBRA – Universidade Luterana do Brasil.

UNB – Universidade de Brasília.

UNE – União Nacional dos Estudantes.

UMES – União Municipal de Estudantes Secundaristas.

URSS – União das Republicas Socialistas Soviéticas.

USAID – Unites States Agency for Internacional Development.

USF – Universidade São Francisco.

RESUMO

Esta dissertação analisa o Movimento Estudantil (ME), particularmente o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) e sua relação com os partidos políticos, inserido no contexto das lutas sociais em um período do governo petista no Brasil (2007-2010). Para isso, realizamos um resgate histórico que explicita a relação do ME com tal organização política da classe trabalhadora. Logo após, focamos na questão partidária, entendendo o partido político como um dos instrumentos políticos da classe trabalhadora que interfere, direta e indiretamente, no ME e no MESS. Por fim, analisamos as contradições e desafios do MESS na atualidade, o qual direciona o posicionamento político e a organização das(os) estudantes do curso de Serviço Social que estão inseridas(os) num contexto maior de luta de classes na sociedade capitalista na qual vivemos. No desenvolvimento deste estudo, como forma de aprofundar o conhecimento do objeto investigado, utilizamos a pesquisa de campo, com a realização de entrevistas semi-estruturadas. Constatamos, então, um momento de desmobilização do MESS, que é reflexo de toda a conjuntura perversa e complexa vivenciada na atualidade. Mas, contraditoriamente, há um movimento de resistência e de tentativa de mobilizar e fortalecer o movimento referenciado pela parceria construída entre as entidades representativas do Serviço Social em nível nacional, e a luta que estas entidades desenvolvem para direcionar politicamente, de uma forma crítica, a formação e o exercício profissional das(os) assistentes sociais vinculadas(os) à construção de outra sociabilidade. Isto é, aliada às lutas da classe trabalhadora brasileira para além do capital. Nesse sentido, constatamos a importância da relação MESS com os partidos políticos no quadro geral de contradições em que o ME está inserido.

Palavras-chave: Movimento Estudantil de Serviço Social; Partido Político; Lutas Sociais.

ABSTRACT

This dissertation examines the Student Movement (ME), specifically the Student Movement of Social Work (MESS) and its relationship with the political parties, inserted in the context of social struggles in the period of the PT government in Brazil (2007-2010). For this, we conducted a historical review that explains the relationship of the ME with the political organization of the working class. Soon after, we focus on partisan issue, understanding the political party as one of the political instruments of the working class that interferes directly and indirectly, in the ME and MESS. Finally, we analyze the contradictions and challenges of today MESS, which directs the political positioning and organization of the social work course students that are inserted in a larger context of class struggle in the capitalist society in which we live. During the development of this study and as a way to deepen the informations about the object under investigation, we conducted a field research using semi-structured interviews. Then we found a moment of demobilization of the MESS, which is a reflection of the entire complex and perverse conjuncture experienced today. But at the same time, there is a resistance movement and an attempt to mobilize and strengthen the movement referenced by the partnership built between the representative bodies of the Social Work at the national level and the struggle that these entities develop to politically direct, in a critical manner, the formation and the professional exercise of the social workers connected to the construction of another sociability, coupled with the struggles of the brazilian working class beyond the capital. This way, we conclude the existence of the importance of the relationship between the MESS and the political parties at the contradictions in general s inserted the ME.

Keywords: Student Movement of Social Work; Political Party; Social Struggles.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 CAPÍTULO I	28
✓ “A HISTÓRIA NÃO TEM FIM... MAS TEM COMEÇO” : a organização e a participação política das(os) estudantes de Serviço Social e sua aliança histórica com a classe trabalhadora no Brasil.	
1.1 O ME e a luta da classe trabalhadora no Brasil : uma aliança histórica.	31
1.2 “SERÁ QUE É TUDO ISSO EM VÃO?” : UNE, marco da participação política estudantil nas lutas sociais.	42
1.3 MESS : organização política dos estudantes de Serviço Social.	52
2 CAPÍTULO II	59
✓ “ESSE É TEMPO DE PARTIDO, TEMPO DE HOMENS PARTIDOS” : o MESS e a participação das(os) estudantes de Serviço Social na política partidária	
2.1 Partido Político : um instrumento político de luta.	61

2.2 MESS e a relação com os partidos: a defesa da autonomia no movimento.	69
2.3 MESS, hegemonia e poder: os desafios da luta em defesa do ensino público.	73
3 CAPÍTULO III	82
✓ “DESEJO, NECESSIDADE, VONTADE”: as contradições na relação MESS e partido político.	
3.1 MESS: os entraves e bloqueios enfrentados na direção política.	84
3.2 “NOS ORGANIZANDO PODEMOS DESORGANIZAR E DESORGANIZANDO PODEMOS NOS ORGANIZAR”: a quebra da hegemonia presente no MESS.	93
3.3 Mudanças na ENESSO: impasses na relação do movimento estudantil com os partidos políticos.	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
BIBLIOGRAFIA	111
ANEXOS	120

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

“Que a caminhada seja alegre
Que os passos sejam firmes
Que as amizades sejam sinceras
E a poesia não muito triste, antes profeta!

Que tua juventude não canse
E que tua voz não cale
Que teus sonhos não murchem
E que a fé não falhe!

Que a luta te encante (cada vez mais)
E a ternura se faça sempre presente!

Ternura e resistência!”
Evenice Neta¹

Nesta dissertação, desenvolvemos um estudo sobre a relação do Movimento Estudantil (ME), mais especificamente o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), com os partidos políticos existentes no país que atuaram neste espaço de lutas sociais estudantis no período de 2007-2010.

Desse modo, enfatizamos o processo de refluxo das lutas sociais e suas contradições no contexto de chegada de um governo “progressista” ao poder, o que ocorreu especialmente em determinados países da América Latina.

¹ Militante e poetisa dos movimentos sociais em Fortaleza, Ceará.

Presenciamos, particularmente no Brasil, a ampliação do processo de privatização do ensino superior e uma contínua tentativa de desmonte das universidades públicas, o que rebate diretamente nas ações e articulações do ME e do MESS, proporcionando-lhes novos desafios políticos e organizativos.

Nesse sentido, destacamos o MESS como um movimento que tem relevante contribuição na organização política dos cursos de Serviço Social e no seu direcionamento político-organizativo, construído cotidianamente pelas(os) estudantes desses cursos. Cabe destacar que esse processo não se dá de forma homogênea. Vale ainda dizer que se tem um processo com mais de 30 anos de reorganização do MESS, pós-ditadura militar de 1964, caracterizado por intensas mudanças relacionadas com a própria organização política da profissão e das lutas sociais da classe trabalhadora, que se associam diretamente com as transformações sociais ocorridas naquele período.

Assim, este movimento é um espaço de contribuição para o processo de formação política e profissional dos estudantes de Serviço Social, no qual se possibilita, através de formações, debates e seminários, o envolvimento político das(os) estudantes na construção e consolidação do projeto ético-político da profissão. Isto porque esse espaço proporciona discussões, debates e, conseqüentemente, a construção da luta por um projeto societário comprometido com igualdade, liberdade e justiça social, ao qual se vincula o projeto profissional do Serviço Social, atualmente hegemônico.

O nosso interesse pelo tema das lutas sociais estudantis no Serviço Social surgiu em virtude da participação em espaços de debate MESS e da categoria² das(o)s Assistentes Sociais. Destacamos também as participações em gestões do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social (CALSS)³, na gestão da Coordenação

² Aqui nos referimos às atividades realizadas e organizadas pelo Conselho Federal e Regional de Serviço Social (conjunto CFESS/CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Regional da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO)⁴, juntamente com as demais experiências acadêmicas vivenciadas no curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE), desde o segundo semestre de 2003, quando ingressamos na universidade.

Inicialmente, a inquietação e o interesse investigativo em torno do MESS e sua relação com o projeto ético-político foram desenvolvidos em razão de sua importância no direcionamento político do curso de Serviço Social na sociedade. Para isso, primeiramente desenvolvemos um estudo para o projeto de pesquisa no sétimo semestre da graduação, intitulado: “Quem traz na pele essa marca possui a estranha mania de ter fé na vida: o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) e sua contribuição na formação política e profissional das(os) estudantes”. O objetivo principal deste projeto de pesquisa foi analisar como este movimento se estrutura e contribui para o desenvolvimento de atividades das(os) estudantes de Serviço Social e como estas atividades influenciam na formação política e profissional das(os) estudantes desse curso.

A pesquisa foi uma das fontes de elaboração do estudo monográfico que tem como título: “Um convite à rebeldia: uma reflexão sobre o Movimento Estudantil de Serviço Social e seus desafios na contemporaneidade”. O objetivo central desta monografia foi analisar o processo de 30 anos de (re)organização política do MESS (da década de 1970 à de 2000), com base na relação existente entre os avanços e dificuldades conjunturais nesse processo.

A participação nos fóruns dos MESS⁵, em uma perspectiva crítica, a observação da atuação dos militantes deste movimento, da vinculação dos

³ Participação nas gestões do CALSS/UECE: “Nos organizando podemos desorganizar (2004/2005)”, “Vamos nos permitir (2005/2006)”, “Nada há temer senão o correr da luta (2006/2007)”, “Sonhos semeando um mundo real (2007/2008)”, “Fazer brotar a flor do inacessível chão (2008/2009)”.

⁴ Participação na coordenação regional da ENESSO (região II) na gestão (2007/008): “Em busca da utopia nas asas da liberdade”. Gestão que teve a participação de estudantes da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

⁵ Estes encontros foram: os Conselhos Regionais e Nacionais de Entidades Estudantis de Serviço Social (CORESS e CONESS) e os Encontros Regionais e Nacionais de Estudantes de Serviço Social (ERESS e

mesmos a partidos políticos, a atual situação do MESS, em processo de reorganização e de intensos debates (que demonstram tentativas de aparelhamento e aversão aos políticos), juntamente com o acúmulo teórico sobre o tema – propiciado pelo desenvolvimento dos trabalhos durante o curso de graduação – desencadearam a construção deste estudo. Consequentemente, tal estudo se consolida e se concretiza a partir da dissertação aqui apresentada.

Assim sendo, nosso objetivo foi analisar a relação existente entre o MESS e os partidos políticos durante os governos Lula, no período de 2007 a 2010. Enfocando a trajetória política do MESS e suas alianças e oposições, particularizando a atuação dos partidos políticos. Deste modo, procuramos entender as contradições no interior da relação do movimento estudantil com os partidos. Vale ressaltar, ainda, que o recorte no período ocorreu devido à implementação de leis e decretos que deram corpo às “Reformas” Educacionais no governo Lula.

O procedimento metodológico utilizado na presente pesquisa é referenciado pelo materialismo histórico-dialético, a partir da percepção da totalidade da vida socioeconômica em termos das contradições inerentes à sociabilidade capitalista. É notório, assim, que a relação do MESS com os partidos políticos está inserida em um período conjuntural complexo. Relação esta que envolve resistências, cooptações e contra-reformas que estão diretamente articuladas na formulação de nosso objeto de estudo na presente dissertação de mestrado em Serviço Social.

Levamos em consideração todo o processo histórico, divergindo da perspectiva de uma visão isolada, focalizada, isto é, fragmentada dos fatos. Essa pesquisa pretende buscar uma aproximação com a essência do nosso objeto de estudo, superando, portanto, sua aparência fenomênica. Para isso, faremos um estudo da realidade como síntese de múltiplas determinações, pois

ENESS), que ocorrem anualmente; os Seminários Regionais e Nacionais de Formação Profissional e MESS (SRFPMESS e SNFPMESS), que são realizados bianualmente; e o Curso de Formação Política do MESS (CFPMESS).

O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta diferente daquilo que é. (KOSÍK, 1976, p.11).

A escolha e delimitação do objeto foram centrais no decorrer dessa pesquisa, pois interferem diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível delinear e qualificar, de uma forma cada vez mais aprofundada, o objeto estudado. As categorias de análise que orientaram essa pesquisa foram: partido político, lutas sociais e movimento estudantil de Serviço Social.

No momento do desenvolvimento do trabalho e como forma de aprofundar as informações sobre o objeto investigado, utilizamos a pesquisa bibliográfica através de livros, monografias, dissertações, teses e artigos. Em relação à categoria partido político, utilizamos alguns autores clássicos como Vladimir Lênin, Rosa Luxemburgo e Antônio Gramsci, em especial. Para discutir sobre lutas sociais teremos como referência Karl Marx e Friedrich Engels.

Em relação ao movimento estudantil de Serviço Social e à direção política das entidades organizativas da categoria das(os) Assistentes Sociais contribuíram para dar sustentação aos nossos estudos as produções de Elaine Rossetti Behring, Sâmya Rodrigues, Silvana Santos, entre outros(as) pesquisadoras (es).

Além disso, realizamos uma pesquisa documental, que contribuiu para a análise dos dados produzidos. Os documentos priorizados foram: teses de segmentos do MESS apresentadas nos ENESS, deliberações máximas dos(as) estudantes de Serviço Social construída também nos ENESS, jornais e boletins de Serviço Social propagandeados em nível nacional e documentos do MESS, em geral. Todas essas informações são referentes ao período estudado.

Utilizamos, ainda, a pesquisa de campo. Realizamos entrevistas semi-estruturadas, empregadas no intuito de proporcionar o resgate da atuação do MESS ao longo de sua história. Isto porque sabemos que a entrevista não é somente a formulação de perguntas soltas realizadas através de algum tipo de roteiro, conforme as contingências das situações ou do entrevistado. (Tachizawa e Mendes, 1999).

Nosso trabalho converge na direção de Otávio Cruz Neto (1994), quando afirma que, através da entrevista, o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos sujeitos políticos. Como importante recurso no registro das informações, a entrevista não representa uma conversa despreziosa e neutra, pois se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelas(os) entrevistadas(os) enquanto “sujeito-objeto” da pesquisa e que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focada.

Sendo assim, em nossa pesquisa foram realizadas entrevistas com uma(um) integrante e/ou ex-integrantes das coordenações da ENESSO que participaram do MESS em cada ano no período dos dois governos Lula. Incluindo a pesquisa que corresponde do ano de 2007 até o ano de 2010.

Deste modo, entrevistamos ex-integrantes e integrantes da época das gestões que corresponderam aos anos de 2004/2005, 2005/2006, 2006/2007, 2007/2008 e 2009/2010. É importante mencionar que no ENESS de 2008 não foi eleita a gestão da coordenação nacional da ENESSO e a eleição das coordenações estaduais foram bem conturbadas. Por este motivo, não foram realizadas entrevistas no que se refere à gestão de 2008/2009, totalizando, assim, cinco entrevistadas(os).

Assim sendo, procuramos identificar a relação destas(es) com os partidos políticos inseridos no MESS, a contribuição dessa participação partidária ou a não participação na sua militância no movimento estudantil e no direcionamento político-organizativo deste movimento.

Esta parte da pesquisa teve o intuito de coletar mais dados que contribuíssem para a construção deste estudo. Assim, através dos procedimentos metodológicos, objetivamos apreender a relação dos partidos políticos com o direcionamento político e organizativo do MESS durante o período do governo Lula 2007-2010.

Todos os dados coletados foram tratados de forma sigilosa e confidencial. Houve a necessidade de transcrição, por extenso, das falas no corpo de dissertação e, por isso, mencionaremos as(os) entrevistadas(os) como: Entrevistada 1, Entrevistado 2, Entrevistada 3, Entrevistada 4 e Entrevistada 5. Todas(os) as(os) entrevistadas(os) foram devidamente informadas(os) de que a participação na entrevista poderia acarretar alguns desconfortos, riscos e benefícios – conforme as exigências do Comitê de Ética. Para reduzir ao máximo estes possíveis efeitos, adotamos rigorosamente todos os procedimentos de sigilo durante a pesquisa⁶.

De forma a complementar os dados e informações sobre o MESS nas relações com os partidos e identificar os conflitos, consultamos teses e deliberações dos ENESS e realizamos uma pesquisa documental, que ajudou a enriquecer a análise dos dados produzidos. Os documentos priorizados foram: teses de segmentos do MESS apresentadas nos ENESS, deliberações máximas das(os) estudantes de Serviço Social construídas também nos ENESS, jornais e boletins de Serviço Social propagandeados em nível nacional e documentos do MESS em geral. Vale mencionar que todas essas informações são referentes ao período estudado.

O estudo aqui apresentado é composto por três capítulos. No primeiro, realizamos um resgate histórico da trajetória desses movimentos, focando nas suas lutas; fizemos um recorte sobre a atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e de sua importância na organização estudantil. Por fim, neste mesmo

⁶ Esta informação aos participantes foi um pré-requisito do Comitê de Ética da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para a elaboração e aplicação das entrevistas.

capítulo, resgatamos a trajetória histórica do Movimento Estudantil de Serviço Social.

No segundo capítulo, a partir da contribuição intelectual de Gramsci, analisamos a relação dos partidos políticos com o MESS, no Brasil. Ressaltamos, em particular, os partidos referenciados pela aliança com a classe trabalhadora, e desenvolvemos uma análise sobre a realidade partidária no Brasil na conjuntura atual.

Por fim, já no terceiro capítulo, analisamos as contradições dessa relação MESS e partidos políticos, as contradições e desafios do MESS, na atualidade, enquanto instrumento político que direciona em termos ético-políticos o posicionamento político e a organização dos estudantes do curso de Serviço Social, inseridos num contexto maior de luta de classes na sociedade capitalista na qual vivemos.

A relevância em realizar essa pesquisa se dá pela necessidade de fortalecer e propiciar diálogos para a produção de conhecimento. Pretendemos, assim, contribuir para o processo de acúmulo teórico, organização política e para o entendimento do direcionamento político desse curso, bem como das lutas sociais da classe trabalhadora que se relacionam com as expressões da “questão social”. Através deste estudo, pretendemos também oferecer subsídios para futuras pesquisas referentes à temática, que está inserida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na área de concentração e na linha de pesquisa respectivamente denominadas de “Movimentos Sociais e Serviço Social” e “Ação Política e Sujeitos Coletivos”.

CAPÍTULO I

“A HISTÓRIA NÃO TEM FIM... MAS TEM COMEÇO”: *um enfoque na participação política dos estudantes de Serviço Social no Brasil.*

1 CAPÍTULO I - “A HISTÓRIA NÃO TEM FIM... MAS TEM COMEÇO”: a organização e a participação política das(os) estudantes de Serviço Social e sua aliança histórica com a classe trabalhadora no Brasil.

“A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”.
Karl Marx e Friedrich Engels.

Inserido no quadro de contradições da sociedade de classes, existe na conjuntura atual um forte refluxo das lutas sociais. O aprofundamento dessas contradições se dá entre outros, com o processo de reestruturação produtiva ⁷ e com a minimização das funções do Estado, com as privatizações dos serviços públicos e implementação de políticas públicas compensatórias e focalizadas, ao mesmo tempo em que temos a chegada ao poder de governos progressistas (ou ditos progressistas) ⁸. Alguns titulares da presidência são oriundos de países da América Latina do seio da classe trabalhadora. Referimo-nos, particularmente, aos países: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela e Uruguai.

As lutas sociais em refluxo também repercutem no movimento estudantil que, de uma forma geral, é perpassado por um processo de desmobilização e

⁷ Cf. MOTA (2008) e ANTUNES (1998).

⁸ Para aprofundar esse debate sobre governos progressistas, ou ditos progressistas, ver o livro **Los Gobiernos Progresistas en Debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay**. Compilador Antonio Elias. 1 Ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2006.

tenta resistir a um processo de despolitização. No Brasil, a perda da referência construída na esquerda brasileira, o gradualismo reformista vivenciado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na última década e as ações de natureza conservadora deste governo, em especial a contra-reforma do Ensino Superior, têm significado um período de muitos desdobramentos para o movimento estudantil.

Dentre estes desdobramentos temos: um processo de deslegitimação da sua entidade em nível nacional, a União Nacional dos Estudantes (UNE); a discussão sobre a criação de outras entidades que representem o Movimento Estudantil (ME) em nível nacional; um processo de discussão, também em nível nacional, sobre o surgimento exacerbado de instituições de ensino privadas e de educação a distância, entre outros.

Assim sendo, o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) está intrinsecamente relacionado às questões da sociedade brasileira. No MESS, particularmente, a complexidade da conjuntura vivenciada nas lutas sociais se expressa na tentativa de aparelhamento do movimento e na aversão aos partidos políticos por parte dos(as) estudantes. Nesse sentido, vale salientar a relação do MESS com a correlação de forças político-partidárias.

Para entender essa relação, torna-se necessário identificar as articulações e alianças estabelecidas pelo MESS e outros sujeitos políticos, particularmente, com a sua entidade representativa nacional: a UNE. Conforme expomos no item a seguir.

1.1 O ME e a luta da classe trabalhadora no Brasil: uma aliança histórica.

Vale destacar que no interior das lutas sociais existem vários sujeitos históricos com suas particularidades no seu caminhar no decorrer da história. Enfatizaremos, dentre esses sujeitos, as(os) estudantes, mais especificamente, as(os) de Serviço Social, obviamente articulados ao conjunto da classe trabalhadora e inseridos na sociedade permeada por interesses contrários e antagônicos.

Nesse sentido iniciaremos resgatando brevemente a história da relação das(os) estudantes com a classe trabalhadora no Brasil, para discutirmos com mais profundidade o contexto atual do movimento estudantil e, mais particularmente, do MESS⁹.

Giannotti (2007) ressalta a importância de recuperarmos a compreensão sobre a consciência da classe trabalhadora através de sua história, identificando suas forças e fraquezas. Neste sentido, o autor faz uma analogia com um indivíduo que todo dia, ao acordar, perde sua memória, sem lembrar seu nome, profissão, endereço, as características que o diferenciam de outros, seu passado, etc. Este indivíduo ficará perdido no mundo, dependendo dos outros, podendo ser manipulado facilmente.

Situação semelhante pode acontecer com uma classe social. Outros, provavelmente seus inimigos, orientarão seus caminhos, inventando sua história, seus heróis e, com certeza, traçando seu destino de forma perversa. Realizaremos, então, um breve resgate da relação da história do ME e do processo de luta da classe trabalhadora no Brasil, uma vez que influencia diretamente a luta das(os) estudantes. Esse resgate histórico é importante não só

⁹ Sobre o debate de classes sociais ver Marx e Engels (2005); Marx (1985) e Cardoso (1995).

como uma mera descrição linear dos fatos e acontecimentos, mas também como um esforço criativo de comparar situações vivenciadas anteriormente com nossas próprias dificuldades e desafios na atualidade.

Teremos como marco histórico para nosso estudo o nascimento do proletariado, com a brutal exploração e dominação capitalistas e suas péssimas condições de trabalho, de vida e suas reações diante dessas condições na segunda metade do século XIX na Inglaterra. Assim, com a Revolução Industrial ocorreram profundas transformações tendo em vista a consolidação e expansão do capitalismo.

No processo de luta de classes, as contradições existentes entre o capital e o trabalho tornam-se acirradas. Desse modo, não se pode deixar de evidenciar a chamada “questão social”¹⁰. Para Netto (2009, p. 157),

[...] a análise marxiana da “lei geral da acumulação”, contida no vigésimo capítulo do livro publicado em 1867, revela a anatomia da “questão social”, sua complexidade, seu caráter corolário (necessário) do desenvolvimento capitalista em todos os seus estágios. O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes estágios da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: suas existências e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo.

Nessa lógica, para Yamamoto e Carvalho (2005, p. 77), esta é “a manifestação do cotidiano da vida social, da construção entre o proletariado e a burguesia”. Ainda segundo estes autores, a “questão social” é considerada como expressão do “processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento

¹⁰ O termo encontra-se entre aspas, pois convergimos com a posição de Netto (2009). Este afirma que “a partir da segunda metade do século XIX, a expressão “questão social” deixa de ser usada indistintamente por críticos sociais de diferenciados lugares do espectro ídeo-político – ela desliza, lenta mas nitidamente, para o vocabulário próprio do pensamento conservador” (NETTO, 2009, p. 154).

como classe por parte do empresariado e do Estado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 78). Desse modo, o processo de lutas sociais do conjunto da classe trabalhadora, ao qual o MESS encontra-se articulado, está diretamente relacionado às expressões da “questão social”.

Mesmo quando não havia leis que assegurassem os direitos trabalhistas, a classe trabalhadora sempre esteve em movimento. Temos como uma de suas primeiras manifestações o “ludismo” e o “cartismo”¹¹, na Inglaterra. Ao longo do processo de formação da identidade e consciência, consolidação e amadurecimento da classe trabalhadora, temos a organização dos seus primeiros sindicatos e organizações políticas, denominados *trade-unions* nos países anglo-saxônicos. Este processo de organização se expandiu em nível mundial e continua sua dinâmica até os dias de hoje, ganhando novos contornos.

Ao longo dos séculos XIX, avançando pelo século XX, ocorreu a propagação/disseminação das idéias socialistas e anarquistas no movimento operário cujas conotações políticas — se estabeleceram como campo de lutas sociais em especial na Europa.

Compartilhamos com as idéias de Giannotti (2007) quando destaca alguns momentos de imprescindível importância nessas lutas sociais, a organização das Internacionais:

[...] marco significativo nessas lutas sociais foi a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, mais conhecida como a Primeira Internacional, em 1864. Dois anos depois, organizou-se o primeiro partido socialista da história: o Partido Operário Socialdemocrata Alemão. [...] devido à falência da Segunda Internacional — montada em 1889 —, por apoiar a participação na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), formou-se a Terceira Internacional, em 1919. Mais conhecida como Internacional

¹¹ Ludismo (1811-1812), por homenagear seu principal incentivador, o inglês John Ludd. E cartismo (1837-1848) porque teve como principal base a carta escrita pelos radicais William Lovett e Fergus O'Connor intitulada *Carta do Povo*, enviada ao Parlamento inglês.

Comunista, seu grande idealizador foi Vladimir Illitch Ulianov (1870-1924). (GIANNOTTI, 2007, p. 12).

As Internacionais¹², a Primeira Guerra Mundial, o ano de 1917 com a Revolução Russa, bem como tantos outros inumeráveis fatos e momentos históricos contribuíram nesse processo de formação de consciência, consolidação e amadurecimento da classe trabalhadora.

No Brasil, ocorreu um processo de industrialização denominada de “tardia”, juntamente com o nascimento de sua classe operária. Processo este que apresentava as seguintes particularidades:

Até 1900, o Brasil do ponto de vista da industrialização vivia “deitado em berço esplêndido”. E esse berço era feito com as enormes riquezas naturais que a Terra de Santa Cruz produzia e oferecia com extrema facilidade, desde o começo da era colonial. A cana-de-açúcar era enviada para Portugal junto com madeiras nobres, ouro e couro. Eram muitos pastos para gado. Além de todos esses produtos, um novo, o *ouro verde* [café], também saía do Brasil para os mercados mundiais. (GIANNOTTI, 2007, p. 48).

O Brasil, durante vários séculos foi um país escravocrata e agrícola, com sua economia voltada para a exportação¹³. Na época do Brasil Colônia, os jovens estudavam em conventos e em colégios religiosos, pois nesse período não havia

¹² Destacamos em relação às Internacionais que, a Associação Internacional dos Trabalhadores, conhecida como Primeira Internacional, funcionou de forma unitária até 1872, desfazendo-se em 1878. O debate fulcral foi realizado em torno das idéias anarquistas, que tinha como representante principal Mikhail A. Bakunin, e das idéias socialistas lideradas por Karl Marx. Devido os desentendimentos ocorridos na Primeira Internacional, uma parcela minoritária, retirou-se e formou a Segunda Internacional. Suas discussões ocorreram em torno da socialdemocracia, que tinham como opositores a esse viés teórico Rosa Luxemburgo e Vladimir I. Lenin. O último encontro da Segunda Internacional ocorreu em 1912. A Terceira Internacional ficou conhecida como Internacional Comunista pelo fato da Internacional que a antecedeu ter direcionado o debate em torno da socialdemocracia, fazendo com que as idéias marxistas referentes à organização política se deturpassem. A Internacional Comunista teve seu fim em 1943. Com a morte de Lenin, em 1924, inicia-se uma disputa evidenciada entre Stalin e Trotski para a sucessão do comando da URSS (União das Repúblicas Soviéticas Socialistas). Contudo, Stalin ascende ao poder. Devido às divergências políticas, Trotski é exilado e durante esse período começa a organizar a Quarta Internacional que se realizou entre 1938 e 1963 (KONDER, 2003, 2009a, 2009b).

¹³ Consultar ainda sobre fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira em: Prado Jr e Fernandes (2000); Martins (1994) e Oliveira (1993).

ensino universitário no país. “A aristocracia colonial enviava seus filhos às universidades européias, principalmente a Portugal (Coimbra) e à França (Montpellier e Bordeaux)” (POERNER, 1979, p.49). Mesmo sem o ensino universitário no país e mesmo sem um instrumento organizacional mais estruturado, as(os) estudantes constituíam, desde daquela época, o movimento estudantil como a forma mais adiantada e organizada que essa juventude em rebelião pôde assumir no Brasil.

Como exemplo disto, após a fundação das primeiras faculdades brasileiras, houve a fundação da Sociedade Abolicionista *Dois de Julho*, por acadêmicos baianos de Medicina, em 1852; da Sociedade *Emancipadora Acadêmica de São Paulo*, fundada por estudantes paulistas de direito, em 1880; entre outras, de acordo com Poerner (1979). Podemos também destacar, ainda no período do Brasil Colônia, a participação estudantil na expulsão dos franceses do Rio de Janeiro e “o papel precursor que os estudantes desempenharam na Inconfidência Mineira” (POERNER, 1979, p. 53). Como podemos constatar, a participação política estudantil já ocorria antes de campanhas abolicionistas e das campanhas pela República.

Com o processo de industrialização e o processo abolicionista, que culminou na “libertação” dos escravos, é estimulada pelo governo uma grande onda de imigração européia para o Brasil e, conseqüentemente, é estimulado o “branqueamento” da população brasileira através dessa política racista. O avanço das lutas operárias na Europa repercutiu bastante no processo de organização da classe trabalhadora brasileira.

Por sua vez, a ida dos estudantes brasileiros para as universidades do exterior também foi decisiva para a disseminação das ideologias propagandeadas em outros países e a repercussão destas no interior da luta de classes brasileira.

Ainda segundo Giannotti (2007, p. 72), “tão logo a classe operária começou a existir, nasceram as primeiras organizações cujos nomes indicavam ajuda mútua entre seus membros”. Eram elas: sociedades beneficentes,

associações e sociedades de mútuo socorro, ficando esta fase conhecida como *mutualista*.

Ao falarmos de classe trabalhadora no Brasil, não podemos deixar de destacar a tendência anarquista, que teve grande peso no país. Um dos fatores dessa predominância do anarquismo no Brasil no começo da industrialização foi o fato de que a maioria dos imigrantes vinha do Sul da Europa, onde a tendência anarquista era forte. A mesma teve e tem ainda repercussão no meio estudantil, inclusive no Movimento Estudantil de Serviço Social, sendo até hoje motivo de debates e reflexões, que serão aprofundados nos itens a seguir.

No período da República Velha, houve avanços no sentido da organização política da classe trabalhadora brasileira. Destacamos, em 1922, a fundação¹⁴, quase que inteiramente por ex-anarquistas, do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A fundação desse partido se deu, além da organização política já existente, pela vitória da Revolução Russa, da mesma forma como aconteceu com a criação de partidos comunistas no mundo inteiro. Temos ainda, mais especificamente em relação aos estudantes, o surgimento da Juventude Comunista e da Frente Democrática da Mocidade, na década de 1930. Segundo Poerner (1979, p. 124),

Os estudantes também acreditaram na candidatura de José Américo, cujos discursos chegavam mesmo a ser julgados subversivos, e – como sempre ocorreu antes da criação da UNE – fundaram uma organização que teria vida efêmera, destinada que era, especificamente, a participar da campanha presidencial [...]. De caráter antifacista [...]. A Frente Democrática da Mocidade representou, ademais, o esboço de formação orgânica que receberia contornos definitivos, pouco depois, como o surgimento da UNE [...].

Após a criação do Partido Comunista (PC), a divisão cada vez maior entre anarquistas e comunistas foi um dos fatores que contribuiu para o

¹⁴ Sobre a fundação do Partido Comunista brasileiro ver Konder (2003).

enfraquecimento do movimento operário na década de 1920. Assim, era nítida a diminuição das lutas operárias e uma certa explosão de revoltas, insurreições e marchas, com predominância da participação de oficiais de baixa e média patente do Exército Brasileiro, descontentes com a situação política do país – de onde surgiu o tenentismo. Os movimentos tenentistas que mais se destacaram foram: a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, a Revolução de 1924 e a Comuna de Manaus, de 1924, e a Coluna Prestes, de 1925 a 1927.

Na década de 1920, podemos enfatizar quatro tendências político-organizativas: a socialista, bem inexpressiva comparada às demais; a anarquista; a comunista; e a católica. Esta foi uma década bem complexa que terminou com o “*crack de 1929*”, seguida, nos anos 1930, com a tentativa de implementação do *New Deal* e, no Brasil, com a empreitada da burguesia industrial na procura de mais espaço na vida econômica e política do país, entre outros acontecimentos.

Já entre 1930 e 1945, temos internacionalmente como principal marco o conflito entre o fascismo e o comunismo e, nacionalmente, temos mudanças na vida econômica e política do Brasil, pois a clássica política econômica liberal havia se esgotado devido a todos os acontecimentos nacionais e internacionais. Nesse sentido, destaca-se a “Era Vargas” com seu Estado de caráter interventor. A intervenção do governo também podia ser observada nas relações existentes e nos conflitos capital X trabalho, mediante ações como: a criação do Ministério do Trabalho e a elaboração de uma legislação trabalhista.

Para Giannotti (2007, p. 112), as medidas tomadas por Vargas atendiam a três necessidades históricas:

- 1- Racionalizar e regulamentar as relações de trabalho, possibilitando o desenvolvimento capitalista, que estava emperrado.
- 2- Esvaziar as pressões da classe operária, que visava conquistar os mesmos direitos das classes operárias de outros países. Entre esses direitos, 8 horas de trabalho diário, salário-mínimo, descanso semanal, regulamentação do trabalho da mulher e dos menores, previdência social.
- 3- Atender às

pressões da OIT, que exigia um mínimo de igualdade de condições para não desequilibrar a concorrência entre vários países.

Sabemos que a legislação trabalhista dos anos 1930 foi resultado de anos de lutas dos(as) trabalhadores(as), na quais as(os) estudantes se aliavam majoritariamente, e também fruto de mais de 200 anos de greves, manifestações, levantes, barricadas e revoluções de trabalhadores(as) em nível mundial. Desse modo, é importante destacar que as conquistas da classe trabalhadora resultaram de lutas e não das benesses dos governos, como é veiculado pela mídia e por outros instrumentos utilizados pela ideologia dominante. No entanto, observamos que o discurso hegemônico da época era: “harmonia entre capital e trabalho”.

Nesse sentido, foi criado também o Ministério dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), que começou a influenciar um tipo de sindicalismo com sindicatos oficializados, que muitos opositores denominavam como sindicatos “ministerialistas”. Eram sindicatos que se submetiam e colaboravam com a classe dominante¹⁵.

Nesse mesmo período, tem destaque a disputa entre o partido de direita, inspirado no fascismo italiano e no nazismo alemão, a Ação Integralista Brasileira (AIB), cujo lema era “Deus, Pátria e Família” e uma grande frente antifascista, a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Isso sem esquecer o clima mundial anticomunista. E sem deixarmos de citar a crise na economia brasileira, que tinha o café como seu principal produto de exportação na época.

Entre 1937 e 1945, tivemos o “Estado Novo”, no qual Vargas, apoiado pelo Exército, pelos integralistas, por setores da Igreja Católica e da classe dominante fechou o Congresso. Partidos Políticos foram censurados, os sindicatos também tiveram atividades suspensas e as greves passaram a ser definidas como um instrumento “anti-social”. Durante esse período, o Governo

¹⁵ Ver Abramides; Cabral (1995)..

defendeu a política de incentivo à indústria e à criação de condições necessárias para a substituição das importações.

Em meio a protestos crescentes, no dia 18 de abril de 1945, após inúmeras manifestações que incluíram setores da classe média e movimentos de estudantes, Vargas cedeu e decretou anistia aos presos políticos, reconheceu a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e prometeu liberdade de organização partidária. A partir daí, vários partidos se organizaram, como por exemplo: a União Democrática Nacional (UDN), que tinha ligação com setores conservadores da sociedade; o Partido dos Trabalhadores Brasileiro (PTB); o Partido Social Democrata (PSD) — esses dois últimos criados por Vargas —, entre outros. Como na II Guerra a URSS lutou ao lado dos Aliados, o PCB foi legalizado.

As transformações sociais que ocorreram são profundas e complexas, no mundo e no Brasil. Entre 1945 e 1964, temos um período que se estende do fim da Segunda Guerra Mundial até o início da ditadura militar. Após a Segunda Guerra Mundial, temos a criação de organismos internacionais a partir dos acordos de Bretton Woods, com o objetivo de assegurar o “equilíbrio” econômico e social do mundo pós-guerra, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM); e a passagem do dólar como moeda dominante na economia do Ocidente.

Em 1947, temos o acirramento das contradições entre o bloco hegemônico pelos EUA e o bloco hegemônico pela URSS, a chamada Guerra Fria. Nos anos 1960, iniciaram-se várias transformações no modo de produção¹⁶ nos países capitalistas. E nos países colonizados, avançavam as guerras de libertação. Na América Latina, tínhamos o processo de lutas de caráter

¹⁶ Para aprofundar o debate ver: Geraldo Augusto Pinto (2007).

nacionalista e, muitas vezes, socialistas; o surgimento da Teologia da Libertação e damos destaque ao processo da Revolução Cubana¹⁷.

Em síntese, temos de 1945 a 1964, um novo quadro político do período caracterizado como pós-Segunda Guerra Mundial; o retorno de Vargas e o populismo; a continuação deste populismo com Juscelino Kubitschek e seu plano metas de desenvolvimento de “50 anos em 5”, Jânio Quadros e João Goulart, com o crescimento das lutas no campo e na cidade e a preparação das forças de direita para o golpe Militar.

Em 1964, a disputa política era grande, tanto no que se refere às forças políticas da classe burguesa quanto ao que se refere à classe trabalhadora. Naquela época, constituíram-se como síntese da articulação das forças políticas da classe trabalhadora brasileira: PCB, UNE, Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a esquerda do PTB e independentes. Mesmo com toda mobilização, a classe trabalhadora não conseguiu que, no 1º de abril de 1964, fosse desarmado o Golpe Militar. Este teve seus motivos nacionais e internacionais intrinsecamente relacionados com a vontade de modernizar-se e acabar com as ameaças ao seu projeto de conservação da ordem burguesa.

Percebe-se então, nesse período, que,

O Poder Jovem foi reduzido [ou pelo menos, tentou-se reduzir] pela ditadura ao silêncio ou conduzido ao engajamento no processo de luta armada desencadeado no Brasil – fenômeno grave para todos os brasileiros, quaisquer que sejam suas posições políticas, por haver representado o trágico sacrifício de uma geração heróica e idealista - talvez a melhor e mais completa das gerações com que o País contou em toda sua História de quase meio milênio. (POERNER, 1979, p. 307).

Nesse sentido, logo veio a repressão com prisões, assassinatos de opositores ao regime. A classe trabalhadora foi penalizada através da

¹⁷ Ver Fernandes (2007) referente à Revolução Cubana.

criminalização das greves, da exclusão dos comunistas de sindicatos, e das muitas articulações dos trabalhadores; houve a prisão de inúmeros líderes sindicais com o início de um processo de arrocho salarial para garantir a acumulação capitalista.

Nesse momento histórico, também houve muitas repressão aos estudantes. Merece destaque um dos instrumentos políticos que sintetizavam a luta dos estudantes brasileiros, a UNE. Sendo, ainda hoje, como indicado nas entrevistas, um ponto de discussão nas plenárias do MESS. Assim, iremos abordar o surgimento e o crescimento dessa entidade que lidera as lutas estudantis na sociedade brasileira. Tal análise permitirá compreender a conjuntura atual do MESS e a sua relação com os partidos políticos.

1.2 “SERÁ QUE É TUDO ISSO EM VÃO?”: UNE, marco da participação política estudantil nas lutas sociais.

Antes de começar o debate especificamente sobre a UNE, podemos discutir brevemente sobre os problemas das organizações que a precederam. Para Poerner (1979, p.127-128), as organizações anteriores à UNE

Pecavam pela transitoriedade, visando apenas a problemas específicos e determinados, em função de cuja duração nasciam e morriam. Assim foi, como vimos, com o clube secreto dos estudantes brasileiros da Universidade de Coimbra e o problema da libertação do jugo português; com a Sociedade Dois de Julho e a questão da alforria dos escravos; com a “Libertadora”, dos cadetes, e a campanha abolicionista; com os Clubes Republicanos Acadêmicos e a campanha antimonarquistas, com os “batalhões escolares” e o nacionalismo de Floriano; com Frente Democrática da Mocidade e a malograda campanha presidencial de José Américo. O segundo grande vício das organizações estudantis anteriores à UNE era a regionalidade, favorecida pelo isolamento entre os Estados, contra o qual se mostraram infrutíferos, os esforços da Federação de Estudantes Brasileiros, ela própria dominada Sociedade Filomática paulista e o Centro de Acadêmicos carioca – que a precederam – ou a Liga Acadêmica de São Paulo e a Liga Paulista Pró-Constituinte – que a sucederam.

Nascida em 13 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil e atrelada ao governo, a UNE se constitui como marco histórico da participação política estudantil no Brasil e só entra realmente em ação durante o Estado Novo. Esta entidade foi fruto de um longo processo histórico no qual se incluem vários congressos realizados pelos estudantes brasileiros, que tinham o intuito de construir uma entidade ampla, nacional e permanente.

O primeiro congresso foi realizado em São Paulo, no ano de 1910, o Congresso Nacional de Estudantes do qual se tem publicado uma *Polyanthea Comemorativa* (SANFELICE, 2008). Houve também o 1º Congresso da

Juventude Operária-Estudantil, com uma forte repressão aos centros estudantis por parte da polícia, que enxergava uma conspiração comunista em qualquer ajuntamento de mais de três estudantes.

Outro congresso importante foi o 1º Conselho de Estudantes, realizado na cidade do Rio de Janeiro, na Escola de Belas-Artes, em 1937, também considerado o ano de fundação da UNE. Embora o reconhecimento oficial e formal desta entidade só viesse a ocorrer em dezembro do ano seguinte, no 2º Congresso Nacional de Estudantes, em dezembro de 1938. Posteriormente, o encontro ficou conhecido como 2º Congresso da UNE, quando foi solidificada com o apoio de 82 associações universitárias e secundárias de todo o país (POERNER, 1979).

Uma das funções do Conselho era a eleição da Diretoria da UNE. Assim, a primeira diretoria foi criada logo após a aprovação do Estatuto, em 22 de dezembro de 1938, composta majoritariamente por homens. O que nos faz refletir sobre o machismo na relação de poder — inclusive dentro do ME. Já existem atualmente pesquisas que comprovam essa mesma lógica no MESS.

Um outro acontecimento importante para a UNE foi o rompimento com a Casa de Estudantes, que tinha vínculo com o governo. Segundo Poerner (1979, p. 146),

[...] o caráter meramente assistencial e profundamente governamental da Casa do Estudante do Brasil entrara em choque com o tom ideológico antifascista constatado nas teses do 2º Congresso e que a UNE já deixava entrever que iria concretizar pouco depois, em 1942, nas Campanhas e passeatas contra o Eixo. E o despejo representou, assim, a primeira tentativa — premeditada ou não — de desviar a UNE do rumo progressista que encetara. O atentado significa, também, que a UNE dissera, de saída, ao que viera, cumprido o papel que avocara a si. Ela era, enfim, o INSTRUMENTO tão ansiosamente esperado pelos estudantes brasileiros.

Dando continuidade à questão da construção da UNE através dos congressos, sabemos que coube ao 2º Congresso Nacional de Estudantes a reorganização da entidade e, ao 3º Congresso Nacional de Estudantes, que ocorreu em agosto de 1939, a responsabilidade de tomar as medidas necessárias para consolidar essa entidade. Já o 4º Congresso Nacional de Estudantes, ocorreu em 19 de julho de 1940, com a presença de 135 associações estudantis. Este congresso teve como marco a reformulação dos estatutos da entidade¹⁸.

Entre os anos de 1942 e 1945, temos um período efervescente em relação às lutas da UNE. Isso se deve também ao fato de no período a entidade se engajar no combate ao Eixo, no que se refere à II Guerra Mundial, e no combate ao Estado Novo. Como exemplo podemos citar a primeira grande passeata do dia 4 de julho de 1942; a ocupação do Clube Germânia, em 18 de agosto do mesmo ano; o 5º Congresso Nacional de Estudantes ou 5º Congresso da UNE, ocorrido em 14 de setembro de 1942; a “Passeata do Silêncio”, em 10 de novembro de 1943; as caravanas universitárias que percorreram o país em abril de 1944; as campanhas pela anistia, em março de 1945; entre outros.

Após a queda do Estado Novo, em 1945, com a redemocratização e eleições, identificamos alguns períodos específicos na história da UNE. A primeira dessas fases, pós Estado Novo, foi a de hegemonia socialista, nos anos 1947 e 1948. Já no ano de 1949, ocorreria a ascensão das forças da classe dominante. Em 1956, inicia-se a fase de recuperação democrática na história da UNE. Temos, ainda, a fase de ascensão católica em 1961, expressão da ascensão católica no movimento estudantil de uma forma geral. Nesse momento, destacam-se dois grupos estudantis: a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP), que foi uma dissensão da primeira. E nesse momento histórico, percebe-se que as divergências, tendências e disputas internas da entidade começam a se destacar (POERNER, 1979).

¹⁸ É importante observar que os primeiros congressos estão sendo citados nesse trabalho pelo caráter de constituição e consolidação inicial da UNE (POERNER, 1979).

Nos anos 1960, tem início um debate mais aprofundado sobre a Reforma Universitária, com o 1º Seminário Nacional de Reforma Universitária, promovido pela UNE em maio de 1960, na cidade de Salvador, que teve como marco a Declaração da Bahia. Em março de 1962, como continuidade a essas discussões, ocorreu o 2º Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado em Curitiba, tendo como um dos resultados concretos a Carta do Paraná. Outro resultado dessas discussões sobre a Reforma Universitária pelos estudantes que merece destaque foi a “Greve de Um Terço”. Estas discussões e mobilizações tiveram como represália a depredação e o incêndio da UNE na Praia do Flamengo, em 1964. Segundo Poerner (1979, p. 204), com esse ataque à sede da entidade,

[...] cujo presidente, José Serra, teve que pedir asilo à Embaixada do Chile, para escapar à repressão policial-militar desencadeada contra toda a liderança estudantil [...] a UNE, que a nova ordem pretendeu haver dissolvido, sofreu, assim, o segundo despejo da sua história, sendo obrigada, daí em diante, a cumprir o duro estágio da clandestinidade, de onde continuaria, apesar de tudo, a liderar o movimento estudantil brasileiro.

Podemos dizer que a história de luta da classe trabalhadora brasileira, mais especificamente no que se refere à história política da UNE e do ME, se confunde, a partir de abril de 1960, com a história da repressão às liberdades políticas e com a luta contra a intervenção estrangeira, em especial dos Estados Unidos.

Dentre os inúmeros acontecimentos que marcaram esse processo de repressão vivenciado pelo ME no período da ditadura de 1964, um merece destaque: a sequência de atentados na Universidade de Brasília (UNB).

Após 1964, a maioria dos mecanismos de desmobilização, de contenção e de repressão utilizados contra o ME deu-se sob a forma de leis e decretos oriundos do Legislativo ou do Executivo. Entre eles podemos enfatizar: a Lei

Suplicy Lacerda (Lei nº 4.464, de 09 de novembro 1964; o Decreto Aragão (Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967), o Relatório Atcon; os acordos MEC/USAID; o Relatório Meira Matos; os Atos Institucionais (AIs), principalmente o AI – 5; o Decreto de Lei 477; entre outros (SILVA, 1989).

A primeira delas, no sentido cronológico, é a Lei Suplicy de Lacerda, um dos diversos ataques da burguesia no que se refere à educação. Com a institucionalização dessa lei,

[...] extinguiram-se a UNE e as UEEs¹⁹, entidades do ME universitário. Para substituir a UNE criou-se o Diretório Nacional de Estudantes (DNE), que deveria reunir-se ordinariamente, em período de férias escolares, na capital federal, ou extraordinariamente, em qualquer época, por iniciativa justificada da maioria de seus membros, do Ministério de Educação e Cultura ou do Conselho Federal de Educação, em lugar previamente designado (art. 1.º, § 3.º). A regulamentação das entidades estudantis contida nesse e em outros artigos feria o mais elementar princípio de uma entidade representativa, isto é, seu direito de autonomia. Tentava-se atrelar o ME ao Estado [...]. (SILVA, 1989, p. 133).

Já o Decreto Aragão surgiu em resposta à contestação em nível nacional à Lei Suplicy Lacerda, posteriormente conhecida como “lei do suplício”. Esta última foi revogada pelo Decreto-Lei de autoria do então Ministro de Educação, Raymundo Moniz de Aragão. O Decreto era igualmente prejudicial ao ME, extinguindo a DNE, mas criando em contrapartida a Conferência Nacional dos Estudantes (CNE), que, com o mesmo caráter da DNE, deveria reunir-se sob convocação do Ministro da Educação, sendo vedada a discussão de determinados temas como: política, religião, partido, entre outros.

No governo de Castelo Branco, foi criado ainda o Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES), pois todos estavam cientes do fracasso da tentativa de aliciar e atrelar o ME às instâncias governamentais. “O MUDES foi, dos instrumentos criados pelos governos

¹⁹ União Estadual dos Estudantes.

militares para esvaziar politicamente o ME, o que teve uma vida mais longa” (SILVA, 1989).

O Relatório Atcon segue a mesma lógica da Lei Suplicy Lacerda e do Decreto Aragão. Ainda, nesse mesmo sentido, temos os acordos do Ministério da Educação (MEC) com a *United States Agency for International Development* (USAID), os conhecidos acordos MEC-USAID. O primeiro convênio, datado de 23 de junho de 1965, e um segundo convênio, firmado em 30 de junho de 1966, tiveram o intuito de efetivar a implementação da “Reforma Universitária” de 1968 e realizar uma interferência ostensiva de agências governamentais americanas em atividades brasileiras²⁰.

O Acordo MEC-USAID significou a introdução, no modelo de ensino superior brasileiro, da lógica do sistema de créditos da universidade norte-americana. Assim, o ensino realizado pela via das disciplinas fragmentadas (créditos) destruiu o regime seqüencial anteriormente adotado. Estudantes que se encontravam em aulas pontuais passaram a atuar com maior fragmentação e isolamento. E assim, perdeu-se a força coletiva da convivência em salas de aulas no espaço das universidades, o que facilitou a repressão às lutas estudantis pela ditadura.

Já o Relatório Meira Matos,

A exemplo do que propunha o Plano de Educação do IPES²¹, o Relatório Atcon e os Acordos MEC-USAID, também o Relatório Meira Matos recomendava que “medidas viessem a ser implantadas no tocante à cobrança de taxas do ensino superior”, eliminando-se, portanto, o ensino superior público e gratuito. (SILVA, 1989, p. 143).

²⁰ Cf. NETTO (2004, p. 59).

²¹ Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, fundado em 29 de novembro de 1961, que se alia a setores civis da direita com o objetivo de propor políticas conservadoras para o país.

O ME resistiu de forma radical a todo esse processo de repressão, apresentando o repúdio à Lei Suplicy Lacerda e a todos os desmandos dos governos, culminando com várias iniciativas: plebiscito em nível nacional; na política dos Diretórios Acadêmicos Livres (DAs Livres); nas passeatas de 1966, com os(as) estudantes denunciando a intervenção americana não só no setor da educação, mas em outros setores da vida nacional; entre outras formas de reivindicações e protestos por todo país, aliados às lutas da classe trabalhadora brasileira.

O ano de 1968 também merece destaque, tanto pela sua importância internacional, devido ao “Maio de luta” francês, quanto pela sua importância nacional com sua efervescência política e cultural (VENTURA, 1988). Naquele ano, no dia 28 de março, em mais um de seus atos repressivos, a polícia assassinou o estudante Edson Luís de Lima Souto. Este acontecimento culminou com inúmeros protestos e passeatas dos estudantes e suas organizações, como a Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC), Associação Municipal de Estudantes Secundaristas (AMES), União Municipal de Estudantes Secundaristas (UMES) e UNE. Tais manifestações levaram à conhecida “Passeata dos Cem Mil”, que foi facilitada pelo estopim gerado pela comoção nacional pela morte de Edson Luís.

Por fim, temos o Decreto-Lei nº 477, que foi implementado pelo governo Costa e Silva no dia 26 de fevereiro de 1969. Este tinha o intuito de combater a resistência do ME à repressão desencadeada pelo AI-5 e definia infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de ensino público ou particular, com punições que iam da suspensão do direito de estudar por três anos à demissões compulsórias.

Em síntese, durante a ditadura de 1964, houve um profundo cerceamento dos direitos, quando não se tinha liberdade de expressão e nem de organização

político-partidária²². Assim, após o golpe militar de 1964, no Brasil, os Movimentos Sociais (MSs) vivenciaram uma nova configuração com a reabertura política no país, dando início a um processo de reorganização da atuação desses movimentos. Os estudantes participaram de forma intensiva desse processo de “democratização” da sociedade de forma mais orgânica através do ME, direcionado politicamente pela UNE, configurando um momento de efervescência política, de reorganização estudantil e de reestruturação de suas entidades, rearticulando-se no final dos anos 1970, através do Congresso de UNE, de 1979.

No período atual, há muitas discussões sobre a representatividade da UNE. Já existiram grupos organizados, como por exemplo, a Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes (CONLUTE), que debate a possibilidade de construção de uma outra entidade que represente os estudantes em nível nacional. Hoje não temos mais a presença da CONLUTE, mas temos a Associação Nacional de Estudantes Livres (ANEL). Vale ressaltar a existência de uma intensa correlação de forças partidárias que influenciam nesse contexto de debate intenso sobre a representatividade da UNE. Como nos afirma a Entrevistada 1: “a gestão da ENESSO 2010/2011 teve que dizer em plenária que não tinha ninguém da UNE para conseguir ser eleita. Mesmo com seus posicionamentos políticos próximos ao desta entidade”.

Os anos 1960 foram complexos e difíceis para a organização da classe trabalhadora, mas já no período de “redemocratização”²³, tivemos um avanço da luta geral dos trabalhadores acompanhada de um experiência política vivenciada no ME. Com o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), o movimento dessa classe encontrava referência na articulação de suas lutas. Assim no contexto, mais especificamente o ME contribui para o fortalecimento da luta de

²² Sobre a ditadura militar de 1964 no Brasil ver: Netto (2004); Ventura (1988); ente outros.

²³ Demos destaque ao termo, diante de algumas reflexões embasadas, principalmente, em Luxemburgo (1999) e nos escritos de Florestan Fernandes. Estes últimos questionavam mais especificamente se já houve uma democracia no Brasil.

classes, tendo o Movimento Estudantil de Serviço Social sido parte constitutiva da luta.

Assim, partimos do pressuposto de que o MESS tem se constituído em uma parceria na organização política e acadêmica do Serviço Social (RAMOS; SANTOS, 1997). O MESS, em conjunto com as outras entidades representativas da categoria das(os) Assistentes Sociais – Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)²⁴ –, continua na luta pela qualidade de ensino e por uma formação ética, política e profissional qualificada, orientada pelo Projeto Ético-Político hegemônico no Serviço Social, referenciado no Código de Ética de 1993. Tudo isso, em articulação com outros movimentos socialmente referenciados²⁵, incluindo partidos políticos considerados de esquerda, está inserido no processo de construção de uma nova ordem societária.

Dessa forma, podemos inserir o Movimento Estudantil, particularmente o Movimento Estudantil de Serviço Social, no contexto das lutas sociais, considerado por Sâmia Ramos (1996) como um movimento social pluriclassista, heterogêneo, com caráter histórico de protesto e contestação que constrói, através de uma ação coletiva em conjunto com outros movimentos e organizações políticas, alternativas para a concretização de uma transformação societária. Assim, o movimento propõe-se a ser sujeito da construção de uma sociedade igualitária, proporcionando um “convite à rebeldia” perante a ordem vigente.

Atualmente, contudo, o MESS vivencia um contexto adverso, no qual temos a precarização, privatização e mercantilização do ensino. Temos, também, dentro dessa realidade, um contexto no qual os estudantes trabalham ou praticam estágios extracurriculares na perspectiva de conseguir remuneração para custear

²⁴ Estas entidades são frutos de um processo de construção no interior da categoria profissional de Serviço Social. Hoje, são referências no direcionamento ético-político e organizacional dessa categoria.

²⁵ Está escrito “movimento socialmente referenciado”, pois nos referimos aos movimentos que têm compromisso com a classe trabalhadora, ditos anticapitalistas.

seus estudos. Fato este que tem implicações na sua formação profissional e na organização e resistência desse movimento estudantil.

No final da década de 1970 e começo da década de 1980, durante a trajetória de reconstrução do ME brasileiro, outras entidades, além da UNE, atuaram de modo bastante relevante para a organização das(os) estudantes, destacando-se as executivas nacionais de cursos em geral, que reconfiguram, de forma significativa, a definição de estratégias para a construção da ação política do movimento. Tais executivas nacionais “elaboraram estratégias que evidenciam a importância da formação profissional no horizonte político do movimento” (RAMOS e SANTOS, 1997, p. 154). Segundo essas autoras (1997, p.155),

As executivas defendem [...] a unidade entre as lutas específicas e as gerais, visando implementar, para o ME, uma dinâmica não corporativista, mas articulada e orgânica. Desse modo, na elaboração de uma estratégia para o movimento faz-se necessário estabelecer relações com outros sujeitos coletivos que lutem na perspectiva não-capitalista. (RAMOS; SANTOS, 1997, p. 155).

O ME lutava por uma educação pública, gratuita e de qualidade. Ainda hoje, essas são suas bandeiras de luta. Assim, posicionam-se as executivas dos diversos cursos universitários existentes, os quais lutam por todas essas bandeiras e contra os ataques à educação pública brasileira de qualidade.

No MESS, a criação da executiva passou por um grande processo de discussão que se iniciou, precisamente, em 1978, com a realização do I Encontro Nacional de Serviço Social (ENESS) em Londrina – PR. Foi o primeiro encontro realizado, ainda no regime militar, dentro de um contexto de abertura política. Esse encontro passou a ser feito anualmente como instância nacional de discussão e deliberação das(os) estudantes de Serviço Social.

O processo de construção desses encontros do MESS reflete diretamente na organização política dos estudantes de Serviço Social. E essa construção da organização política do MESS é outro ponto no qual vamos nos debruçar para podermos analisar com mais profundidade e propriedade sua conjuntura atual no que se refere a organização das suas lutas e, conseqüentemente, suas contradições internas, que se relacionam com as do ME geral.

Concordamos com Ramos e Santos (1997) quando afirmam que a UNE foi a primeira entidade representativa organizada no âmbito nacional, com caráter de massa, a se reorganizar nessa conjuntura de democratização da sociedade civil brasileira. Esta entidade surgiu e foi por muitos anos entidade hegemônica na representação nacional das(os) estudantes. Posteriormente, sua política começou a se distanciar das(os) estudantes, com a adoção do discurso conjuntural genérico e uma prática deslocada do contexto universitário. Esta entidade, como já analisamos, teve seu surgimento atrelado ao governo e vivenciou vários momentos de manipulações e embates políticos. Apesar de todas as contradições, consideramos a mesma como um marco da participação política estudantil nas lutas sociais.

1.3 MESS: organização política dos estudantes de Serviço Social.

O Movimento Estudantil de Serviço Social tem uma relevante contribuição na organização política desse curso e no direcionamento político que é construído pelas(os) estudantes de Serviço Social. Podemos destacar que uma característica predominante na história do MESS são suas lutas e sua aliança com a classe trabalhadora, como vimos nos itens anteriores.

Essas lutas foram construídas em seus encontros, em conjunto com outras entidades da categoria ou em consonância com estas. Ramos e Santos (1997) destacam que

Os encontros nacionais são marcos importantes no processo de organização do MESS, que tem sua história específica profundamente relacionada com peculiaridades inerentes ao curso, no que diz respeito às reflexões e ações desenvolvidas, mas também identifica-se com a história do próprio Movimento Estudantil e da UNE. (SESSUNE, 1993 apud RAMOS e SANTOS, 1997, p. 158).

Nos anos de 1978 a 1988, período de efervescência de acontecimento ligados ao chamado “milagre econômico” e com o crescimento de vários MS’s no Brasil. Assim, o MESS em seus encontros nacionais, atento à conjuntura nacional, debatia questões relativas ao cenário brasileiro articulado à conjuntura internacional.

No início da década de 1980, era discutida a necessidade da criação de uma entidade nacional. Uma das propostas para a entidade a ser criada era de articulação do MESS com outras categorias – antes denominadas: Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS), Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) – e para intensificar o contato com as outras entidades do ME (UNE e outras executivas de curso). Tal proposta de articulação foi aprovada e vem sendo concretizada por esta entidade até os dias atuais, através do desenvolvimento de lutas e ações conjuntas.

Não podemos esquecer outro marco importante, tanto para os estudantes de Serviço Social como para a categoria das(os) Assistentes Sociais: o “Congresso da Virada”, como ficou conhecido o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS), realizado em 1979.

Este foi impulsionado pelo Movimento de Reconceituação²⁶. Através do III CBAS, o Serviço Social brasileiro consegue realizar uma “virada” na perspectiva teórica e direção política da profissão. A perspectiva crítica

²⁶ Ver CFESS (Org). **30 Anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2009 e IAMAMOTO. Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 10 Ed. São Paulo: Cortez, 2008 e ABRAMIDES, M. Beatriz C; CABRAL, M. do Socorro Reis. **O novo sindicalismo e o Serviço Social: trajetória e processos de luta de uma categoria 1978-1988**. São Paulo: Cortez, 1995.

conseguiu ter hegemonia na formação das(os) Assistentes Sociais brasileiras(os). Segundo Braz (2009, p. 716 -717)

É preciso sempre lembrar que no III CBAS a participação estudantil era mínima, residual, bem como queriam os conservadores que dominavam a profissão. Apenas dois estudantes por escola poderiam participar. [...] O resultado efetivo disso [da participação desses estudantes articulados com as entidades da categoria] para os estudantes e para o movimento estudantil em Serviço Social foi que, já no IV CBAS (1982), no Rio de Janeiro, registra-se uma participação muito maior de alunos no conjunto do congresso, considerado por Abramides e Cabral como um congresso de “transição política”. E mais: delibera-se que já no V CBAS (1985), em São Paulo, deve-se formar a comissão organizadora com Ceneas (Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais) e Eness. No VI CBAS, (denominado Congresso Chico Mendes) em 1988, em Natal, e no VII CBAS (1991), em São Paulo, *já estão plenamente incorporadas as entidades estudantis na comissão organizadora, agora sob a direção da entidade criada em 1988, a Sessune*²⁷.

No dia 05 de agosto de 1988, no X ENESS, realizado no Rio de Janeiro - RJ, depois de um longo processo de discussão foi criada a nova entidade, a Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE (SESSUNE), que representa em nível nacional as(os) estudantes de Serviço Social.

Nesse sentido, vale ressaltar que na década de 1990, mais especificamente no ano de 1993, no XV ENESS realizado em São Leopoldo-RS, houve a mudança do nome da entidade de SESSUNE para Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO)²⁸. O que não significou apenas uma mudança de nomenclatura e sim de toda uma política do MESS, que vai de

²⁷ Assim, a conquista estudantil não deve se classificar como simplesmente quantitativa.

²⁸ A entidade máxima de representação de estudantes de Serviço Social no tocante à organização do Movimento Estudantil, como forma de melhor atingir os objetivos de articulação e potencialização de lutas, está dividida organizacionalmente em sete regionais, as quais englobam as escolas de Serviço Social nelas localizadas, são elas: região I-Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Maranhão e Piauí; II- Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; III- Alagoas, Sergipe e Bahia; IV- Tocantins, Goiás, Distrito federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais (Uberlândia e Uberaba); V - Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro; VI - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e VII- São Paulo. (cf. ENESSO, 2010).

encontro a algumas deliberações políticas da UNE, significando a perda de hegemonia desta última.

Esta foi, ainda, uma postura política dos estudantes, pois refletia a realidade das executivas nacionais de curso em geral e o posicionamento das(os) estudantes de Serviço Social que questionavam a UNE por sua falta de articulação com o movimento de área. Em síntese, a mudança de nome da entidade foi uma atitude política pela busca de uma maior autonomia frente à UNE.

Naquela mesma década, no ano de 1991, percebendo que a formação profissional havia se tornado uma temática de grande relevância e sempre presente nos fóruns de discussão do MESS, a ENESSO começa a realizar, anualmente²⁹, o Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social (SNFPMESS).

Segundo Ramos e Santos (1997, p.161), outra questão que merece destaque no processo de intervenção do ME, na esfera da formação profissional, foi a criação da coordenação nacional de representação estudantil na ABESS³⁰, inserida na diretoria da ENESSO, pois

A aprovação da secretaria de formação profissional e da coordenação nacional de representação estudantil da ABESS inaugura um marco histórico no Serviço Social tanto pelo reconhecimento da sua relevância no que se refere à contribuição do ME à formação profissional, quanto pela percepção do espaço acadêmico, enquanto *locus* de intervenção e disputa política. (ENESSO, Coordenação Nacional de Representação de ABESS da ENESSO, 1993 apud RAMOS e SANTOS, 1997, p. 148).

²⁹ O SNFPMESS, atualmente, é realizado de dois em dois anos, alternando o ano de sua realização com o Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social (SRFPMESS). Isto foi deliberado pelo conjunto das(os) estudantes de Serviço Social para facilitar sua participação nos encontros e uma articulação política em nível nacional e regional.

³⁰ Atualmente, esta entidade representativa é denominada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS) e não se pode negar a importância e a contribuição dessa entidade para a formação ética, política e profissional das (os) estudantes de Serviço Social.

Na década de 1980, período da criação da coordenação nacional de representação estudantil na ABEPSS, é eleito presidente do Brasil Fernando Afonso Collor de Melo, em 1989. A eleição deste representa a continuidade do projeto político-econômico da burguesia do Brasil, que tem implicações diretas nas lutas sociais da classe trabalhadora, entre elas o MESS.

Na conjuntura política dos anos 1990, na concepção de Antunes (2006), desde o mandato de Fernando Collor de Melo, com o de Fernando Henrique Cardoso (FHC), e atualmente com os de Luis Inácio Lula da Silva, o sistema político está sendo orientado pelo processo de reestruturação produtiva com mudanças profundas no mundo do trabalho.

A partir da vitória eleitoral de Margareth Thatcher, em 1979, na Inglaterra, do Ronald Reagan, em 1980, nos Estados Unidos, e de Helmut Kohl, em 1982, na Alemanha, as políticas foram amplamente direcionadas para o tripé básico da desregulamentação, da privatização e da abertura comercial, dentro da lógica de globalização capitalista.

Temos, ainda, outras características defendidas pela ordem burguesa tais como: a superioridade do livre mercado; exacerbação do individualismo; contradições entre a liberdade e a igualdade; um conceito abstrato de liberdade; um conservadorismo no plano cultural e um autoritarismo no plano político. Segundo Brettas (2010, p. 27 - 28), no Brasil dos anos 2000.

O governo Lula, ao dar continuidade a um modelo historicamente subserviente, vem implementando e aprofundando a contra-reforma³¹ do Estado, retomando os argumentos pautados na inexorabilidade das mudanças e na aposta destas como sendo a única alternativa para garantir o crescimento econômico e social do país. Seu Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) tem como um de seus

³¹ Para discutir de forma pormenorizada o tema ver Behring (2003).

desdobramentos o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)³², que expressa o aprofundamento do processo de mercantilização do ensino e desresponsabilização do Estado com um projeto de educação pública, gratuita e de qualidade.

Mesmo com toda essa ofensiva de desmobilização, nas entrevistas feitas durante à nossa pesquisa, constatamos que o ME tem relevância na vida política e acadêmica dos(as) militantes. Como afirma a Entrevistada 5: “o Movimento Estudantil de Serviço Social foi o primeiro MS que eu participei. E a partir dele eu estive participando e conhecendo outros movimentos sociais”. No que se refere à questão acadêmica, o Entrevistado 2 destaca: .

o ME trouxe, além da contribuição de conhecer outros MSs, contribuição na formação profissional. A participação nesse movimento foi muito importante para mim enquanto profissional e como pessoa. Nos encontros temos uma discussão sobre conjuntura, cultura, projeto-ético político(PEP), formação profissional. E esses debates somam muito na nossa formação profissional e política. A participação no MESS também na contribuição para a visão do todo, pois para fazer uma análise conjuntural precisamos dessa visão e isso soma muito na nossa formação profissional.

Assim, podemos constatar que – apesar de termos nesses últimos anos uma conjuntura complexa não somente para organização dos estudantes de Serviço Social, mas para o conjunto da classe trabalhadora de uma forma geral – o MESS resiste e luta, mesmo com todas as suas limitações. Nesse sentido, faz-se necessário, cada vez mais, a compreensão de como se originou e como se dá até hoje a formação de consciência dessa classe³³. Isto é de extrema importância para agirmos diante dessa realidade que tenta paralisar as lutas e para tentarmos avançar nestas.

³² Aqui inclui-se a proposta do Plano de Reorganização e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

³³ Para o debate sobre consciência de classes temos Lukacs, nos clássicos, e Mauro Iasi (2006)/(2007), como contemporâneo, para nos subsidiar.

Assim sendo, após o resgate da trajetória do MESS, ressaltando a aliança histórica com a classe trabalhadora, trataremos, no segundo capítulo desta pesquisa, de desenvolver uma análise sobre os últimos anos de governo Lula no Brasil, relacionando-os com o MESS e com os partidos políticos articulados ao movimento.

CAPÍTULO II

***“ESSE É TEMPO DE PARTIDO, TEMPO DE HOMENS
PARTIDOS”***: o MESS e a participação das(os) estudantes de
Serviço Social na política partidária

2 CAPÍTULO II – “ESSE É TEMPO DE PARTIDO, TEMPO DE HOMENS PARTIDOS”: o MESS e a participação das(os) estudantes de Serviço Social na política partidária

“Mas quem é o partido? Ele fica sentado em uma casa com telefones? Seus pensamentos são secretos, suas decisões desconhecidas? Quem é ele? Nós somos ele. Você, eu, vocês – nós todos. (...)”

Mas quem é o Partido?

Bertold Brecht.

Entendendo o MESS como fruto de todo um processo de discussão, mobilização e organização dos estudantes, de forma geral, influenciado e relacionado com a construção e formação da vontade coletiva trabalhadora e de suas organizações políticas – o que inclui particularmente o processo de organização dos estudantes de Serviço Social – constatamos a intrínseca relação do MESS com os partidos políticos. Isto, principalmente, no que diz respeito às ações destes no contexto da luta de classe na sociedade em que vivemos.

Tanto o ME como o MESS é perpassado por contradições e conflitos internos. No ME, esses conflitos se destacam mais especificamente na disputa pela diretoria da UNE, na qual diversos partidos políticos protagonizam e disputam a hegemonia desse processo. Já no MESS, essas disputas se expressam de forma mais evidente na disputa pela hegemonia da executiva do curso (ENESSO), mais especificamente através dos grupos ou tendências políticas³⁴

³⁴ Estas serão apresentadas e identificadas no decorrer do presente capítulo.

que existem neste movimento. Estes em sua grande maioria são direcionados politicamente por partidos políticos.

Nesse sentido, faz-se necessário entender o partido político, e assim desvendar como se estabelece a relação deste com o MESS, fazendo um recorte na conjuntura do governo Lula de 2007-2010. Assim, realizamos neste capítulo, uma análise do partido político como instrumento de luta, de sua relação com o MESS e da conjuntura à qual nos reportamos, focando nas ações do governo na área educacional. Neste momento, será dado destaque ao PT devido a toda sua construção histórica e a sua relação forte com o MESS no governo do período pesquisado, mas ressaltamos que temos consciência da complexidade da coligação desta candidatura.

2.1 Partido Político: um instrumento político de luta.

No Brasil, a partir da República, surgem partidos políticos ligados a interesses de classes antagônicas desde a criação do PCB até a atualidade, com o PSOL, o PSTU, o PT, entre inúmeros outros. Consideramos estes como formas de organização das classes e grupos sociais.

A constituição dos mesmos coincide com o processo de consolidação das classes. Os partidos que têm sua direção na busca por uma transformação social buscam a superação da contradição fulcral do capitalismo – a relação entre exploradores e explorados, como outros meios de organização da classe. Aqui

nos referimos aos sindicatos³⁵, aos movimentos de massa³⁶, às associações populares, etc.

Nesse sentido, consideramos os partido “a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais” (GRAMSCI, 2000, p.16). Para analisar a relação dos partidos com o MESS temos que estar atentos(as) para as relações de forças sociais e políticas que são postas, para as estratégias e táticas adotadas pelos partidos na atualidade, e para as relações nacionais e internacionais na conjuntura vivida. Deste modo, convergimos com a concepção de Gramsci (2000, p. 87-88) quando afirma que,

Quando se quer escrever a história de um partido político [ou de mais de um partido político]³⁷, deve-se enfrentar na realidade toda uma série de problemas muito menos simples do que aqueles imaginados (...). Evidentemente, será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é a expressão e a parte mais avançada: ou seja, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. Mas este grupo não é isolado; tem amigos, afins, adversários, inimigos. Somente do quadro global de todo o conjunto social e estatal (e, frequentemente, também com interferências internacionais) é que resultará a história de um partido. Significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque um de seus aspectos característicos. Um partido terá maior significado e peso precisamente na medida que sua atividade particular tiver maior ou menor peso na determinação da história de um país. Desde modo, é a partir do modo de escrever a história de um país que resulta o conceito que se tem sobre o que é um partido ou sobre o que ele deva ser.

Debruçamos-nos, particularmente, nesta forma de organização política, posto que é “o reflexo e a nomenclatura das classes sociais”, pelo seu

³⁵ Destacamos a importância deste na história de organização dos trabalhadores, sem destacar a atual conjuntura de disputa na qual, como muitos instrumentos políticos, os sindicatos se situam na sua base e direção.

³⁶ Podemos destacar em relação aos movimentos de massas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que atualmente se destaca como referência desse tema. E, também, a Via Campesina, em nível internacional.

³⁷ Grifos nossos.

protagonismo nas lutas sociais e pela sua relação intrínseca no direcionamento político do MESS. Estes têm como características surgir em, desenvolverem-se, decomporem-se, renovarem-se, em função das diversas camadas das classes sociais.

Ao mesmo tempo em que as forças sociais em luta sofrem deslocamentos de dimensões históricas reais, vêem modificadas radicalmente as suas condições de existência e de desenvolvimento, adquirindo uma maior e mais clara consciência de si e dos seus interesses vitais, o que interfere diretamente na formação, constituição, desenvolvimento desse instrumento político (GRAMSCI, s/d).

Em síntese, com fundamentos na concepção gramsciana, o Partido é um organismo de luta, educação, elaboração de uma política. Ao mesmo tempo em que interfere na construção de uma cultura, de novos costumes morais e políticos, na construção de uma vontade coletiva que tende a abranger a totalidade social³⁸.

De acordo com Braz (2006), no decorrer de sua história, a classe trabalhadora criou inúmeras organizações com objetivo de luta. Estas organizações passaram das cooperativas a formas mutualistas –

[...] – bases do socialismo utópico – até as *trade-unions* – embriões do que se passou a conhecer no sindicalismo –, passando pelas formas ainda pouco evoluídas de consciência e de organização de classe – onde se destacou o ludismo – até as organizações que colocaram, pela primeira vez de maneira abrangente, a questão política em relevo – como foi o cartismo; dessas protoformas das organizações políticas do proletariado é que nasceram os modernos partidos políticos. (...). A noção de partido está profundamente ligada ao mundo moderno. Está intimamente ligada ao nascimento e à constituição de uma nova sociedade – fundada no modo de produção capitalista. (BRAZ, 2006, p. 18-19)

³⁸ Podemos aprofundar esse debate no livro “Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Scoail” (CARDOSO, 1995).

Verificamos que para compreender a relação partido político e MS/MESS é necessário entender as classes sociais³⁹ e os antagonismos que existem entre as mesmas.

Nas entrevistas realizadas para este estudo percebemos na fala dos entrevistados(os) 1, 2 e 3 a presença e articulação de partidos com o MESS como: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido da Causa Operária (PCO), Partido Comunista Revolucionário (PCR), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Todos estes partidos têm em seus discursos uma direção/orientação dita socialista. São partidos nacionais com articulação internacional.

Com tantas siglas partidas, é nítido que, além de termos que estudar os movimentos operários para a compreensão destes, precisamos entender que para a análise de tais partidos modernos temos de estudar a gênese dos partidos socialistas e, conseqüentemente, a crise e falência da II Internacional⁴⁰ e a criação da Internacional Comunista.

No período histórico da criação desta Internacional temos o fortalecimento dos partidos comunistas com o triunfo do partido leninista e a Revolução Russa, conhecida como de Outubro, em 1917. Para Gramsci (s/d),

O Partido Comunista é o instrumento e a forma histórica do processo de libertação interior por meio do qual o operário passa de executor a iniciador; de massa que se converte em chefe guia; de braço que se converte em cérebro e vontade; na formação do Partido Comunista é possível localizar o gérmen da liberdade que terá o seu desenvolvimento e a sua expressão plena depois de o Estado operário ter organizado as condições materiais necessárias.

³⁹ Indicamos: CERRONI, U. **Teoria do Partido Político**, 1982.

⁴⁰ Waldenberg (1982) nos coloca quatro correntes distintas no interior do movimento operário, desenvolvidas no período de transição da II Internacional para a Internacional Comunista. São elas: a de Kautsky, a de Bernstein; a de Rosa Luxemburgo e a de Lênin. Em relação ao tema das Internacionais, consultar Bogo (2005).

Este Partido surgiu das cinzas dos partidos socialistas ou partidos socialdemocratas como eram chamados na época , “repele a sua origem democrática e parlamentar e revela as suas características essenciais que são originais na história” (GRAMSCI, s/d). Já a Revolução Russa foi revolução realizada com o apoio de membros do Comunista, em busca de (...)sentimentos novos, que realizaram uma vida moral que tende a transformar a consciência universal e a finalidade de todos os homens” (GRAMSCI, s/d).

O período de transição e mudanças entre a II Internacional e a Internacional Comunista (IC), além disso, o processo de desenvolvimento dos partidos socialistas, suas divergências e conflitos geraram tendências que se expressam nos partidos que estão articulados com o MESS, tais como: a leninista, a luxemburguista⁴¹, a gramsciana, a stalinista, entre outras⁴².

Atualmente, como reflexo de uma crise mais geral dos movimentos socialistas e comunistas, temos uma crise partidária na esquerda brasileira, o que reflete também no MESS através de aversão ou incredulidade em relação a determinadas ações dos partidos políticos de esquerda. “A crise é maior exatamente nas organizações políticas mais importantes para a emancipação dos trabalhadores, ou seja, nos partidos políticos revolucionários” (BRAZ, 2006, p. 23).

⁴¹ Rosa Luxemburgo (1999 e 2005) e Lênin (2008), por exemplo, tinham algumas divergências sobre concepção de partido. Lênin participava do grupo que defendia um partido de “quadros” e uma vanguarda revolucionária. Já o grupo no qual Rosa Luxemburgo era uma das dirigentes achava necessário um partido de massas. Para ela era inadmissível ter uma organização centralizada e sem democracia interna, na qual as massas fossem impedidas de participar. Por essa razão, muitos a chamaram de “espontaneísta”. Nesse sentido, faz-se necessário compreender que a realidade que os dois viviam era diferenciada, Rússia e Alemanha respectivamente. E um dado importante é que no Partido Socialdemocrata Alemão havia mais de 1 milhão de filiados em 1914, enquanto o Partido Socialdemocrata na Rússia vivia na clandestinidade. É necessário perceber e situar historicamente os fatos, sem negar a construção e o acúmulo de experiência e que será repassado e absorvido pelos momentos históricos que virão. É necessário ter esta percepção não somente em relação ao leninismo e ao luxemburguismo, como, também em face das demais tendências que partidárias se expressam nos partidos atuais.

⁴² Sobre estas tendências, ver Lowy (2006), **O Marxismo na América Latina**. Neste livro, o mesmo organiza uma coletânea de textos que caracterizam as diversas tendências como: stalinista, cartismo, guevarismo, socialistas, comunistas, maoísmo, trotskismo., entre outras.

Segundo Braz, são várias as causas desta crise do movimento socialista. São muitas, entre elas temos: a “vitória ideológica⁴³” do individualismo burguês, a desmobilização social e política das grandes massas trabalhadoras, o desinteresse destas pelas formas coletivas de participação política e, ainda como parte desse processo, o enfraquecimento generalizado dos instrumentos que dão materialidade aos sujeitos coletivos, que são as organizações políticas de classe., o que nos traz a ideia de “tempo partido, tempo de homens partidos”. Nesse sentido, enfatizamos que compreender a realidade dos partidos políticos significa entender a própria *possibilidade* de transformação social.

Para Braz (2006, p. 23 - 24),

[...] o debate atual tem sinalizado uma profunda descrença no *partido* como instrumento político-organizativo da classe proletária. Esta descrença tem sido convertida, além de num óbvio descrédito político, em algo mais grave que, por sua vez, se expressa em três fenômenos que guardam diferenças entre eles, mas que estão perfeitamente imbricados: por um lado, na afirmação pura e simples – que se processa pelos diversos canais em que se veicula a ideologia dominante, mas que tem sido corroborada por uma alegre intelectualidade pós-moderna e por desavisados segmentos de esquerda – da *falência do partido como instrumento coletivo de transformação*; um segundo fenômeno, que “pega carona” no primeiro e que se espalha também entre a festiva intelectualidade e a desavisada esquerda, parte da constatação da falência e *enxerga no fragmento* (ou nos fragmentos) social (ais) e *nas suas formas moleculares de mobilização social, bem como na sublimação dos particularismos sociais, a alternativa à crise*, ou, pelo menos, uma de suas saídas; por fim, um outro fenômeno se sobrepõe aos outros, tem maior fôlego, goza de maior representatividade e, o que é mais importante, cumpre funcionalidade política mais especial na reprodução da ordem burguesa: trata-se do *crescimento de partidos reformistas de todo tipo nas últimas décadas* – naquelas em que o neoliberalismo passou a deles se servir em todo o mundo, ou seja, a partir dos anos 70 e mais fortemente dos anos 80 do século passado –, sejam eles partidos de trabalhadores, trabalhistas, socialistas de centro e de direita, social-democratas ou mesmo os de corte operário e, nalguns poucos casos, os próprios partidos comunistas.

⁴³ O termo encontra-se entre aspas, pois na nossa concepção é uma “vitória” momentânea.

Estes fenômenos, que Braz (2006) destaca como sinais da descrença no partido como instrumento político, se afirmam ainda mais com a crise dos movimentos socialistas e comunistas, que ganhou impulso com o fim da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) no início dos anos 1990. É possível observarmos também o desmoronamento das experiências revolucionárias construídas durante o século XX, como por exemplo as experiências dos países do Leste Europeu que constituíam o denominado “bloco socialista”, restando apenas exemplos como os de Cuba, Coréia do Norte e China – estes bastantes problemáticos. Todo esse conjunto de processos refletiu nos Partidos Comunistas da época e reflete até hoje nos partidos modernos. Como afirmou Antunes (2004, p. 40),

[...] com o fim da União Soviética, deu-se, entretanto, um movimento diverso: por um lado, um forte processo de social-democratização dos PCs, (caso do PCI, que majoritariamente se tornou PDS, *Partido Democrático de Esquerda*); por outro, alguns PCs simplesmente desapareceram, enquanto outros, como o PCP (de Portugal) e o PCF (França), procuram resistir. Outros ainda – e estes estão entre os exemplos mais interessantes – se reestruturaram, procurando *refundar* o movimento de esquerda. (grifo nosso)

Atualmente, é nítida a descrença no partido como meio de organização coletiva de transformação, ocorrendo a fragmentação das lutas sociais e o crescimento de partidos reformistas de todo tipo nas últimas décadas. No Brasil temos uma particularidade que agrava essa situação, como a chegada ao poder de um conjunto de forças que deram continuidade ao processo de reestruturação produtiva do capital. Este fato interferiu na organização das forças de esquerda brasileiras, na organização das lutas sociais e, também nas ações e organização

do ME e do MESS. O que evidencia ainda mais essa situação são as três últimas eleições presidenciais no Brasil.

Nas eleições de 2002, na qual Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito, era perceptível a mobilização das forças de esquerda, junto com o ME. Já nas eleições de 2006, nas quais Lula conquistou o segundo mandato, houve mais discussões e debates em vista das ações do governo no seu primeiro mandato. E nestas últimas eleições de 2010, não existiu articulação consolidada entre os partidos com direção voltada para transformações sociais. Cada partido lançou sua candidatura⁴⁴. E é perceptível a articulação da classe dominante e a desarticulação e crise dos partidos que representavam os trabalhadores. Esse é um dos fatos que colaboraram para agravar a situação de descrédito no MESS em relação aos partidos políticos e de aversão de muitos integrantes desse movimento à política partidária .

Ainda sim, o MESS, juntamente com ME, continua resistindo, tentando concretizar as ações deliberadas a cada encontro nacional e realizando atividades que mobilizem os estudantes no seio das Universidades. Prossegue, portanto, reivindicando um ensino público, gratuito, laico, presencial e de qualidade. Em especial, nesta conjuntura de leis e decretos que dão suporte à “Reforma Universitária”, implementada no período dos governos do PT, como por exemplo: o Programa Universidade para Todos (PROUNI) Lei nº 11.096/2005 de 2004, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Decreto Nº 6. 096, de 24 de abril de 2007.

O processo de implementação do REUNI e do PROUNI desencadeou várias ações no conjunto do movimento estudantil, como abaixo-assinados, passeatas, debates no interior das Universidades e, uma dessas ações que merece destaque, as ocupações de reitoria. Essas ocupações, segundo Bianchi (2008), foi

⁴⁴ O PT lançou a candidatura da Dilma Rousseff; o PSOL, a candidatura de Plínio Arruda; o PSTU, a de José Maria; e o PCB lançou a candidatura de Ivan Pinheiro.

uma resposta, muitas vezes espontânea e inorgânica, à aguda crise da universidade brasileira.

Uma das explicações sobre tais respostas do ME e do MESS contra as políticas educacionais do governo Lula serem, muitas vezes, espontâneas e inorgânicas é a falta de direção política em nível nacional que consiga unificar ações mais eficientes. A falta dessa direção no ME e no MESS se configura, também, pela disputa política pelas instâncias representativas desses movimentos. Disputas estas que são hegemônicas por partidos políticos em crise, nessa atual conjuntura.

2.2 MESS e a relação com os partidos: a defesa da autonomia no movimento.

Além da luta mais específica pela qualidade da educação no Brasil, reiteramos a importância da articulação do ME e do MESS com as outras formas de organização da sociedade que se articulem com os projetos societários de transformação social, tais como estes: MST; Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD); Pastorais, em geral (como por exemplo: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Criança, Pastoral da Juventude Rural, entre outras); Conselho Indígena Missionário (CIMI); Movimento Quilombolas; Movimento de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais (GLBTT); Movimento de Mulheres, Movimento de Negro, entre outros.

No caso de nossa pesquisa, destacamos a relação com os partidos políticos. Isso porque não se constrói um outro modo de sociabilidade sem romper com as diversas formas de desigualdade social e opressão, geradas por

uma sociedade que tem como fundamento a exploração e o lucro dos seres humanos pelo capital que, inclusive, transforma gente em mercadoria⁴⁵.

A questão da relação e aliança com outros movimentos é considerada de fundamental importância para o MESS. No ENESS de 2009, realizado no Rio de Janeiro, no eixo do movimento estudantil é colocada a necessidade de fomentar a discussão sobre a importância dos movimentos sociais e partidos políticos, enquanto instrumentos de luta da classe trabalhadora para a transformação societária (ENESSO, 2008).

Esta deliberação não foi por acaso, uma vez que existia uma condição concreta que desencadeou a necessidade de aliança com outros movimentos. Assim, ao destacarmos a relação do MESS com os partidos políticos podemos aprofundar o debate sobre alguns pontos que interferem nessa relação, como: o aparelhamento dos partidos em relação ao ME e ao MESS, o apartidarismo dos estudantes, a pluralidade desses movimentos e a sua autonomia frente aos partidos políticos. Esta importância é constatada na fala de uma das entrevistadas ao afirmar que

Atualmente, o ME e o MESS sofrem uma crise, como a dos MSs. Essa crise decorre daquilo que a gente mais combate. Ela decorre pelas consequências do capitalismo. A desmobilização, que tentamos combater, a falta de percepção crítica de alguns militantes e dirigentes também, a intervenção partidária que existe muito forte dentro do MESS. É um dos pontos muito discutidos e, para mim, é um ponto que tensiona a crise, não que eu esteja dizendo que não é válida a participação das pessoas de partido, e nem que eu seja apartidária, mas estes não podem pautar a agenda política desse movimento, não podem aparelhar o MESS (ENTREVISTADA 5).

O aparelhamento perpassa a questão da representatividade em um espaço político-organizativo do conjunto dos estudantes. A ENESSO, no caso do MESS, é a entidade que representa o conjunto das posições dos estudantes do curso de

⁴⁵ Cf. MARX (1968).

Serviço Social. O todo dessas posições, sua totalidade, somente se constrói com a expressão das diversas posições.

Se por um lado essas divergências parecem fragmentar, as mesmas ajudam a construir o processo de discussão⁴⁶. Além desse aspecto constitutivo plural e democrático, é fundamental que a entidade, como um dos instrumentos do movimento estudantil, também sirva para organizar e encaminhar a luta em torno dos interesses dos(das) estudantes.

Apenas eleger uma coordenação para a entidade não é suficiente. É preciso que as(os) eleitas(os) e os demais membros desenvolvam as lutas deliberadas pelas(os) os estudantes. Caso contrário, ela se tornará um mecanismo estéril e burocrático, a serviço de uma minoria que não representa sequer seus próprios interesses. Segundo Gramsci (2000, p. 61 - 62),

A burocracia é a força consuetudinária e conservadora mais perigosa; se ela chega a se construir como um corpo solidário, voltado para si mesmo e independente da massa, o partido [ou as organizações]⁴⁷ termina por se tornar anacrônico e, nos momentos de crise aguda, é esvaziado de seu conteúdo social e resta como, solto no ar.

Geralmente, os integrantes da coordenação da ENESSO são vinculados a partidos. Aqui nos referimos ao partido, no sentido mais amplo, que não precisa ser necessariamente um ente formalmente constituído para representação e disputa de espaços políticos institucionais. Desse modo referimo-nos ao partido como um grupo qualquer que tenha posições definidas sobre diversos ou mesmo um único assunto. Ora, isso, é o que chamamos, de tomar partido, tomar posições, que podem ser individuais ou coletivas.

⁴⁶ Aqui vale destacar que são divergências e não antagonismos.

⁴⁷ Grifos nossos.

O aparelhamento partidário no MESS deve ser encarado de forma crítica. Este acontece quando um grupo ou poucos grupos, de qualquer caráter (político, religioso, empresarial, cultural, etc.) utiliza qualquer mecanismo (inclusive as entidades) para fazer valer exclusivamente a sua posição. Essa posição, além de anti-democrática, dificulta o encaminhamento e o avanço das lutas do movimento.

No caso do MESS podemos constatar, através das entrevistas, algumas tendências políticas que disputam a direção deste movimento através de sua entidade representativa, a ENESSO. Estas são: “Eu Quero Mais” (EQM), “Projeto Democrático Popular” (PDP), “Viver na Luta”, “A Saída é pela Esquerda” e “Caras e Corações Novos”. Tendências que vamos focar no terceiro capítulo deste trabalho.

Já o caminho diametralmente oposto, exatamente o contrário ao aparelhamento é o apartidarismo. Algumas vezes bem intencionado, para evitar o aparelhamento. O problema é que este pode, por muitas vezes, esconder as divergências ou mesmo frustrar debates importantes para o esclarecimento de todos e todas. Vale lembrar que o apartidarismo foi uma reivindicação conservadora de direita.

Até hoje, a exclusão da participação de estudantes na política é uma reivindicação de certos reitores das universidades, fato que ocorreu não só na época da ditadura militar. Um exemplo disto acontece quando certos reitores ou pró-reitores propõem que sejam vedadas atividades político-partidárias dos estudantes das nossas Universidades.

Assim, é necessário compreendermos a pluralidade como mediação entre o aparelhamento e o apartidarismo. Este não significa sincretismo, ou seja, não significa juntar correntes extremamente opostas dentro do movimento. Como correntes que defendem direitos da classe dominante exploradora que vai contra os princípios democráticos, e outras que defendem os interesses da classe trabalhadora, que é explorada.

Uma outra questão discutida no MESS, ao abordar a relação do MESS com os partidos, refere-se aos independentes. Normalmente, o termo é usado para definir aqueles que ainda não aderiram ou se incluíram em um grupo reconhecido no MESS ou partidos. Esta questão é utilizada muitas vezes de forma oportunista por grupos políticos.

A pluralidade no movimento é importante porque permite a expressão das diversas posições. Um movimento autônomo, que garanta a disputa e a liberdade de expressão dos grupos. Ou seja, de forma mais clara, o movimento pode e deve interagir com outros movimentos e mesmo partidos políticos, no entanto, as decisões do movimento devem ser fruto do próprio movimento e não direcionadas por determinado partido.

O problema não consiste em uma articulação dos partidos com os movimentos sociais que se vinculem em uma luta comum e mesmo defendam e disputem a hegemonia de suas posições. O que não pode acontecer é uma imposição de posições, vetar as outras posições ou mesmo inviabilizar o movimento ou torná-lo como propriedade e instrumento, aparelho seu. Isto é o que chamamos de aparelhamento.

2.3 MESS, hegemonia e poder: os desafios da luta em defesa do ensino público.

Neste ponto, destacaremos a trajetória política do PT, um partido referenciado pelas ações voltadas para uma aliança com a classe trabalhadora e que tem uma história particular no Brasil. E ainda cuja trajetória interferiu e interfere diretamente nas lutas sociais travadas por esta classe e, conseqüentemente, nas ações e bandeiras de luta pelo ME e pelo MESS.

Vale ressaltar, ainda, que focamos neste partido mesmo tendo consciência de que o governo do período analisado em nossa pesquisa é um

governo de coalizão/coligação, cuja construção histórica ao nosso entender merece ser discutida. E, também, por percebermos na análise dos dados, que nas gestões da ENESSO e nos principais debates do MESS no período da pesquisa há referências em torno da política educacional implementada por este governo. E ainda temos a constatação de um número considerável de militantes da ENESSO que foram filados a este partido.

Uma afirmação de Gramsci (2000, p. 61-62) pode ser utilizada para iniciar esse debate:

Os partidos nascem e se constituem como organização para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para suas classes, mas nem sempre eles sabem adaptar-se às novas tarefas e às novas épocas, nem sempre sabem desenvolver-se de acordo com o desenvolvimento do conjunto das relações de força (e, portanto, a posição relativa de suas classes) no país em questão ou em campo intencional. Quando se analisa estes desenvolvimentos dos partidos, é necessário distinguir: o grupo social, a massa partidária, a burocracia e o Estado-Maior do partido.

Os partidos políticos brasileiros estão inseridos historicamente no quadro geral de transformações sociais que ocorrem no mundo e no Brasil, na contemporaneidade. Opera-se a lógica do Estado mínimo conforme já ressaltamos, que retira a função do Estado de provedor e defende e/ou estimula que o mesmo atue como regulador. Para a concretização desse processo são necessárias “reformas”⁴⁸, como por exemplo: previdenciária, fiscal, administrativa, tributária etc.

⁴⁸ O uso deste termo encontra-se entre aspas, pois, segundo Behring (2003), “tais mudanças devem receber a denominação de contra-reformas”. Estas, segundo a autora, provocam um profundo retrocesso social, em benefício de poucos. “Esta caracterização relaciona-se ao abandono das possibilidades de ruptura com a heteronomia e de uma redemocratização política e econômica inclusiva dos trabalhadores e da maioria da população brasileira nos anos 90.” E, ainda, vincula-se à recusa de caracterizar como reforma esses processos regressivos que vêm sendo implementados através da política perversa do neoliberalismo.

Dentre estas, de acordo com Behring (2003), a contra-reforma universitária, que, desde a década de 1990, vem sendo concretizada em sintonia com a política de organismos internacionais - Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC) - orientada pela lógica do lucro da oferta e da procura, da competição e da privatização.

Ao longo do nosso estudo procuramos evidenciar que a política educacional brasileira no período analisado, também, está sendo negligenciada; o ensino superior vem sendo privatizado e sucateado pelos governantes⁴⁹. Isto acontece como desdobramento da implementação desse projeto que está inserido no sistema capitalista e traz consigo o aumento de instituições particulares; surgimento e incentivo à modalidade de Ensino a Distância (EAD); precarização do trabalho docente; maior investimento de verbas públicas em instituições sem fins lucrativos e a possibilidade de um ensino focalizado, massificado e minimalista.

Em um contexto de profundas contradições, temos várias formas de lutas e resistências que se expressam, na maioria das vezes, em organizações políticas da sociedade civil (DURIGUETTO, 2007), como os partidos, sindicatos, associações e outros movimentos sociais que, juntamente com o ME e o MESS, vêm, ao longo dos anos nas mais diferentes conjunturas e dinâmicas, conquistando e construindo seu espaço de intervenção, redefinindo suas estratégias, buscando (re)criar sua história.

A análise da articulação do MESS com o PT, na década de 1980, levamos a entender a existência de um processo intenso de organização das(os) trabalhadores, culminando com a fundação do PT, um dos partidos que por muito tempo se apresentou como referência nas lutas e embates políticos encampados pelos (as) trabalhadores (as). Esse partido vem expressar, em sua gênese, um projeto político para o Brasil, um projeto democrático e popular que visava a

⁴⁹ Cf. NEVES (1983).

construção de uma sociedade justa, igualitária que se daria por meio da ação coletiva. O MESS se insere ativamente nesse processo. Com a mesma perspectiva de consolidar um projeto democrático para o Brasil, os movimentos sociais que constituem o universo dos cursos de Serviço Social desenvolvem ações políticas, discussões e debates que apontam para tal perspectiva. É o momento de efervescência política e intensa mobilização e participação das (os) estudantes.

Momento este que é ainda marcado por um amplo envolvimento dos (das) estudantes na luta pela ampliação da liberdade, da autonomia e da ampliação de direitos no âmbito universitário. Observa-se a vinculação dos (das) estudantes de Serviço Social às bandeiras de luta da categoria profissional que fortemente organizada, se conduzia na direção do processo de consolidação de um projeto profissional que se destacava pela afirmação de princípios éticos como liberdade, igualdade, justiça social e compromissos políticos com a democracia, a cidadania, a participação, manifestando claro vínculo com a classe trabalhadora.

Vale ressaltar a importante contribuição dos partidos na organização política da esquerda, em especial, o Partido dos Trabalhadores. Este, desde os anos 1980, foi parceiro nas articulações e lutas travadas contra a ordem vigente. Isto representou um avanço nas lutas sociais no Brasil, mas teve um limite do “reformismo de reivindicações pequenas”. Apesar da aliança com a classe trabalhadora, podemos evidenciar o fato de que a distribuição da riqueza era intocável, na medida em que se buscava reduzir a pobreza e a miséria, sem que as condições estruturais de relações de produção fossem sequer questionadas. Ou seja, eram mantidas as relações sociais de exploração do capital sobre o trabalho.

Ao traçarmos as mudanças que se operaram no PT, exemplificamos com o que se segue: segundo Iasi (2006), no ano de 1975 ocorre a posse de Lula como Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. No período, também temos o início da ascensão do movimento sindical

e das lutas sociais. Nesse sentido, Iasi (2006, p.442) destaca uma das frases compiladas das Resoluções do 6º Encontro Nacional do PT⁵⁰: “O governo do PT não será um governo *conformista*, disposto a gerir a crise do capitalismo e realizar uma simples maquiagem na autoritária e conservadora estrutura política do país” (grifos nossos).

Convém ressaltar que, no período anterior à chegada ao poder, o Partido dos Trabalhadores desenvolveu uma dinâmica de luta e oposição frente à elite brasileira, que por séculos vem governando o Brasil. Nestes termos, o PT se constituiu em uma importante referência para os grupos da esquerda brasileira. Como afirmava Genoíno (1989, p.359),

A substância rebelde que constitui o PT é feita deste conflito social, desta necessidade de contestar o regime e de transgredir a realidade estabelecida. O PT não pode conciliar com esta ordem, nem a ela modelar-se. No momento em que o fizer, ou conduzirá a enganos e fracassos aquelas demandas da sociedade ou será ultrapassado pelos movimentos instituintes da contestação.

A partir do exposto, Genoíno define a constituição ontológica do partido e a orientação política que deve seguir. Neste trecho é perceptível que o autor não usa a palavra contradição, isto denota que, na linguagem teórica do PT, a palavra conflito tem seu significado e sua intenção em termos de sua aplicação ao discurso político que vai se fazendo cada vez mais reformista, com o passar do tempo.

Iasi (2006, p.376) enfatiza que no discurso eclético de Lula na 1ª Convenção Nacional do PT, em 1981, este converge para a orientação política a que se referiu José Dirceu, na seguinte frase: “O Partidos dos Trabalhadores não poderá, jamais, representar os interesses do capital”.

⁵⁰Segundo Iasi (2006, p.444), o 6º Encontro Nacional do PT é o “momento de gestar um plano que traduzisse as intenções do programa estratégico para o contexto de uma possibilidade real de chegar ao governo em 1989/1990”. É nesse sentido que construção das resoluções está orientada para o Plano de Ação do Governo (PAG) e suas diretrizes.

Dando continuidade à análise das mudanças que se operam no PT, é importante ressaltar alguns aspectos elementares na caracterização desse partido, com o passar dos anos. Como por exemplo:

[...] em 1979, o PT, propunha a “nacionalização e a estatização de todas as empresas estrangeiras”, assim como a “estatização de grandes empresas e bancos”, agora nas diretrizes do [Plano de Ação do Governo] PAG as coisas mudam um pouco (IASI, 2006, p.451).

Iasi (2006, p.452) afirma, de acordo com as resoluções do 7º Encontro Nacional em 1990, que “o Partido dos Trabalhadores atravessa uma encruzilhada [...]”. Naquele contexto histórico, apesar da derrota para Collor, no segundo turno da eleição para a Presidência da República e com o desmonte do bloco socialista a partir da crise da URSS, o PT foi vitorioso em várias eleições municipais por todo o Brasil. De acordo com Iasi (2006), isto burocratizou o partido e o afastou das lutas sociais, pois estas iam de encontro ao partido que estava na maioria das administrações públicas municipais. Isto começa a se manifestar, pois

Os encontros municipais transformaram-se em um jogo de multidões em que, não raramente, se impunha o poder econômico e o controle de máquinas institucionais, crescia o poder de fato de uma base parlamentar ou institucional que substituína na prática a base partidária, crescia o poder de figuras individuais medido quase exclusivamente pelo número de votos conseguidos nas disputas eleitorais, criava-se um abismo entre as direções e as bases e mesmo essas direções iam sendo substituídas por espaços paralelos em que os rumos eram definidos para depois serem referenciados pelo partido⁵¹ (IASI, 2006, p. 506).

Mauro Iasi (2006, p. 496) verifica mudanças nas terminologias que aparecem nos documentos das resoluções dos encontros nacionais do PT. Este começa a perder seu referencial socialista e tende a defender uma “Revolução

⁵¹ Segundo o autor (2006, p. 506), “o caso mais conhecido é o Instituto da Cidadania, que elaborou o programa das eleições de 2002 que depois foi apresentado ao partido [...]”.

Democrática”, ao invés de uma com base na perspectiva do socialismo. Nesse sentido, nas resoluções do 8º Encontro Nacional em 1993, podemos verificar o seguinte trecho, que ainda se refere à nova ordem socialista e democrática:

Há quem não compreenda isso, tomando como defeitos nossas principais virtudes: a radicalidade, a combatividade, a diferença, o compromisso com o socialismo. Investem no eleitoralismo, no administrativismo. Pensando que contribuem para eleger o Lula em 1994, trilham o que pode ser o caminho de nossa derrota. Não é esse o caminho para um governo comprometido com a democratização radical da propriedade, da renda, da informação e do poder. Mais do que nunca, é preciso manter a coerência do PT: um partido firmemente comprometido com os de baixo, com as maiorias exploradas e oprimidas, com a construção de uma nova ordem, socialista e democrática.

Assim para Iasi (2006), embora um dos objetivos centrais dos próximos encontros nacionais fosse a construção de uma nova orientação estratégica para o partido ocorreu um processo de inflexão à direita e uma retomada da moderação, mais especificamente do 10º Encontro Nacional ao 12º, buscando como caminho a vitória nas eleições de 2002. Com isso, “o termo socialismo desaparece por completo das diretrizes de programa de governo e só aparece uma vez nas resoluções, associado à defesa de valores” (IASI, 2006, p. 513).

Após o processo eleitoral em 2002, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva gera uma grande expectativa por parte da esquerda brasileira e internacional. E, logo após, dissemina a perplexidade, a decepção e a revolta entre trabalhadores (as) e intelectuais de esquerda. Podemos dizer que este governo “não está só mantendo os pilares do modelo capitalista dependente, como esta aprofundando alguns aspectos desse modelo”. (IASI, 2006, p.10)

Concordamos com Iasi quando afirma que isto é consequência de um “gradualismo reformista” que ocorreu no interior do Partido dos Trabalhadores (PT). De acordo com o autor citado, os governos de Collor e FHC tinham uma

nítida orientação conservadora e neoliberal. Diferente do PT, que para Iasi (2006, p. 10), era um partido “organizado a partir de lutas concretas, sindicais, com um movimento político de afirmação da independência e autonomia da classe operária”.

Afirma, ainda, que esta organização partidária se apresenta, inicialmente, como representante da “classe trabalhadora”, depois, do “conjunto dos trabalhadores”, em seguida, do “povo” e, por fim, dos “cidadãos”. Segundo ele, esta análise torna-se visível pelas mudanças terminológicas que estão na base da construção da auto-imagem desse partido, através principalmente das resoluções dos seus encontros e congressos⁵². Nessa mesma perspectiva, afirmamos que a “orientação neoliberal do Governo Lula abriu uma crise na esquerda brasileira e para superar esta crise será preciso não apenas reconstruir o telhado, mas todo o edifício dos movimentos populares”.

Concordando com Iasi (2006), entendemos que as contradições internas do partido se aprofundam na medida em que está constituído por inúmeras tendências, nas quais estão presentes desde grupos com uma orientação mais radical, relacionados com o campo da esquerda, a grupos extremamente conservadores e voltados para o campo da direita.

Constatamos a partir do exposto, que as mudanças ocorridas no PT refletem, também, no movimento estudantil, pois o mesmo não está inserido em uma realidade isolada em si mesma. Este também está propenso a sofrer os rebatimentos da política neoliberal e da correlação de forças partidárias existentes no âmbito da organização política dos sujeitos sociais. Por isto, “é preciso estar atento e forte”. Isso requer aprofundarmo-nos teoricamente para termos uma intervenção mais qualificada e pertinente na luta pela construção de uma nova ordem societária, buscando superar os desafios da luta em defesa do ensino

⁵²Mauro Iasi (2006) faz uma análise dos documentos do PT. Ele analisa, de uma forma crítica e pertinente, os documentos e resoluções preliminares à fundação desse partido até o 12º Encontro Nacional do mesmo.

público, gratuito, presencial e de qualidade. É nesse mesmo sentido que desenvolvemos o terceiro capítulo desta dissertação.

CAPÍTULO III

“DESEJO, NECESSIDADE, VONTADE”: ***“DESEJO, NECESSIDADE, VONTADE”:*** *as contradições na relação MESS e partido político.*

3 CAPÍTULO III - “DESEJO, NECESSIDADE, VONTADE ⁵³”:
“DESEJO, NECESSIDADE, VONTADE”: as contradições na relação MESS e partido político.

"E o que tenho para dizer à Universidade como artigo primeiro [...] Tenho que dizer que se pinte de negro, que se pinte de mulato, não só entre os alunos, mas também entre professores; que se pinte de operário e camponês, que se pinte de povo, porque a Universidade não é patrimônio de ninguém e pertence ao povo".

Che Guevara.

Neste capítulo, nos deteremos na análise das contradições existentes entre o MESS e o partido político, destacando o PT pela hegemonia construída no MESS no período estudado, com base nas informações contidas na entrevistas e em documentos deliberativos do MESS. Nessa perspectiva, destacamos as disputas internas e os conflitos em relação aos partidos. Constatamos que as principais disputas são pela direção da entidade e, conseqüentemente, pela hegemonia.

Pequeno (1990) afirma que, a partir de 1982, temos um processo de intensificação da inserção do PT no ME e, em particular no MESS, que disputava a hegemonia do movimento, sobretudo, com militantes vinculados ao PC do B.

⁵³ Trecho da música “Comida” dos Titãs.

Este último, segundo a autora, estava “aliado com algumas reitorias, apresentava uma postura conservadora” (PEQUENO, 1990, p.59).

No ano de 1992, os agrupamentos políticos começam a se organizar no MESS, utilizando teses, na maioria das vezes direcionadas por partidos políticos que passam a disputar a direção nacional da entidade do curso – com os seguintes destaques: PCB, PT, PSOL e PSTU. Tal fato expressa o acúmulo de forças políticas já adquiridas por este movimento. Acúmulo teórico-político adquirido através da elaboração das teses, que fundamentam o processo de debates, reuniões e análises de temas polêmicos. Estes necessitavam de um estudo prévio para a apresentação e defesa das propostas, no caminho de convencer para vencer.

Será justamente esse acúmulo no que diz respeito a sua organicidade e suas contradições que analisaremos neste capítulo. Assim, observamos que a organização do MESS, na criação de teses e na inserção de sujeitos políticos partidários, está articulada ao momento histórico de descrédito nos partidos políticos e de atitudes de apartidarismo no movimento.

Por um lado, o debate político no MESS proporciona o aprofundamento nas questões levantadas sobre o ensino público e, outras questões, tais como: reforma agrária, tributária e política. Apesar disso ocorrem conflitos que se afastam do horizonte político, passando a ser ataques pessoais. Isto leva os militantes que estão se aproximando a ter aversão aos partidos políticos e à direção do movimento. Esses aspectos analisamos nos itens a seguir.

3.1 MESS: os entraves e bloqueios enfrentados na direção política.

Para entendermos o MESS, precisamos situar historicamente o Serviço Social enquanto profissão. Assim, a história do Serviço Social não deve ser compreendida como uma cronologia de fatos, e sim relacionada às transformações históricas mais gerais da sociedade. Segundo Silva (1995, p. 35),

o mesmo deve ser entendido a partir da “a história dos processos econômicos, das classes e das próprias ciências sociais”.

O Projeto Ético-Político, atualmente hegemônico pela categoria profissional, é produto do acúmulo crítico fundamentado no marxismo, possuindo idéias, valores e concepções pautadas nas lutas da classe trabalhadora. Portanto, as concepções sociais presentes nas diretrizes que orientam a formação e exercício profissional servem de base para a luta cotidiana do/a estudante e do/a profissional de Serviço Social.

Para conhecer o projeto profissional do Serviço Social, inicialmente é necessário compreender o que são projetos profissionais. Para isto, recorremos a Netto (1999) quando afirma que um projeto profissional apresenta a autoimagem de uma profissão, através de valores eleitos para legitimá-la socialmente, delimita e prioriza os seus objetivos e funções, formula requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para seu exercício, e ainda, prescreve normas para o comportamento profissional, estabelecendo balizas da sua relação com o/a usuário/a dos serviços oferecidos, com as demais profissões e com organizações e instituições sociais, privadas e públicas.

Podemos dizer que em seus primeiros anos a profissão de Serviço Social é permeada por várias orientações teórico-metodológicas. Esse é um processo que ocorre em toda trajetória histórica da profissão, pois em seu desenvolvimento o Serviço Social defronta-se com distintos interesses e projetos sócio-políticos.

A disputa de projetos políticos em meio à profissão surge com o Movimento de Reconceituação, que “objetivou construir a crítica à profissão, aos seus pressupostos ideológicos, teóricos e metodológicos e a determinadas práticas profissionais” (KONNO, 2007, p. 74). Eram questionados os pressupostos conservadores da profissão e sua subordinação aos interesses dominantes.

Durante o processo de construção do Projeto Ético-Político, houve a reformulação da Lei que regulamenta a profissão aprovada em 1993, e também, a reformulação do Código de Ética Profissional em 1986, que materializavam as discussões e avanços da profissão. Entretanto, segundo Netto (1999, p. 103) “até então, o debate da Ética no Serviço Social nunca fora um tema privilegiado – é na sequência do Código de 1986, e até a sua revisão, concluída em 1993, que esta preocupação ganhará um relevo significativo, pois a pouca produção teórica sobre o assunto comprometeu o Código de 1986 que, após uma maior maturação, é revisto em 1996.

De acordo com Barroco (2006, p. 199), “a revisão do Código de 1986 teve como pressuposto a consolidação do projeto profissional nele evidenciado, numa perspectiva de superação, ou seja, de garantir suas conquistas e ao mesmo tempo superar suas debilidades”. Nesse sentido, o Código vem materializar o Projeto Ético-Político, que naquele momento já era hegemônico na profissão.

O Projeto Ético-Político possui, de acordo com Braz (2007), três elementos constitutivos: uma dimensão teórica, que envolve o conjunto da produção de conhecimentos no Serviço Social; uma dimensão jurídico-política, identificada no âmbito dos construtos legais da profissão (tanto leis estritamente profissionais, quanto a legislação social mais ampla) e uma dimensão político-organizativa, ancorada nos fóruns coletivos das entidades representativas do Serviço Social.

O projeto hegemônico atualmente pela categoria é antagônico ao projeto neoliberal que vivencia atualmente a sociedade, este que perpassa todas as dimensões da vida social. Nesse sentido, a implementação desse projeto é um desafio cotidiano para os (as) profissionais.

Neste momento histórico, só nos resta, enquanto categoria profissional, preservar, contra ventos e marés, a autonomia para conduzir e aprofundar as exigências do projeto ético-político. Preservar a autonomia das entidades de

organização da categoria: CFESS, os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), a ABEPSS e a organização estudantil ENESSO.

Nesse sentido, temos uma disputa de projetos no contexto profissional e, em particular estudantil, no que se refere ao Serviço Social. Segundo Cavalcante (2009), de 1994 a 1998 tem-se o acirramento da luta pela direção nacional da ENESSO. No MESS, cada um dos grupos políticos que apresentaram as teses (atuais ou não)⁵⁴ – Projeto Democrático Popular (PDP), “A Saída é pela Esquerda”, Eu Quero Mais (EQM), “Viver na Luta” e “Por um MESS de Caras e Corações Novos” – tem um histórico particular e conectado com o período do seu surgimento. Estes foram os grupos políticos que tiveram mais destaque.

O PDP foi o primeiro grupo, tendo sido hegemônico neste movimento por aproximadamente vinte anos, embora vindo a se apresentar como um grupo formal e organizado em 1994.

Conforme Pré-Tese apresentada no XXVIII ERESS, em abril de 2005 em João Pessoa, o PDP tem origem nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) ainda na década de 1970, tendo como fundamentação ideológica a corrente gramsciana. Assim sendo, apesar de ser heterogêneo apresentava militantes vinculados ao PT. A tese apresentada pelo PDP defendia “um projeto coletivo e participativo baseado na luta e construção de uma sociedade pautada nos valores da democracia, da ética, do pluralismo, da justiça e de equidades sociais” (PDP, 2000).

O PDP surgiu em nível nacional e se firmou no MESS a partir do XVII ENESS, realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF), conhecida como UFF- Niterói /RJ, quando se dispõe a concorrer à direção da ENESSO. Posteriormente, esse grupo perde seu caráter nacional e, no Serviço Social, se aproxima dos partidos de esquerda que têm como foco principal o trabalho de

⁵⁴ Isto porque existem tendências que não atuam mais como: PDP, EQM, e “Viver na Luta” – no decorrer do capítulo, discutiremos o fim da atuação dos grupos que apresentaram essas teses.

base. Essa tese tinha como núcleo central ⁵⁵ a Região II ⁵⁶, ou seja, a região Nordeste compreendendo apenas quatro Estados: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Em 1995, disputa a direção da ENESSO o grupo formado pelo PDP e outro grupo hegemônico por estudantes militantes do PSTU. O PDP vence as eleições e continua com a direção da ENESSO. Em 1997, no XIX ENESS, em Campos/RJ, temos a criação de mais uma tendência no MESS: EQM que chegou à diretoria da entidade em 1998. Este grupo também era uma tendência do PT, tendo um vínculo forte com a tendência interna do PT denominada Articulação de Esquerda (AE)⁵⁷. A conquista da ENESSO pela EQM foi um fato que marcou um novo ciclo no MESS através das disputas políticas cujas divergências foram apresentadas nas teses. Isto significou também um estopim na explosão de conflitos e tensões no que diz respeito aos grupos que disputavam a diretoria da ENESSO.

Na tese deste ENESS, de 1997, a EQM afirmava,

Não estamos aqui nos propondo as grandes teorizações, queremos mais... Queremos mostrar a nossa cara e refletir se estamos construindo o Movimento Estudantil que desejamos: realmente democrático, ético, propositivo, comprometido, gostoso, criativo, definitivamente orgasmático [sic] !!! Queremos fugir do horror da fogueira das vaidades, das disputas medíocres de cargos, da falta de compromisso cotidiana, da hipocrisia da luta “do poder pelo poder”. Queremos combater a apatia que assombra nossos dias, o

⁵⁵ Termo utilizado a partir da análise de Ramos (1996, p. 130).

⁵⁶ Para uma melhor organização em nível nacional e para um melhor resultado na organização das lutas que articulam a ENESSO, divide-se, de acordo com seu atual estatuto, em sete regiões: Região I – Acre, Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Maranhão e Piauí; Região II – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco; Região III – Alagoas, Sergipe e Bahia; Região IV – Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais (Uberlândia e Uberaba); Região V – Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro; Região VI – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Região VII – São Paulo. As regiões foram divididas dessa forma, para que houvesse uma melhor articulação entre as escolas e a coordenação da ENESSO, sendo divididas de acordo com a localidade e a quantidade de escolas por região.

⁵⁷ É de conhecimento público que o PT possui inúmeras tendências internas e a AE é uma destas, ocorrendo a mesma disputa pela hegemonia no interior do partido até os dias atuais.

individualismo que permeia nossas ações, a falta de coragem de romper com o instituído, queremos propor [...]”.

Em 1998, quando a EQM ganhou a eleição para assumir a diretoria da ENESSO, estavam sendo comemorados os vinte anos de reorganização do MESS pós-ditadura militar e os dez anos da criação da ENESSO. Além disso, estavam sendo comemorados os cento e cinquenta anos do Manifesto do Partido Comunista, trinta anos do maio de 1968 e cinquenta anos da Declaração dos Direitos Humanos –

Nos anos de 1999 a 2002⁵⁸, na disputa entre o PDP e a EQM, ou mesmo se lançando como chapa única, a última é eleita novamente para assumir a coordenação nacional da ENESSO. Atualmente, não existem militantes que se identifiquem como integrantes da EQM, principalmente após o surgimento do “Viver na Luta”. Não que uma tese seja continuidade da outra, mas não se pode negar algumas convergências políticas mais estritamente no que se refere às questões de política de governo e de representatividade estudantil.

Já em 2004, temos o surgimento do grupo “A Saída é pela Esquerda” que tem uma grande aproximação com o PSTU e alguns integrantes que se denominam independentes; e o grupo “Viver na Luta” composto por integrantes da AE. A primeira até os dias de hoje atua no MESS e, a segunda, se deixou de fazer sua intervenção no MESS em 2007. Por fim, em 2006, temos a criação do grupo “Por um MESS de Caras e Corações Novos”. Neste período, temos a inserção de outro partido no MESS, o PSOL. Esta hegemônica por militantes do PSOL e, também, presente atualmente nos espaços políticos do ME de Serviço Social.

Uma constatação que não podemos menosprezar é que, desde 2007 até o ano de 2010, não existem mais teses direcionadas politicamente pelo PT. Contraditoriamente, quando o partido chega ao governo passa a perder espaço no

⁵⁸ Compreenderam três gestões da ENESSO.

MESS, havendo uma crise de hegemonia com reflexo direto nas lutas e nas campanhas do período. Temos com o PDP, com a EQM e depois com o “Viver na Luta” uma hegemonia das teses que têm relação com o Partido dos Trabalhadores, à frente da coordenação da executiva de Serviço Social. Os grupos políticos direcionados pelo PSOL e PSTU assumiram gestões da ENESSO, mas não de forma sistemática, e continuam como os grupos anteriores.

Conforme já afirmamos anteriormente, sobre a chegada de Lula ao governo, no que diz respeito a educação, no fim do primeiro mandato e início do segundo temos uma ofensiva de privatização contra o ensino público, principalmente, através dos programas: REUNI e PROUNI, conforme colocamos no capítulo 2.

A partir de então, no MESS começam a se destacar militantes que se identificam como independentes. Sempre houve no ME pessoas que não estão ligadas organicamente a nenhum grupo ou partido político, mas, especificamente no MESS, desde 2007 este fato chama a atenção.

Em 2007, no ENESS realizado na cidade de Contagem/MG, é eleita a gestão da ENESSO composta por um grupo de independentes, mas a pessoa que assume o cargo de coordenação geral é filiada à corrente “Trabalho” do PT. O nome da gestão, de acordo com uma das entrevistadas era “Ousar e unir: todos juntos para construir”. Eis o depoimento da pessoa entrevistada por nós:

Teve duas chapas concorrendo nesse processo: a nossa de Minas e a do Rio. Nessas chapas, em cada uma, tinha uma pessoa filiada a partido(...). As bandeiras das duas chapas se assemelhavam muito: fragilidade do governo, precarização da educação, desmonte da Escola Pública. A divergência era método partidário (...). Acredito que o partido não precisa ser um processo de ingerência, pois o MESS tem que ser autônomo. Tínhamos divergências internas, pois não tínhamos plataforma política, não tínhamos direcionamento político, alguns membros não tinham conhecimento político, não tinha discussão e nem compromisso. Tínhamos um perfil de militantes de escolas públicas e privadas. Os primeiros eram mais orgânicos, os segundos tinham mais dificuldades – eram estudantes trabalhadores. (ENTREVISTADO 2).

E, para nós, uma das principais divergências identificadas pela pesquisa no período de nossa investigação no Movimento Estudantil de Serviço Social se caracteriza pelo fato de que ao mesmo tempo em que temos uma gestão de independentes direcionada ou, pelo menos, impulsionada por militantes do PT, não podemos deixar de considerar a fragilidade da direção política da gestão. Na entrevista, ainda temos a afirmação de que os integrantes da gestão não tiveram nenhum contato anterior. “Foi uma gestão muito amadora, cartorial e tumultuada em questões internas e externas. (...) não estava preparada para assumir e não tinha uma relação entre si. Foram quadros agregados que se juntaram e formaram a chapa” (ENTREVISTADO 2). Não havia uma organicidade.

Em 2008, no ENESS realizado em Londrina/PR ⁵⁹ houve um fim de gestão tumultuado, pois no processo eleitoral para a gestão de 2008/2009 supostamente ocorreram fraudes e boicotes políticos que não permitiram a eleição desta gestão. Procuramos documentos que descrevessem que tipo de fraudes foram realizadas e como ocorreu o suposto boicote.. Não conseguimos nada mais que relatos pessoais, através de emails na lista da executiva MESS ⁶⁰. Resumindo, foi com base nesses relatos da lista do MESS e da própria observação participante que levantamos a discussão sobre este tema. É notório que, mesmo com o acúmulo político, temos um verdadeiro retrocesso político no âmbito do movimento.

A questão central, no que se refere às supostas fraudes, foi que um estudante de história, militante do PT, inscreveu-se na chapa como estudante de Serviço Social. Isto é estatutariamente irregular. Alguns estudantes expuseram

⁵⁹ Destaca-se a importância histórica desse encontro. O mesmo foram o ENESS no qual foi comemorados os trinta anos de reorganização do MESS, após a ditadura de 1964. E foi realizado em Londrina por esta ter sido sede do primeiro encontro a nível nacional organizado pós-ditadura, e como uma forma de comemorar os trinta anos de resistência e organização do MESS.

⁶⁰ A lista da executiva é um grupo destinado a todos os estudantes de Serviço Social e a todos que queiram contribuir. O grupo surgiu em 4 de outubro de 2000 como uma deliberação do planejamento estratégico nacional da ENESS na gestão: COMPROMISSO E RESISTÊNCIA. Tem o intuito de ser um local de socialização e debates que permeiam a dinâmica do MESS. Atualmente, este grupo tem 1.511 participantes.

este fato na plenária e a comissão eleitoral foi verificar. O suposto estudante de Serviço Social não conseguiu comprovar seu vínculo com o curso, o que gerou um problema na plenária. Posteriormente, uma das pessoas que estavam no encontro desligou a chave geral da eletricidade e fechou as portas do local onde estava ocorrendo o evento.

Este ENESS foi realizado em uma escola pública de Londrina. As plenárias, o alojamento e a alimentação dos participantes do encontro estavam feitas nesta escola. A plenária final estava ocorrendo na quadra de esportes desse local. O Encontro se tornou um verdadeiro caos. Todos os estudantes presentes na plenária queriam se dirigir para a parte externa da quadra, onde, logo após, instaurou-se uma plenária. Nesta não houve nenhum tipo de acordo e foi deliberado que a ENESSO naquele ano não teria gestão.

Temos aqui uma crise ético-política, verdadeiramente em desacordo com o projeto ético-político da profissão, o que foi motivo de preocupação para o MESS e para toda a categoria profissional, que não deixou de se mobilizar e lançou uma carta ⁶¹ após o 37º encontro nacional CFESS/CRESS. Esta foi escrita por ex-militantes de várias gerações e correntes do movimento, afirmando que:

A ENESSO é patrimônio político do Serviço Social brasileiro, e foi construída por muitas mãos e forças políticas desde 1979 (...). Em seu âmbito se formaram gerações de assistentes sociais no campo do projeto ético-político, muitos hoje militantes do Conjunto CFESS/CRESS, da ABEPSS, da ALAEITS⁶² e dos movimentos de resistência à barbárie capitalista. Nesse momento de contra-reforma do ensino superior é mais do que nunca fundamental que a ENESSO esteja forte, representativa e estruturada. Daí nosso chamado aos atuais militantes do MESS para que esta crise seja brevemente e de forma consistente superada, já que as tarefas são urgentes. Compreendemos que uma crise pode ter duas saídas: a de sua superação com aprendizado e saldo organizativo e político; ou seu aprofundamento, levando a mais fragmentação e enfraquecimento. O entendimento da necessidade de ter uma entidade forte para incidir na luta social nesse momento histórico deve estar acima de diferenças que podem ser decididas no debate democrático. Nesse sentido,

⁶¹ Ver anexo 3.

⁶² Aqui damos destaque à articulação com a coordenação de relações internacionais da ENESSO.

esperamos que prevaleça a maturidade, o aprendizado e a busca de uma solução negociada e democrática para o impasse da ENESSO.

A carta lançada expressa a tensão criada aparentemente por esse ano sem gestão na executiva. Podemos também afirmar que as consequências de tal ocorrido ainda são vivenciadas até os dias de hoje, principalmente, no tocante a organicidade desse movimento. Constatamos que tal tensão tem sua essência na crise de hegemonia existente no MESS no período, na falta de direção do movimento e no questionamento sobre a questão ética.

3.2 Nos organizando podemos desorganizar e desorganizando podemos nos organizar: a quebra da hegemonia presente no MESS.

É nítido que, anteriormente, no MESS havia uma hegemonia de grupos políticos do PT, mesmo que em disputa por suas tendências internas, expressas em diferentes teses no MESS. Hoje, podemos constatar através de todas as entrevistas a presença destacada de outros partidos além do PT, como o PSTU e o PSOL. A inserção desses partidos políticos no MESS e, principalmente, a disputa de hegemonia dos mesmos no processo de direção do movimento, indicam a perspectiva crítica presente no MESS, pois estes partidos se afirmam como aliados à classe trabalhadora.

Nas entrevistas, verificamos que a maioria dos coordenadores nacionais da ENESSO são militantes não filiados a partidos políticos, entretanto, não podemos desconsiderar a vinculação, que se manifesta também na filiação partidária de estudantes organizados em grupos/agrupamentos no MESS.

E, também, não podemos deixar de destacar que, desde a gestão de 2004/2005 até a gestão 2010/2011, sempre existiu pelo menos uma coordenadora(o) filiada(o) a partido político em todas as gestões. Nas gestões de 2004 até 2008, as (os) militantes filiadas(os) eram do PT. A gestão 2008/2009 não existiu, pois não foi realizada a eleição por uma série de acontecimentos que já foram discorridos no ponto anterior. E, por fim, na gestão 2009/2010, os militantes filiados eram do PSTU.

Nesse sentido, ao nos referirmos aos partidos políticos e a sua relação com o MESS, podemos enfatizar uma das principais bandeiras de luta desse movimento: a questão da autonomia, que analisamos no capítulo dois desta dissertação. Esta bandeira de luta pode ser exemplificada a partir de alguns artigos retirados das deliberações da ENESSO, que é o documento máximo que orienta as ações da executiva, juntamente com o Estatuto da mesma ⁶³. Essas deliberações são estruturadas através de cinco eixos, que são: o eixo de conjuntura, de movimento estudantil, de universidade, de formação profissional e de cultura.

Através dos documentos pesquisados, observamos que três eixos são centrais: conjuntura, movimento estudantil e universidade. Isto porque estes trazem as polêmicas, como a questão da autonomia; a questão da representatividade da ENESSO e do MESS no ME geral (o debate referente a UNE) e a questão das políticas educacionais implementadas pelo Governo Lula. E o que não podemos deixar à margem é a compreensão de que essas três questões abordadas estão totalmente articuladas.

⁶³ O Estatuto da ENESSO, criado em 1989 no XVI ENESS, é “revisto a cada três anos, salvo mediante solicitação de pelo menos 1/3 das Escolas” (ENESSO, 2010). Este que somente pode ser revisto na plenária do seu fórum de deliberação máxima o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESS.

A título de ilustração, vários exemplos concretizam esse raciocínio, como é o caso das deliberações de 2006 que orientam as ações da gestão 2006/2007⁶⁴ da executiva de Serviço Social. No eixo de conjuntura temos, por exemplo:

Que a ENESSO não apóie nenhuma candidatura e a qualquer governo na democracia burguesa, e sim apóie os movimentos sociais e classes trabalhadoras em busca das transformações sociais e ao comunismo. Uma análise dura do governo Lula, a fim de fazermos um documento de avaliação e traçar perspectivas (ENESSO, 2006).

Vale destacar que as deliberações da ENESSO são propostas e votadas em um espaço de extrema disputa política, principalmente entre as teses. Por este motivo, também, a mesma deliberação acima (que foi aprovada) tem uma observação destacada no documento. A observação nos diz que “o plenário presente: PUC-RS, UEPB, UFPE, UFPB, UFAL, ULBRA, UFS, UCSAL, USF e PUC-BH,⁶⁵ deliberou em não construir o documento devido ao esvaziamento da plenária” (ENESSO, 2006).

Ao analisarmos essa observação e os documentos de votação destas deliberações, fica explícito que as universidades que estavam presentes no plenário são hegemônicas pela tese “Viver na Luta”. Isso caracteriza uma disputa política entre as teses – que têm um direcionamento político partidário – referente à polêmica de se construir ou não um documento com uma “análise dura” sobre o governo Lula.

Assim, temos nos anos seguintes, até 2010 — último ano que engloba nossa pesquisa —, outras deliberações que demonstram a continuidade dessa disputa política e também um tensionamento maior no período analisado. Esse é o caso das deliberações de 2007, referentes ao eixo de conjuntura, com podemos constatar na afirmativa a seguir:

⁶⁴ O nome dessa gestão era “Tod@s na luta”.

⁶⁵ Não descrevemos os nomes das universidades por extenso por se tratar de uma citação, mas acrescentamos todas que faltavam na lista de abreviaturas.

Que a ENESSO não apóie nenhuma candidatura e a qualquer governo na democracia burguesa, e sim apóie os movimentos sociais e classes trabalhadoras em busca das transformações sociais e ao comunismo. Que devido o caráter neoliberal do governo Lula as reformas e medidas que atacam os direitos dos trabalhadores, da juventude, do povo pobre, defendemos que a ENESSO se posicione no campo de oposição de esquerda ao governo Lula e a todos os governos neoliberais, traçando estratégias de enfrentamento a esses. [...] Que a ENESSO se posicione contra a política econômica do governo Lula, pois esta privilegia o lucro dos banqueiros e grandes empresários, em detrimento da classe trabalhadora e da juventude. [...] Que a ENESSO participe do fórum nacional de mobilização contra as reformas neoliberais do governo Lula! (ENESSO, 2007).

Estas deliberações que orientam a gestão da ENESSO de 2007/2008 diferem das que orientam a gestão 2006/2007 por destacarem as reformas e medidas implementadas por este governo no seu segundo mandato. Tais reformas e medidas não foram referenciadas explicitamente nas deliberações de 2006 que, ao invés da construção de um documento, têm como proposta a participação em ações contra as reformas.

Já no documento das deliberações de 2008, ainda no eixo de conjuntura, essas reformas são identificadas e novamente questionadas. No citado documento, temos o acréscimo da seguinte afirmação: um posicionamento da Executiva do curso contrário às “reformas previdenciária, tributária, sindical, universitária, trabalhistas, assim como a todas as suas facetas e a participação dos fóruns nacional de mobilização contra tais reformas”, além de exigir um posicionamento contrário a este governo por privilegiar “o lucro dos banqueiros e grandes empresários, em detrimento da classe trabalhadora e da juventude” (ENESSO, 2008).

Em 2009, temos a inclusão que diferencia e também demarca o posicionamento político dos anos citados anteriormente em um trecho do texto das deliberações que estão situadas na discussão referente à conjuntura. Entretanto, todas as outras propostas se mantiveram, o que significa a

continuidade de uma perspectiva crítica pelos (as) estudantes de Serviço Social.

A inclusão foi no seguinte ponto:

Devido o caráter neoliberal do governo Lula [*assim como em qualquer governo neoliberal*] as reformas e medidas que atacam os direitos dos trabalhadores e da juventude defendemos que a ENESSO se posicione contra as reformas. (ENESSO, 2009, grifo nosso).

Ao resgatar emails na lista da executiva MESS referentes ao processo de votação das deliberações de 2009, contatamos que existiram duas proposta nesse ponto. A primeira proposta, elencada pela maioria dos militantes independentes mas com uma nítida orientação do PT, era retirar da proposta a parte que fazia referência ao “governo Lula” e destacar todo governo de caráter neoliberal. A segunda proposta, que foi aprovada, em contrapartida já explicitava a intenção de destacar o governo Lula como neoliberal, com uma perspectiva de denúncia do mesmo.

Então, sobre o eixo de conjuntura das deliberações – partindo de 2006 com a proposta de construção do documento com uma análise dura do governo Lula; depois em 2007, com a proposta de participação no fórum nacional de mobilização contra as reformas do mesmo governo; em seguida em 2008, com a especificação de quais são concretamente essas reformas; e por fim em 2009, com a manutenção destas deliberações – , constatamos que, apesar da orientação crítica dos (das) estudantes de Serviço Social, as divergências entre os partidos políticos – em especial o PT, PSOL e PSTU – revelam, que, ao mesmo tempo em que temos uma unidade no discurso na perspectiva de mudança, temos também o acirramento das disputas políticas no que se refere ao apoio ou não ao governo no período analisado. Tudo isso, no que se refere à atuação dos militantes no MESS, influencia fortemente e, às vezes, pode até determinar a questão da autonomia.

Nesse sentido, mas tendo como enfoque a questão das políticas

educacionais implementadas pelo governo Lula, temos ainda as deliberações do eixo de universidade, na qual se destaca o debate sobre o PROUNI e o REUNI. Desde 2006, nas deliberações, temos a proposta de desenvolver mecanismos para a realização de debates sobre o PROUNI, tanto com estudantes de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, como privadas. Já no ano de 2007, com o debate mais amadurecido, temos as seguintes propostas:

Transferir os estudantes PROUNI das IES privadas para as IES públicas através do mesmo método. Assim visando o fim do investimento público em escolas privadas. Priorizar a discussão da Reforma Universitária junto com a Formação Profissional, para facilitar a mobilização dos e das estudantes e a compreensão das conseqüências e causas da reforma universitária. Contra essa reforma de viés neoliberal. Que a ENESSO se articule com outros movimentos sociais para a construção de uma contra proposta de Reforma Universitária, em defesa de uma educação pública, laica, popular, democrática e de qualidade. Pela retirada e substituição do Projeto da Reforma Universitária do Governo, pelos dos Movimentos em defesa da Educação. Pela revogação dos aspectos da reforma Universitária aprovados pelo congresso do mensalão e por decreto (PPP, REUNI, Lei de Inovação Tecnológica, ENADE/ SINAES, Decreto de Fundações Privadas, Universidade Nova) ⁶⁶. Contra o Anteprojeto da Reforma do Ensino Superior. Em defesa de um plano emergencial de educação para as IFES. (ENESSO, 2007).

Em 2008, por conta de atrasos na programação no XXX ENESS, foram mantidas como bandeiras de luta do MESS e da ENESSO as deliberações do eixo de Universidade, aprovadas no XXIX ENESS até o XXXI ENESS; no ano seguinte, em 2009, tivemos poucas alterações nesse ponto das deliberações. Além dos documentos, em todas as entrevistas tivemos a afirmação de que o PROUNI e o REUNI, desde 2007, não deixaram de ser bandeira de luta do MESS.

Nesse sentido, não podemos deixar de explicitar uma das maiores contradições das lutas encampadas pelo MESS, pois, ao mesmo tempo em que esses programas respondem a demandas históricas do movimento estudantil —

⁶⁶ Não descrevemos o nome das siglas por extenso por se tratar de uma citação, mas acrescentamos todas que faltavam na lista de abreviaturas.

como ampliação das vagas e maior acesso à universidade —, programas como REUNI e PROUNI não respondem a essas demandas de forma qualificada. Um outro ponto importante a destacar são as deliberações do eixo de movimento estudantil, diretamente relacionado com a questão da representatividade da ENESSO e do MESS no ME geral (o debate referente à questão da representatividade da UNE).

Das deliberações desse eixo que orientaram as gestões de 2006/2007 à gestão 2010/2011, temos uma mudança gradual no que diz respeito ao apoio da UNE como entidade que representa, em nível nacional, os(as) estudantes de Serviço Social. Nas deliberações que orientam as ações da gestão 2006/2007, apesar de já ser possível encontrar o debate da luta pela redemocratização da direção da UNE, tínhamos o reconhecimento da UNE, mesmo que com ressalvas, como uma entidade de representação dos(das) estudantes.

Aqui é nítida a disputa política entre os (as)estudantes que apóiam a UNE e os(as) que apóiam a construção de uma outra entidade. No campo dos(das) que apóiam a construção dessa nova entidade temos, hegemonicamente, o PSTU. Já, no campo de quem apóia a UNE temos diversas tendências, que defendem o apoio que se distancia do campo do governo e um apoio mais convergente ao campo do governo ⁶⁷.

Sobre as deliberações que orientaram a gestão 2007/2008 foi acordado que as aprovadas no XXVIII ENESS seriam mantidas como bandeiras de luta a fim de nortear as ações da ENESSO até o XXX ENESS. Para orientar a gestão 2008/2009, as deliberações de 2008 afirmam:

⁶⁷ Este campo de apoio mais distanciado do campo político do governo é defendido como UNE vermelha, fazendo referência ao símbolo que representa o sangue dos trabalhadores, a bandeira vermelha. E o campo aliado ao governo levanta a bandeira da UNE azul. Essas duas definições entre UNE vermelha e azul não é um simples simbolismo, pois tem um significado político que demarca o campo de ação destes. No sentido de demarcar uma perspectiva crítica questionada pra ultima gestão eleita (2010/2011) se denomina “ENESSO Vermelha”.

Que a ENESSO participe de todos os fóruns do movimento estudantil, como a UNE (previsto no estatuto), a frente de luta contra a reforma universitária, a CONLUTE, a FENEX e demais fóruns, lutando pela democratização desses espaços e para que esses lutem contra a reforma universitária. Que UNE e outras organizações do movimento estudantil, a exemplo da ENESSO, assumam um caráter classista se posicionando diante das lutas da classe trabalhadora. Que a ENESSO fomente debate da CONLUTE e outras organizações de luta na medida em que esta se apresenta como um espaço de luta contra a reforma universitária. *Que a direção majoritária da UNE não fale em nome dos estudantes de Serviço Social no que tange ao processo da reforma universitária. Em defesa de um movimento estudantil construído a partir da base e de baixo para cima* ⁶⁸. (ENESSO, 2008).

Podemos, assim, explicitar a diferença e uma maior radicalidade nessas deliberações. Por fim, nas deliberações de 2009, a mudança é a extinção da CONLUTE e a introdução da ANEL como nova entidade a ser construída para representar os(as) estudantes em nível nacional⁶⁹. Logo, temos o seguinte texto:

Que a ENESSO participe como observadora de todos os fóruns do movimento estudantil, tais como a UNE (previsto no estatuto), a FENEX (Federação Nacional de Executivas de Curso), a ANEL (*Assembléia Nacional de Estudantes – Livre!* ⁷⁰), e demais fóruns, lutando pela democratização desses espaços e para que esses lutem contra a Reforma Universitária. A direção majoritária da UNE não fale em nome dos estudantes de Serviço Social no que tange ao processo da reforma universitária.

Essa questão da UNE e, atualmente, da ANEL, é polêmica nos encontros do movimento estudantil de Serviço Social, o que foi confirmado nas entrevistas:

⁶⁸ Grifos nosso.

⁶⁹ A fim de iniciar essa construção a ANEL fomentou alguns espaços de discussões e encaminhamentos, mas essa proposta, até o momento, não conseguiu tomar as proporções desejada. É um debate que ainda encontra-se em construção e nos cabe muita cautela ao realizar essa discussão.

⁷⁰ Grifos nosso.

A principal divergência entre as chapas era sobre a construção da ANEL ou da UNE. [...] As principais disputas políticas perpassam a questão do ME e questão da representação política do MESS. Questões referentes a UNE e a ANEL. (Entrevistada 1)

Os discursos dos grupos eram o mesmo, mas tínhamos algumas divergências. Divergíamos sobre a descentralização ou não da ENESSO nas regiões, sobre a questão de termos muitos encontros – como, por exemplo: na extinção ou não dos seminários- e sobre a questão da representatividade da UNE. (Entrevistada 3)

As principais disputas eram pela direção política do ME, o que passa pela formação e tem tudo a ver com a trajetória dos estudantes no movimento da categoria. Tinha disputa também partidária, ME e conjuntura e pelas entidades do ME em geral – UNE/CONLUTE. Vivíamos um processo de rearticulação da esquerda no ME também. (Entrevistado 2)

As principais disputas se davam em cima das deliberações da ENESSO por questões de conjuntura, pela leitura do movimento estudantil de reconhecer ou não a UNE como entidade a nível nacional e sobre a formação profissional em cima das questões dos seminários regionais e nacionais. (Entrevistada 4)

Reiteramos que, após o segundo mandato do governo Lula (com o apoio dos partidos da coligação), mais especificamente o PT, no que diz respeito ao MESS, começa a perder sua hegemonia. Isto aparece concretamente na extinção das teses direcionadas por este partido e nas elaborações que direcionam as ações políticas dos estudantes de Serviço Social e da sua executiva.

Em decorrência dessa perda de hegemonia, temos o acirramento das disputas políticas entre os partidos políticos que atuam no MESS, que se expressam principalmente através das teses, gerando uma aversão de muitos estudantes, tanto aos partidos quanto às teses. Além disso, observamos a intensificação das ações de muitos militantes independentes, direcionadas por correntes partidárias, utilizando a “independência” como disfarce, devido a tal aversão política aos partidos.

3.3 Mudanças na ENESSO: impasses na relação do movimento estudantil com os partidos políticos.

Em 2010, tivemos mudança no estatuto da ENESSO e a UNE deixou de ser representação nacional dos estudantes de Serviço Social. Porém, contraditoriamente, na chapa que foi eleita para a ENESSO (gestão 2010/2011), existem pessoas que apóiam a UNE — até por este motivo, a chapa se chama “ENESSO vermelha”.

O texto que presente no Estatuto era o seguinte:

§1º A ENESSO, garantindo sua autonomia, reconhece a entidade UNE como instância de representação do movimento estudantil lutando para que a mesma estimule, unifique e fortaleça a luta das (os) estudantes pela defesa da universidade pública, gratuita, democrática, laica, popular, de qualidade, com ensino presencial e juntamente com outros movimentos sociais, lute por um novo projeto societário.

Já o texto aprovado⁷¹ foi:

§ 1: A ENESSO garante sua autonomia estimulando, unificando e fortalecendo a luta de tod@s @s estudantes de Serviço Social por uma educação de qualidade, continuando a luta pela defesa da universidade pública, gratuita, democrática, laica, popular, de qualidade, com ensino presencial e conjuntamente com outros movimentos sociais, lute por um novo projeto societário. (ENESSO, 2010).

⁷¹ Essa proposta, de acordo com os documentos pesquisados, foi votada por alguns(algumas) estudantes das regiões I, II, III, IV e V.

Não somente desse inciso do estatuto foi retirada a representação da UNE, mas de todo o documento. Este fato expressa um movimento político de disputa, em especial partidária, que este trabalho destaca e analisa.

Temos ainda que explicitar as entrevistas analisadas, nas quais a maioria dos coordenadores nacionais da ENESSO e de militantes não está filiada a partidos políticos. Entretanto, não podemos desconsiderar as vinculações existentes entre esses dois sujeitos coletivos, que se manifestam, também, na filiação partidária de estudantes organizados em agrupamentos no MESS. Ademais, não podemos deixar de destacar, que desde a gestão de 2004/2005, existiu pelo menos um militante filiado a partido político em todas as gestões.

De acordo com Cavalcante (2009), do período de 2003 a 2008, correspondentes aos anos de atuação da ENESSO analisados em sua pesquisa, tivemos um total de trinta e cinco coordenadores nacionais da ENESSO. Desse total, vinte e dois dirigentes — o equivalente a mais de sessenta por cento (60%) desse universo — responderam a um questionário, o qual, entre outras perguntas, indagava sobre sua filiação partidária.

O resultado obtido foi que, nesse período de 2003 a 2008, a maioria era de dirigentes não filiados a partidos políticos. Isso significa que, dos vinte e dois que responderam ao questionário, englobando pessoas de todos os anos citados, sessenta e quatro por cento (64%) não eram filiados e trinta e seis por cento (36%) responderam positivamente, ou seja, eram filiados.

Estes dados sinalizam ainda que, dos que responderam positivamente, durante a ocupação de cargo na executiva, todos foram filiados ao PT, não sendo nenhum outro partido elencado pelos dirigentes. Estes dirigentes estão distribuídos no período de 2003 a 2008, pois, em cada gestão que compreende esse período houve pelo menos um(a) dirigente filiado(a) ao PT.

Outra constatação que nos chamou atenção é a de que somente duas pessoas eram filiadas antes de ingressar no MESS. Isso revela que a tendência foi de se filiar depois da inserção no movimento.

A pesquisa de Cavalcante (2009) contribuiu para a nossa investigação ao trazer subsídios para afirmarmos que, de 2007 até os dias atuais, essa hegemonia do PT vem se modificando. Destacamos essa contribuição mais por uma questão didática, por conta da extinção das teses e da análise dos documentos de deliberação máxima dos estudantes de Serviço Social.

Em convergência com o trabalho da autora supracitada, podemos afirmar que não tivemos gestão em 2008/2009 como consequência do acirramento das disputas políticas e, de uma forma bem particular, de natureza partidária. Já na gestão de 2009/2010, também havia uma pessoa filiada a partido político, mas o partido não era o PT, e sim o PSTU.

Por outro lado, a gestão 2010/2011 tem como ponto de convergência a questão da representação da UNE, reivindicando a atuação da UNE, com base nos documentos em sua perspectiva mais crítica. Dizemos isto não somente pela gestão, mas pela própria perspectiva crítica que é hegemônica no MESS e no direcionamento político do curso de Serviço Social, o que se expressa nas entidades da categoria.

Nesse sentido, afirmamos que os militantes do MESS têm um “desejo, uma necessidade, uma vontade” – apesar do momento de reorganização e desmobilização que perpassa não somente este movimento, mas a totalidade da luta social da classe trabalhadora – de construir uma saída, mas não uma “saída para qualquer parte”, como nos diz a música dos Titãs citada no início desse capítulo. Nesse momento de resistência, o MESS continua sendo uma referência para os(as) estudantes de Serviço Social e sua formação profissional, apesar de todas as suas contradições e fragilidades.

Os(as) estudantes que participam do MESS “trazem na pele essa estranha mania de ter fé na vida” e tentam construir uma saída com base na luta e em uma sólida formação, pois a teoria não é abstrata é revolucionária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Fica decretado que, a partir deste instante,
haverá girassóis em todas as janelas,
que os girassóis terão direito
a abrir-se dentro da sombra;
e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro,
abertas para o verde onde cresce a esperança.

Fica proibido o uso da palavra liberdade,
a qual será suprimida dos dicionários -
e do pântano enganoso das bocas.

A partir deste instante
a liberdade será algo vivo e transparente
como um fogo ou um rio,

e a sua morada será sempre o coração do homem”.

Thiago de Mello.

Pelo exposto ao longo desta Dissertação, o período de redemocratização e o que vivenciamos na história atual do Brasil aparecem como processos dialéticos determinantes das determinações conjunturais, que exercem fortes influências no processo de desenvolvimento da organização política das lutas sociais e, particularmente, do MESS.

A estrutura política e organizativa do Movimento Estudantil de Serviço Social, que historicamente se constitui como potencializadora da luta e participação política dos estudantes de Serviço Social, tem também sido afetada pela lógica instrumental presente. O crescimento dos cursos de Ensino a Distância é um dos exemplos disso. A ausência de uma vivência política e de um processo de formação de qualidade, com base no diálogo, no debate e na reflexão crítica, faz com que os elementos basilares da formação profissional sejam negados.

Nesses termos, a luta do MESS tem sido direcionada por uma perspectiva que, de forma acrítica, redirecione as ações para essa lógica utilitarista e mercantilizadora. Assim, qualquer posição que se manifeste contrária a essa lógica é vista como ataque ao direito individual. A crítica ao sucateamento das universidades e à privatização do ensino é posta em xeque diante do discurso que defende a universalidade a qualquer custo, ainda que seja pelo financiamento público a instituições privadas, como no caso do PROUNI e do REUNI.

Vale destacar que esta “democratização” do ensino através do PROUNI, REUNI e, ainda, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) interfere na reorganização do movimento estudantil. Em particular no caso do Serviço Social, as(os) estudantes eram predominantemente pertencente à pequena burguesia: mulheres, brancas e com um padrão de vida elevado.

Nos dias atuais, após todas as mudanças vivenciadas na sociedade desde a origem do Serviço Social, temos estudantes de distintas classes sociais, com o predomínio da classe trabalhadora. Nesse sentido, temos uma influência direta na formação, organização e articulação dessas(es) estudantes, que em sua maioria ingressam em universidades privadas e, além disso, são “estudantes trabalhadores”⁷².

Diante de todas essas particularidades o MESS é cada mais exigido a buscar uma atuação criativa, crítica e comprometida com o ensino público, gratuito, presencial e de qualidade. E um dos exemplos disso é o manifesto que a ENESSO, juntamente com a ABEPSS e o conjunto CFESS/CRESS, lançou: “Educação não é fast-food: diga não para a graduação a distancia em Serviço Social”.

Outro ponto relevante é a articulação desse movimento com outras formas de organização da classe trabalhadora. Nessa pesquisa, destacamos o partido

⁷² Inclusive pesquisas já estão estudando esse tema mais especificamente, entre elas temos uma apresentada no último ENPESS, em 2010 no Rio de Janeiro, como o tema: O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO MOVIMENTO SOCIAL: A LUTA CONTRA A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA VIDA E O PROCESSO DE CONSCIÊNCIA.

político. É notório que as principais divergências são em relação a cargos representativos em nível nacional e local (em cada curso específico). No Serviço Social, em particular, temos a presença e influência forte do PT, entre outros partidos aliados da classe trabalhadora brasileira. O PT destaca-se pela hegemonia que tinha no MESS e por ser o partido que representa o governo de coalizões no período pesquisado.

Verificamos que, desde 2007 até o ano de 2010 não existe mais essa hegemonia do PT no MESS. Constatamos uma disputa por essa hegemonia e isso fica nítido nas disputas das tendências e nas análises das gestões da ENESSO.

Logo, a importância desse trabalho se direciona para atualizar e socializar o processo de reorganização em que está inserido este movimento, afirmando que o MESS vivencia um momento no qual as(os) estudantes têm aversão aos partidos políticos e, também, um momento em que se intensifica a participação de militantes “independentes”.

O contexto atual do MESS é de crise de hegemonia, de falta de direção do movimento e de uma crise ética, o que é vivenciado também por parte da classe trabalhadora. Tal crise traz, ainda, a necessidade de esforços no sentido da organização, da mobilização e da articulação da classe trabalhadora como um todo, bem como de uma reorganização das nossas entidades.

Enfim, esta dissertação tem o intuito de proporcionar contribuições para que futuras gerações construam o seu processo de formação política e profissional, dando continuidade a este movimento tão importante para a concretização das lutas sociais.

Afirmamos que o Movimento Estudantil de Serviço Social, apesar de todas as limitações apresentadas – transitoriedade do movimento, maior precarização do ensino superior, processo avançado de contra-reformas –, caracteriza-se como um movimento social isto é, como expressão de lutas sociais. No processo de crise estrutural em que vivemos, este movimento de suma

importância para a formação profissional e o desafio da reorganização, pois “é caminhando que se faz o caminho”.

Para tanto, faz-se necessário a construção de um movimento plural, que permita a expressão das diversas posições; um movimento autônomo que, garanta a manifestação das diversas expressões, sem que se filie exclusivamente a uma ou outra. De forma mais clara, o movimento *pode* e *deve* interagir com outros movimentos , e mesmo com partidos políticos, porém, suas ações e decisões devem ser fruto de sua própria autonomia.

Por fim, faz-se necessário que os corações e mentes se conduzam na perspectiva da construção de uma nova sociabilidade que não a do capital. Nessa sociabilidade, devem ser postas as bases materiais necessárias ao pleno desenvolvimento da emancipação humana, sem que se manifeste nenhum tipo de exploração e/ou opressão, com todas as pessoas livres e com suas necessidades e possibilidades humanamente satisfeitas. Este é, para nós que acreditamos na luta e na continuidade dela, um grande desafio. Para aqueles que não mais acreditam na forma e no poder da vida, o desafio é (re) encantar-se.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. **O Novo Sindicalismo e o Serviço Social: trajetória e processos de luta de uma categoria 1978-1988.** São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Uma Esquerda Fora do Lugar: o governo lula e os descaminhos do PT.** Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

_____. **Um novo desafio.** In: Margem Esquerda, n. 4, Boitempo: São Paulo, 2004.

_____. **Adeus ao trabalho?:** ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma.** Desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BIANCHI, Álvaro (org.). **Transgressões: as ocupações de reitorias e a crise das Universidades Públicas.** Coleção 10, n. 11. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

BRAZ, Marcelo. **Partido Proletário e Revolução: sua problemática no século XX.** Rio de Janeiro: UFRJ. Tese (Doutorado em Serviço Social), 2006.

_____. **O III CBAS de 1979: a virada e o seu legado às novas gerações.** In: Serviço Social e Sociedade. n. 100. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

BOGO, Ademar (Org.). **Teoria da organização política I**: escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa Luxemburgo, Mao. São Paulo: Expressão popular, 2005.

BRETTAS, Tatiana. **A Mercantilização no Ensino Superior**: uma análise da “Reforma” Universitária no governo Lula. In: QUEIROZ, Fernanda Marques de; RUSSO, Glaucia Helena Araujo; RAMOS, Samya Rodrigues (org.). Serviço Social na contra-corrente: lutas, direitos e políticas sociais. Mossoró, RN: Edições UERN, 2010.

CARDOSO, Franci Gomes. **Organização das classes subalternas**: um desafio para o Serviço Social. São Paulo: Cortez; Maranhão: Editora da Universidade Federal do Maranhão, 1995.

Carta de ex-militantes do Movimento Estudantil de Serviço Social aos estudantes de Serviço Social, coordenadores regionais da ENESSO e diretorias de C.As e D.As do país. Setembro de 2008.

CAVALCANTE, Maria Lenira Gurgel. **Movimento estudantil e Serviço Social no capitalismo contemporâneo**: tendências e particularidades. Natal: UFRN. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), 2009.

CFESS (Org). **30 Anos do Congresso da Virada**. Brasília: CFESS, 2009.

CERRONI, U. **Teoria do Partido Político**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas; Col. História e Política, n. 15, 1982.

CODIGO DE ETICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL DE 1993.

CONLUTE. Um convite a ousadia... Conhe• a a conlute. Dispon.vel em <http://www.conlutas.org.br>. Acesso em 11 de outubro de 2010.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Gramsci em Turim**: a construção do conceito de hegemonia. São Paulo: Xamã, 2000.

DURIGUETTO, Maria Lucia. **Sociedade Civil e Democracia**: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

ELIAS, Antonio (Comp.). **Los Gobiernos Progressistas en Debate:** Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2006.

ENESSO. **Deliberações da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social**, aprovadas no XXVIII ENESS, Palmas, julho de 2006.

_____. **Deliberações da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social**, aprovadas no XXIX ENESS, Contagem, julho de 2007.

_____. **Deliberações da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social**, aprovadas no XXX ENESS, Londrina, julho de 2008.

_____. **Deliberações da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social**, aprovadas no XXXI ENESS, Rio de Janeiro, julho de 2009.

_____. **Estatuto da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social**, aprovado no XXXII ENESS, Piauí, julho de 2010.

FERNANDES, Florestan. **Da Guerrilha ao Socialismo:** A Revolução Cubana. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros Falsos.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. (Coleção Zero à Esquerda).

GENOINO, José. Um projeto socialista ainda em construção. In: GADOTI, Moacir. **Pra que PT?** São Paulo: Editora, 1989,

GIANNOTTI, Vito. **Histórias das lutas dos trabalhadores no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **O Partido Comunista.** In: Concepção do partido proletário. Tradução Maria Natália Dantas. Lisboa, Portugal: Iniciativas Editorias, s/d, p. 29-40

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do homem.** Tradução Waltensir Dutra. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **Ensaio sobre a consciência e a emancipação.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KONDER, Leandro. **História das Idéias Socialistas no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2003.

KONNO, Cristiane Carla. A formação profissional na consolidação do projeto ético-político do Serviço Social. In: ROESLER, Marli Renate Von Borstel (Org.). **Recortes Temáticos: nossas reflexões nos 20 anos do curso de serviço social da UNIOESTE.** Cascavel: EDUNIOESTE, 2007. p. 71 – 83.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** 4. ed. Tradução Célia Neves e Auderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

LÊNIN, V. **O Estado e a revolução.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LOWY, Michael (org.). **O Marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. Tradução Claudia Schiling e Luis Carlos Borges. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

KONDER, Leandro. **História das idéias socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

_____. **A Derrota da Dialética**: a recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 30. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009 a.

_____. **O marxismo na batalha das idéias**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009 b.

_____. **Greve de Massas, Partidos e Sindicatos**. BOGO, Ademar (Org.). Teoria da organização política I: escritos de Engels, Marx, Lenin, Rosa Luxemburgo, Mao. São Paulo: Expressão popular, 2005.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

_____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. In: BOGO, Ademar. Teoria da Organização Política I. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MOTA, Ana Elisabete (orgs). **Serviço Social e Saúde**: Formação e Trabalho Profissional, São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **A nova fábrica de consensos:** ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social. Mota. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. **Capacitação em Serviço Social e política social.** Módulo I: Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: Cead, 1999.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **O Estado e a privatização do ensino:** mecanismos de sustentação da empresa privada de ensino. Educação e Sociedade, Campinas, n. 15, 1983.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião** SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes serie estudos sobre o nordeste. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PEQUENO, Andréia Cristina Alves. **História dos Encontros Nacionais de estudantes de Serviço Social (1978-1988).** Rio de Janeiro, 1990, Mimeo.

PRADO JUNIOR, Caio; FERNANDES, Florestan. **Clássicos sobre a Revolução Brasileira.** São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do Trabalho no Século 20:** Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POERNER, Artur José. **O Poder Jovem:** história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RAMOS, Sâmya R. **A ação política do MESS: caminhos históricos e alianças com outros sujeitos coletivos.** Recife: UFPE. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), 1996.

_____; SANTOS, Silvana. **O Movimento Estudantil de Serviço Social: parceiro na construção coletiva da formação profissional do(a) assistente social.** In: ABESS. n.07. São Paulo: Cortez, 1997.

SANFELICE, José Luís. **Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

SILVA, Justina Iva de Araújo. **Estudantes e Política: estudo de um movimento (RN 1960-1969).** São Paulo: Editora Cortez, 1989.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Formação Profissional do Assistente Social: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

TACHIZAWA, Takeshy; MENDES, Gildásio. **Como fazer Monografia na prática.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

VENTURA, Zuernir Carlos. **1968: o ano que não terminou.** São Paulo: Editora Nova Fronteira, 1988.

WALDENBERG, M. **A estratégia política da social-democracia alemã.** In: Hobsbawm, E. (org.) et al. **O marxismo na época da Segunda Internacional.** Coleção pensamento crítico: v. 46. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1982.

SITES

<http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso em 14 de agosto de 2010.

<http://www.ensso.net/principal.php?acao=noticias&id=36>.

www.andes.org.br. Acesso em julho de 2008.

http://siteprouni.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_ano.pdf. Acesso em 08 de outubro de 2009.

DOCUMENTOS

Eu Quero é Mais. Tese apresentada no XIX ENESS. São Paulo, 1997.

Documento do PDP. Tese apresentada no XXII ENESS. Lins, 2000.

A saída é pela Esquerda. Tese apresentada no XXVII ENESS. Recife, 2005.

Pré-tese do Projeto Democrático Popular. Apresentada no XXVII ENESS. Recife, 2005.

ANEXOS

ANEXO 1

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Eixo I – Perfil do/da entrevistado/entrevistada

- 1) Local e ano de seu nascimento.
- 2) Estado civil.
- 3) Religião.
- 4) Nível de escolaridade da família (pai, mãe, irmãos, companheiro/a e filhos).
- 5) Situação familiar. Trabalham ou não.
- 6) Participação em alguma atividade política, cultural ou religiosa.

Eixo II – Formação

- 1) Universidade em que concluiu sua graduação.
- 2) O período em que ingressou no curso e concluiu a graduação.
- 3) Comente sobre o que é o Projeto Ético-Político da profissão.

Eixo III – Trajetória política geral

- 1) Se esteve ou está vinculada/o ou filiada/o a algum partido político?
- 2) Simpatiza com algum ou fez parte ou apóia algum grupo político ou partido?
- 3) Descreva o projeto político desse partido ou grupo político (principais ideias defendidas, bandeiras de luta, posições políticas, etc.).

4) Atualmente, você participa de alguma organização política? Como se deu sua inserção nessa organização? O MESS estabelece alguma relação com ela?

Eixo IV –Trajetória política no MESS

- 1) Comente o motivo do seu ingresso no MESS e a importância dessa inserção.
- 2) Durante quanto tempo, no período da sua graduação, você militou no MESS?
- 3) Em que período do curso você participou/militou na ENESSO? Qual o ano dessa participação?
- 4) Nome da gestão que você fez parte ou presenciou no seu período de militância no MESS. Comente sobre a mesma
- 5) Cite as chapas que concorreram nessa gestão. Estas tinham alguma relação com partido político? Qual?
- 6) Comente as principais divergências políticas dessas chapas que concorriam à Coordenação Nacional da ENESSO).
- 7) Existiam divergências internas entre os coordenadores nacionais da ENESSO da chapa que se elegeu?
- 8) Existiam pessoas filiadas a partidos políticos nessa gestão da ENESSO? E nas outras chapas que concorreram?
- 9) Quais os partidos políticos que existiam no MESS no seu tempo de militância? Quais se destacavam? Que grupo ou força política era hegemônico?
- 10) Quais as bandeiras de lutas que se destacavam?
- 11) Quais as principais disputas políticas nas plenárias dos ENESS?
- 12) No período dos governos Lula, as ações governamentais desenvolvidas principalmente as educacionais como REUNI, PROUNI etc, causavam divergências no MESS? Quais eram essas divergências?

ANEXO 2**DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO**

Eu, _____, autorizo a utilização e publicização das informações concedidas por mim nesta entrevista, como parte da pesquisa acadêmica com título provisório “Movimento Estudantil de Serviço Social e Partido Político: contradições no período dos governos Lula”, realizada pela mestranda Andréa Alice Rodrigues Silva, sob orientação da professora Zélia Pereira. Ressaltando que nas informações não constará nenhum tipo de identificação.

Recife, _____ de _____ de _____

Assinatura

ANEXO 3

CARTA LANÇADA NA LISTA DA EXECUTIVA MESS, APÓS O 37º ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS. ESTA FOI ESCRITA POR EX-MILITANTES DE VÁRIAS GERAÇÕES E CORRENTES DO MOVIMENTO.

Aos Estudantes de Serviço Social, Coordenadores Regionais da ENESSO e Diretorias de C.A.s e D.A.s do país.

Reunidos em Brasília por ocasião do 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS, nós, ex-militantes de várias gerações e correntes do movimento estudantil de Serviço Social nos dirigimos aos membros atuais da ENESSO, diretorias de CAs e Das e aos estudantes em geral, militantes do MESS e das forças políticas que nele atuam, no sentido de manifestar nossa preocupação com a ENESSO, que neste momento se encontra sem uma direção nacional eleita, em função de dificuldades políticas no último ENESS.

A ENESSO é patrimônio político do Serviço Social brasileiro, e foi construída por muitas mãos e forças políticas desde 1979, tendo sido Executiva Nacional, SESSUNE e ENESSO. Em seu âmbito se formaram gerações de assistentes sociais no campo do projeto ético-político, muitos hoje militantes do Conjunto CFESS/CRESS, da ABEPSS, da ALAEITS e dos movimentos de resistência à barbárie capitalista. Nesse momento de contra-reforma do ensino superior é mais do que nunca fundamental que a ENESSO esteja forte, representativa e estruturada.

Daí nosso chamado aos atuais militantes do MESS para que esta crise seja brevemente e de forma consistente superada, já que as tarefas são urgentes. Compreendemos que uma crise pode ter duas saídas: a de sua superação com aprendizado e saldo organizativo e político; ou seu aprofundamento levando a mais fragmentação e enfraquecimento. O entendimento da necessidade de ter uma entidade forte para incidir na luta social nesse momento histórico deve estar acima de diferenças que podem ser decididas no debate democrático. Nesse sentido, esperamos que prevaleça a maturidade, o aprendizado e a busca de uma solução negociada e democrática para o impasse da ENESSO. Elaine Rossetti Behring (RJ), Celso Severo (PE), Alison Cleiton (PB), Kelly Samara (PB), Sâmya Rodrigues Ramos (CE), Sâmbara Paula Ribeiro (CE), Rodriane de Oliveira (RJ), Andréia Carla Everton (MA), Edson Gonçalves Silva (PA), Maria Cristina de Queiroz Nobre (CE), Aurineide Maria Cunha (CE), Régia Maria Prado Pinto (CE), Adelina Maria Melo Feijão (CE), Rivânia Lúcia Moura de Anis (CE), Matheus Thomas (RJ), Elias de Souza Oliveira (PR), Marcelo Situonsky (PE), Charles Travezani de Jesus (ES), Tiago Barbosa dos Santos (SP), Thaísa Teixeira Closs (RS), Marylucia Mesquita Palmeira (CE), Leile Silvia C. Teixeira (GO), Fernanda da Silva Fernandes (DF), Ludmila Weizmann S. Levyski (DF), Janaína Loeffler de Almeida (MT), Conceição Rosa Paula Ferreira (MT), Thallyta de Carvalho Tomimatsu (DF), Maria Cristina Vidal Cardoso (DF), Érica Garcia Velasco (MT), Rosa Helena Stein (DF), Raimunda Nonata Carlos Ferreira (DF), Agostinho Soares Belo (PA), Lélia Penha Vianna Silva (MA), Terezinha de F. Rodrigues (SP), Albany Deudesca Silva (SE), Heleni Duarte Dantas de Araújo (BA), Wagner Antônio Alves Gomes (MG), Ruth Brito dos Santos (CE), Mauricleia Soares dos Santos (SP), Leonardo Pessoa Borges (PE), Marlene Merisse (SP), Kellen Cristina Dalcin (PR), Renata Marenziuzek dos Santos (PR), Ana Lúcia S. P. Baptista (PR), Áurea Santomi Fuziwara (SP), Joana Maria Gouveia Franco. (SP), Joice Figueiredo Ribeiro (PR), Érica Karla Melo e Silva (RN), Ivanete Boschetti (DF).

ANEXO 4

ESTATUTO DA ENESSO

Título I

Da Natureza e finalidade

Art. 1º – A Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) é a entidade máxima de representação d@s estudantes de Serviço Social do país, sem fins lucrativos, tendo suas coordenações regionais e nacional, eleitas anualmente no Encontro Regional de estudantes de Serviço Social (ERESS) e no Encontro Nacional (ENESS), respectivamente.

§1º A ENESSO garante sua autonomia estimulando, unificando e fortalecendo a luta de tod@s @s estudantes de Serviço Social por uma educação de qualidade, continuando a luta pela defesa da universidade pública, gratuita, democrática, laica, popular, de qualidade, com ensino presencial e conjuntamente com outros movimentos sociais, lute por um novo projeto societário.

§2º A ENESSO tem como sede a escola que for definida pelas(os) coordenadoras(es) desta.

Art.2º A ENESSO tem como finalidade:

- a) fomentar e potencializar a formação político-profissional das(os) estudantes de Serviço Social, bem como suas entidades representativas, através da realização de seminários, oficinas, participação nos pré-encontros, material informativo, construção de campanha relativas as lutas estudantis, gerais e da categoria, dentre outros;
- b) promover o fortalecimento político, organizacional das entidades de base (CAs e DAs) e apoiar sua construção e organização onde não existam;
- c) promover e participar do debate acerca das demandas das(os) estudantes de Serviço Social;
- d) garantir o contato permanente dos estudantes de Serviço Social com a categoria dos Assistentes Sociais, suas entidades nacionais e latino-americanas;
- e) viabilizar a integração com movimentos populares, sociais e classistas, buscando autonomia política e financeira dos mesmos, como forma de crescimento político das(os) estudantes e de reforço e ampliação das lutas desses movimentos;

f) consolidar o contato com as demais executivas de curso a fim de reforçar o papel destas no movimento estudantil e construir novas alternativas de luta para o movimento;

g) Apoiar, coordenar e organizar os encontros Locais, Estaduais, Regionais, Nacionais e Internacionais junto às escolas sede dos eventos, buscando a articulação com as demais entidades da categoria para a realização dos mesmos

Título II

Da Divisão Regional das Escolas

Art.3º Como forma de divisão organizacional para efeito de melhor atingir seus objetivos, a ENESSO será dividida em regionais, com a seguinte distribuição:

a) Região I - Acre, Amapá, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará, Maranhão e Piauí;

b) Região II - Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco;

c) Região III - Alagoas, Sergipe e Bahia;

d) Região IV - Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais (Uberlândia e Uberaba);

e) Região V - Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro;

f) Região VI - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

g) Região VII - São Paulo.

Parágrafo Único - A Coordenação Nacional e Regional da ENESSO, bem como representação Discente Nacional e Regional em ABEPSS deverá manter e fornecer a relação atualizada das escolas de Serviço Social de todo país constantemente, nos veículos de comunicação de acesso aos C.A.s/ D.As e demais estudantes de base, como disponibilizada no site da executiva.

Título III

Das Instâncias Deliberativas

Art.4º São instâncias deliberativas da ENESSO:

a) ENESS;

b) CONESS;

c) ERESS;

d) CORESS.

Seção I

Do Encontro Nacional dos Estudantes de Serviço Social

Art.5º O Encontro Nacional das (os) Estudantes em Serviço Social - ENESS é a instância máxima de deliberação do Movimento Estudantil de Serviço Social, que tem por objetivo reunir anualmente as (os) estudantes de todo país em torno dos temas pertinentes à conjuntura, movimento estudantil, universidade, formação ético-político-profissional, cultura, opressões e outros temas relevantes

ao Serviço Social, previamente definidos no CONESS, deliberando sobre o movimento e a organização política das (os) Estudantes de Serviço Social no país.

§1º A preparação do ENESS é de responsabilidade da comissão organizadora, composta por escola sede, ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, Representante Discente em ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e estudantes de outras escolas da região dispostos a contribuir com o Encontro.

1 - A ENESSO e REPRESENTAÇÃO discente em ABEPSS, como comissão organizadora DEVERÃO comunicar-se com as escolas, a fim de divulgar e incentivar a participação das (os) estudantes, e no período do Encontro Coordenar juntamente com as outras entidades que compõem a comissão organizadora todos os espaços do ENESS;

2 - A comissão organizadora deverá viabilizar infra-estrutura para a realização do encontro, respeitando a lei de acessibilidade, e divulgar com no mínimo 45 dias de antecedência data e valor do encontro, para as escolas de Serviço Social a comissão organizadora deverá se manter em diálogo constante;

3 - As escolas próximas à escola sede poderão compor a comissão organizadora, visando contribuir na viabilização da infra-estrutura e construção do encontro.

§2º Participam do ENESS com direito a voz e voto todos os estudantes de Serviço Social de todo o país, devendo para isso apresentar identificação escolar. E direito a apenas voz estudantes de outros cursos, categorias profissionais e comunidade em geral, com critérios de diferenciação (pulseiras, crachás, etc.).

Esclarecimento: Modificar a referência para Art. 22.

§3º -Dentre as (os) participantes do encontro têm direito a voto apenas as (os) estudantes de Serviço Social de escolas que estejam quites com as finanças da executiva de acordo com as alíneas a e d do art. 22 deste estatuto.

1 - O Regimento interno apresentará a dinâmica política e estrutural do Encontro, bem como do processo eleitoral de acordo com o Estatuto da ENESSO sendo sua aprovação submetida à plenária.

2 - Processo de votação do ENESS é por escola e se dará através do voto paritário com direito a três votos conforme regra de três simples.

a) os CA's e DA's que não estiverem quites com as finanças da executiva, de acordo com o título V das finanças e patrimônio desse estatuto, deverão fazer acordo no CONESS com a executiva e submeter à plenária a legitimidade desse acordo. Caso este não seja cumprido até o próximo CONESS a escola deverá ser submetida à plenária e a mesma decidirá se essa terá direito a voto;

b) que nas escolas onde não existam entidades de base (CAs e DAs) o voto não seja atrelado ao pagamento da anuidade;

c) que o voto das escolas que estão com CAs e DAs em processo de construção e reconstrução, não seja atrelada ao pagamento da anuidade, com um tempo de tolerância de no máximo dois anos, após sua abertura;

d) que a ENESSO forneça a listagem das escolas quites com as anuidades através da prestação de contas via boletins informativos distribuídos nos encontros e na lista da executiva.

e) que as escolas de modalidade de educação à distância tenham o voto por escola de cada estado, que se dará através do voto paritário com direito a três votos conforme regra de três simples.

f) as escolas que detêm o curso de serviço social em modalidades diferentes, tais como semi-presencial, presencial e ensino à distância no mesmo Estado separados por mais campi, com unidade administrativa e pedagógica única, deverão ter o voto facultado somente como uma única escola.

§3º Caso ocorra alteração nas deliberações do CONESS, acerca da programação, estas deverão ser encaminhadas para avaliação da coordenação nacional, regional, ABEPSS discente e escola sede, sendo que tais alterações devem ser repassadas para as escolas e participantes no prazo mínimo de até 15 dias antes do evento. A comissão organizadora deverá enviar aos coordenadores nacionais e que a mesma tenha o papel divulgar para as demais escolas de serviço social do país, num prazo de 45 dias o relatório das resoluções da plenária final do ENESS, incluindo prestação de contas.

Art.6º A plenária final do ENESS deverá:

a) deliberar o local do próximo CONESS e ENESS, sendo que a escola deverá ser eleita priorizando a rotatividade entre as regiões, e em caso de não haver proposição será a região seguinte;

b) avaliar, traçar planos de lutas, discutir o programa da ENESSO e eleger a próxima coordenação nacional da ENESSO, ficando a eleição das coordenações regionais para os ERESS de cada região, em que as mesmas assumirão sua gestão no próprio ERESS. Sendo o caderno de deliberações cumulativo, ou seja, que uma deliberação do ENESS só seja discutida novamente se questionada.

c) deliberar o local e o tema do próximo Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social - SNFPMESS.

Seção II

Do Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social

Art.7º O Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Serviço Social - CONESS reúne anualmente representantes das entidades estudantis de Serviço Social a nível Nacional para definir a pauta do ENESS e realizar discussões de formação política e profissional.

§1º O CONESS será realizado no mês de março, e o ENESS na segunda quinzena do mês de julho.

§2º A comissão organizadora deverá enviar aos coordenadores regionais num prazo de 15 dias, o relatório das resoluções da plenária final e a prestação de contas do CONESS.

§3º A comissão organizadora deverá divulgar a data do CONESS num prazo mínimo de 60 dias e a pauta em no mínimo 45 dias.

§4º Os participantes do CONESS deverão apresentar a Ata de posse do C.A/ D.A ou ata da assembléia que deliberou o representante da escola. Em caso de não haver C.A./ D.A. deverão se utilizar abaixo assinado com 20% das (os) estudantes que estudam na unidade de ensino.

§ 5º O CONESS poderá ser acionado em caráter extraordinário, com pelo menos 35 dias de antecedência pela ENESSO ou por 1/3 dos CAs e DAs, considerando as necessidades da escola sede do ENESS

§ 6º A preparação da infra-estrutura do CONESS é de responsabilidade da comissão organizadora (ENESSO, escola sede e Representação Estudantil em ABEPSS). No CONESS a comissão organizadora do ENESS deverá socializar a planilha de custos prevista do encontro bem como sua data oficial para divulgação.

Parágrafo Único - O processo de votação do CONESS é por escola e se dará através do voto paritário em que cada C.A/ D.A ou representante eleito em assembléia, tem direito a três votos conforme regra de três simples.

Seção III

Do Encontro Regional dos Estudantes de Serviço Social

Art.8º O Encontro Regional dos Estudantes de Serviço Social - ERESS é o encontro máximo de deliberação em cada região, que tem por objetivo reunir, anualmente, as (os) estudantes de toda região em torno de temas referentes à conjuntura, universidade, movimento estudantil, formação profissional, cultura, opressões e outras questões específicas de cada região previamente definidas pelo CORESS, aprofundando a discussão das prioridades da Coordenação Regional da ENESSO.

§1º A preparação da infra-estrutura do ERESS é de responsabilidade da comissão organizadora (ENESSO, escola sede e representação estudantil em ABEPSS).

1 - A comissão organizadora é composta pela: ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, escola sede e representação discente em ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - e com o apoio das escolas vizinhas que se propuserem.

2 - A comissão organizadora deverá viabilizar infra-estrutura para a realização do encontro, divulgar com no mínimo 45 dias de antecedência data e valor do encontro (sujeito a alteração), para as escolas de Serviço Social. Manter comunicação constante com a ENESSO e ABEPSS.

§2º Participam do ERESS com direito a voz e voto todos os estudantes de SeSo da região, devendo para isso apresentar identificação escolar. E direito a apenas voz estudantes de outras regiões, outros cursos, categorias profissionais e comunidade em geral, com critérios de diferenciação (pulseiras, crachás, etc.).

§3º Dentre as (os) participantes do encontro têm direito a voto apenas as (os) estudantes de Serviço Social das escolas da região que estejam quites com as finanças da executiva de acordo com as alíneas a e d do art. 22 deste estatuto.

1 - O regimento interno apresentará a dinâmica política e estrutural do Encontro, bem como do processo eleitoral de acordo com o Estatuto da ENESSO sendo sua aprovação submetida à plenária.

2 - Processo de votação do ERESS é por escola e se dará através do voto paritário com direito a três votos conforme regra de três simples.

a) os CAs e DAs que não estiverem quites com as finanças da executiva, de acordo com as alíneas a e b do artigo 22 desse estatuto, deverão fazer acordo no CORESS com a executiva e submeter à plenária a legitimidade desse acordo. Caso este não seja cumprido até o próximo CORESS a escola não poderá votar.

b) que nas escolas onde não existam entidades de base (CAs e DAs) o voto não seja atrelado ao pagamento da anuidade.

c) que o voto das escolas que estão com CAs e DAs em processo de construção e reconstrução, não seja atrelada ao pagamento da anuidade, com um tempo de tolerância de no máximo dois anos, após sua abertura.

d) que a ENESSO forneça a listagem das escolas quites com as anuidades através da prestação de contas via boletins informativos distribuídos nos encontros e na lista da executiva.

§3º Caso ocorra alteração nas deliberações do CORESS, acerca da programação, estas deverão ser encaminhadas para avaliação da coordenação nacional, regional, ABEPSS discente e escola sede, sendo que tais alterações devem ser repassadas para as escolas e participantes no prazo mínimo de até 15 dias antes do evento. A comissão organizadora deverá enviar aos coordenadores nacionais e regionais, e que as mesmas tenham o papel de divulgar para as demais escolas de serviço social do país, num prazo de 45 dias o relatório das resoluções da plenária final do ERESS, incluindo prestação de contas.

Art.9º A plenária final do ERESS deverá:

a) deliberar o local do próximo CORESS e ERESS priorizando a rotatividade entre os estados da região. Caso não seja deliberado o local, o mesmo deverá ser feito até 30 dias após o ERESS, articulação por conta da ENESSO;

b) deliberar o local e o tema do próximo Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social – SRFPMESS, dando prioridade a rotatividade dos estados. Caso não seja deliberado o local, o mesmo deverá ser feito em até 30 dias após o ERESS com a articulação da ENESSO.

c) avaliar, traçar planos de lutas regionais, discutir o programa da ENESSO e aprovar propostas somente como contribuição para o ENESS.

Seção IV

Do Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social

Art.10º O Conselho Regional de Entidades Estudantis de Serviço Social - CORESS reúne, anualmente, representantes de todas as entidades estudantis de Serviço Social a nível regional para definir a pauta do ERESS realizando discussões acerca da formação política e profissional.

a) O CORESS será realizado nos meses de dezembro ou janeiro, e o ERESS entre os meses de abril ou maio, de acordo com a realidade de cada região.

§ 1º O CORESS poderá ser acionado em caráter extraordinário pela coordenação regional ou por 1/3 dos CAs/DAs, sendo convocado com pelo menos 15 dias de antecedência, considerando as necessidades da região.

§2º A comissão organizadora deverá enviar as escolas da região num prazo de 15 dias, o relatório das resoluções da plenária final e a prestação de contas do CORESS.

§3º As (os) participantes do CONESS deverão apresentar a ata de posse do C.A/D.A ou ata da assembléia ou ofício reconhecido com assinatura que deliberou o representante da escola. Em caso de não haver C.A./ D.A. deverão se utilizar abaixo assinado com 20% das (os) estudantes que estudam na unidade de ensino.

§4º Só terá direito a voto no CORESS as entidades de base (CA/ DA) que estiverem quites com as finanças da executiva de acordo com as alíneas a, b e f do artigo 22 desse estatuto.

§5º O regimento interno do encontro determinará os procedimentos adotados durante o mesmo.

§6º A preparação da infra-estrutura do CORESS é de responsabilidade da comissão organizadora (ENESSO, escola sede e representação estudantil em ABEPSS).

Parágrafo Único - O processo de votação do CORESS é por escola e se dará através do voto paritário em que cada CA/DA ou representante eleito em assembléia tem direito a três votos conforme regra de três simples.

Seção V

Da Diretoria

Subseção I

Da Composição

Art. 11º A Coordenação Nacional de ENESSO, eleita anualmente no ENESS compõe-se de no mínimo 8 coordenadores no máximo 16, além dos coordenadores regionais, suplentes e secretários de escola. A coordenação nacional tem como competência garantir coordenações de finanças, secretaria, comunicação, formação político-profissional, movimentos sociais, cultura, opressões e relações internacionais.

§1º Os cargos descritos no artigo 11 deverão ser ocupados por estudantes de forma descentralizada, com uma composição das coordenações pertencentes, de no mínimo de 3 regiões e no máximo a totalidade das regiões, consonante com a

divisão estabelecida no art. 3 desse estatuto e componha a coordenação nacional ENESSO, sendo esta Diretoria um modelo de colegiado.

§2º As coordenações regionais deverão ser ocupadas por no mínimo dois representantes de cada região, respeitando os estados consoante divisão estabelecida no artigo 3º desse estatuto, e seus ocupantes serão eleitos pelas escolas em plenária regional autônoma durante a plenária final do ERESS, de acordo com os critérios definidos no regimento interno desse encontro. As chapas de cada região poderão indicar suplentes até o número de coordenadores regionais.

§3º A Coordenação Nacional se reunirá de acordo com suas necessidades com o objetivo de viabilizar formas de encaminhar as deliberações do ENESS, bem como tratar de questões referentes as (os) estudantes e fornecer subsídios para a formação profissional e política dos estudantes. Cabendo realizar dois planejamentos estratégicos nacional durante sua gestão, bem como os planejamentos estratégicos regionais.

Subseção II

Da Competência

Art. 12º Compete ao Coordenador de opressões:

- a) Fomentar a discussão como eixo central a questão social e a violação dos direitos humanos que se expressam na vida cotidiana através do racismo, machismo, xenofobia e demais opressões à classe trabalhadora e suas expressões.
- b) Articular com os movimentos sociais já existentes na defesa dos direitos humanos, buscando assim equiparar as desigualdades históricas, para garantir a transformação societária.

Parágrafo único: construir e principalmente garantir as discussões e os materiais na base (CA's e DA's), bem como nos encontros deliberativos do MESS (CORESS, ERESS, CONESS E ENESS).

Art.13º Compete a Secretaria:

- a) secretariar reuniões, assembléias, encontros e outros eventos promovidos pela ENESSO;
- b) preparar e expedir correspondências e demais expedientes da ENESSO;
- c) organizar os dados e documentos necessários aos serviços da Secretaria, bem como documentar material produzido enquanto registro da história do Movimento Estudantil via CAs/DAs e coordenações Regionais;
- d) requerer às escolas sede dos encontros nacionais/ regionais, as atas, sistematizações e outras documentações destes para os anais da ENESSO.

Art.14º Compete à Coordenação de Finanças:

- a) controlar o recebimento de contribuições, auxílio e subvenções destinadas à Entidade;

b) organizar e acompanhar a execução do plano de receitas e despesas da ENESSO;

c) movimentar as contas bancárias;

d) manter em dia toda a escrituração da ENESSO e apresentar prestação de contas no ENESS ou quando solicitado pelas entidades de base;

Art.15º Compete à coordenação de comunicação:

a) sistematizar e divulgar as informações da ENESSO, das escolas, dos movimentos estudantis, sociais e populares, da categoria dos Assistentes Sociais, bem como de entidades nacionais e internacionais estudantis e profissionais de Serviço Social, através de boletins, informativos, jornais e outros veículos de comunicação;

b) manter articulação com a FENEX e contato com os demais espaços de organização do ME Nacional, os representantes e entidades de outros cursos responsáveis pela informação do ME.

Art.16º Compete ao Secretário (a) de Formação Político-Profissional:

a) contribuir para o processo de intervenção político-pedagógica dos estudantes, em conjunto com as representações estudantis em ABEPSS, no sentido de garantir, ampliar e afirmar a respeitabilidade acadêmica diante da categoria profissional e do movimento estudantil;

b) fomentar e potencializar junto às representações estudantis em ABEPSS, no processo de formação acadêmica a nível de produção científica de ensino extensão e dos desafios postos à formação profissional.

c) Que a ENESSO disponibilize aos CA's e DA's por meio de correio eletrônico uma cartilha básica sobre a lógica da organização do MESS, tal como suas siglas (CORESS, ELESS, ERESS, CONESS, ENESS, SRFPMESS, SNFPMESS, ENESSO, ABEPSS e outros) regimento interno de mesa, votação e inscrição. Essa cartilha deve ser socializada num prazo máximo de 6 meses após a posse da nova gestão da ENESSO.

Art.17º Compete ao coordenador (a) de Movimentos Sociais:

a) garantir a articulação do movimento estudantil de Serviço Social com os demais movimentos sociais reforçando a importância de sua participação no mesmo;

b) fortalecer a luta do movimento estudantil de Serviço Social junto aos outros movimentos sociais a ponto de contribuir de forma significativa para a construção de um novo projeto societário;

c) estimular a participação da ENESSO e entidades de base e demais estudantes junto aos fóruns e entidades desses movimentos sociais;

Art. 18º Compete à coordenação de cultura:

a) promover um aprofundamento do conhecimento acerca das expressões culturais de cada estado, incentivando as produções artísticas e culturais.

b) fomentar uma política cultural que crie mecanismos de organização dos estudantes no sentido de ampliar a produção e o acúmulo de conhecimento, permitindo a abertura ao diálogo ideológico, suscitando, pois a manifestação de diferentes níveis de expressão.

Art.19º Compete à Coordenação de Relações Internacionais:

a) articular o Movimento Estudantil de Serviço Social com outros movimentos estudantis e de trabalhadores da América Latina e de demais países;

b) buscar formas de enfrentamento junto aos estudantes de outros países, ampliando as possibilidades de luta do Serviço Social, garantindo a perspectiva de totalidade;

c) incentivar a participação nos fóruns internacionais de estudantes e da categoria de Serviço Social.

Art.20º Compete as Coordenações e Sub-Coordenações Regionais:

a) efetivar um trabalho entre os coordenadores de CAs/ DAs, potencializando a dimensão político-organizacional da região;

b) elaborar e fazer executar o programa integrado a programação nacional e outras atividades que sejam necessárias ao funcionamento da região;

c) encaminhar propostas à Coordenação da ENESSO no que se refere ao movimento estudantil e a formação profissional;

d) sistematizar e divulgar as informações das escolas, do Movimento Estudantil, e da categoria dos Assistentes Sociais, bem como a realidade regional, através de boletins, informativos, jornais e outros veículos de comunicação;

e) assessorar as escolas para potencializar a formação política dos CAs / DAs.

f) socializar e divulgar uma política cultural que crie mecanismos de aglutinação dos estudantes no sentido de ampliar a produção e o acúmulo de conhecimento, permitindo a abertura ao diálogo ideológico, suscitando, pois a manifestação de diferentes níveis de expressão.

Art. 21º Compete aos Secretários de escola:

a) efetivar um trabalho de interlocução da escola com as coordenações regionais na dimensão político-referencial da escola.

b) articular e fomentar a criação e efetivação dos CA's e DA's, fortalecendo o trabalho político das escolas e região.

c) encaminhar propostas da base para a ENESSO no que se refere os eixos da Executiva;

d) potencializar a formação política da escola conjuntamente ao CA e DA, sistematizando e divulgando as informações da escola.

e) as escolas formatadas em pólos ou em campi, poderão deliberar um secretário para cada pólo ou campi.

Parágrafo único: o secretário de escola será eleito através de assembléia geral das escolas, encerrando seu papel político no próximo ERESS, podendo ser reeleito, caso haja necessidade, podendo ser revogado em assembléia geral da escola.

Título IV

Das Instâncias Organizativas

Art.22º A ENESSO realizará bienalmente e de forma alternada Seminários Nacionais e Regionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social, reunindo os estudantes de Serviço Social a nível nacional ou regional, bem como suas entidades representativas , categorias profissionais em nível nacional ou regional e a comunidade em geral.

§1º Esses seminários se constituem numa instância de discussão e proposição acerca da formação profissional, do movimento estudantil e, em especial, da formação político-pedagógica das (os) estudantes e de suas entidades representativas.

§2º Nesses fóruns resguardar-se-ão espaços destinados à apresentação de produções discentes, oriundas da iniciação científica, extensão, estágio curricular e monografias de conclusão de curso, proporcionando a socialização da produção acadêmica no âmbito nacional ou regional colocado no tripé ensino, pesquisa e extensão;

§3º A definição e o formato da apresentação ficam a cargo da comissão organizadora do evento, que deverá divulgar os critérios de apresentação com pelo menos 90 dias de antecedência.

§4º O Seminário Nacional de Formação Profissional e Movimento Estudantil em Serviço Social acontecerá nos anos ímpares e o Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudante de Serviço Social nos anos pares.

§5º A comissão organizadora deverá enviar aos coordenadores regionais, num prazo de 30 dias um relatório do encontro e prestação de contas, o que garantirá direito ao voto das (os) estudantes da escola sede, comprovando a isenção da anuidade.

§6º A indicação da representação discente em ABEPSS será aprovada no seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social.

Título V

Das Finanças e do Patrimônio

Art.23º Compõem as finanças da ENESSO:

a) redução da anuidade para meio salário mínimo.

b) repasse do lucro líquido do CONESS, CORESS, ERESS e ENESS, a ser feito pela escola sede e divididos da seguinte forma: 40% para a ENESSO: 20% para a coordenação nacional e 20% para a coordenação regional, 40% para a escola sede e 20% para a representação estudantil em ABEPSS (nacional ou regional, de

acordo com o caráter do encontro), no prazo de 30 dias após a realização de cada evento;

c) repasse do lucro líquido do SNFPMESS a ser feito pela escola sede, será dividido da seguinte forma: 40% para a ENESSO, sendo 20% para a Coordenação Nacional e 20% para a Coordenação Regional, 20% para a Representação estudantil em ABEPSS Nacional e 40% para a escola sede.

d) repasse do lucro líquido do SRFPMESS a ser feito pela escola sede, será dividido da seguinte forma: 40% para a ENESSO, sendo 20% para a Coordenação Nacional e 20 % para a Coordenação Regional, 20% Para a Representação estudantil em ABEPSS Regional e 40% para a escola sede.

e) quaisquer doações feitas à ENESSO, que não fira a autonomia e independência do Movimento Estudantil, sendo referendada nos encontros deliberativos.

Art.24° As escolas sede do ENESS, ERESS, CONESS, CORESS, Seminários Nacionais e Regionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social não pagarão a anuidade descrita na alínea a do artigo 22.

Art.25° O Patrimônio da ENESSO será administrado pela coordenação.

Título VI

Do Processo de Eleição

Art.26° A eleição da ENESSO será realizada na Plenária final do ENESS e a chapa eleita terá o mandato de um ano.

Art.27° São elegíveis todas (os) as (os) estudantes de Serviço Social devidamente credenciado no ENESS e ERESS desde que ainda estejam no curso ao término do mandato.

Parágrafo único - São inelegíveis os membros da comissão eleitoral.

Art.28° As chapas deverão ser inscritas juntamente à Coordenação Nacional da ENESSO durante o ENESS, até 24 horas antes do início da Plenária Final, preenchendo os seguintes requisitos:

Parágrafo Único - Salvo no XXXII ENESS, devido a discussão estatutária.

a) indicar um fiscal por chapa;

b) deverá corresponder as determinações do artigo 11 desse Estatuto, devendo constar os nomes completos dos componentes da chapa e respectivas escolas.

Art.29° A comissão eleitoral é composta por dois representantes de cada chapa e um representante da atual diretoria da ENESSO, 24 horas antes do início da plenária final.

§1° Salvo no XXXII ENESS, devido a discussão estatutária.

§2° O representante da coordenação da ENESSO é escolhido em reunião da coordenação nacional.

Art.30° A Comissão eleitoral encaminhará o Processo de votação.

Art.31° O processo eleitoral se dará por votação.

Art.32° A chapa inscrita será eleita se obtiver a maioria simples dos votos das escolas presentes.

Parágrafo Único – Em caso de empate será submetida à plenária um novo processo de debate e eleição.

Art.33° Ao final do pleito, a comissão eleitoral deverá apresentar um relatório final com os resultados do pleito que será entregue à comissão organizadora do encontro.

Art.34° A eleição da nova coordenação nacional deverá acontecer no penúltimo dia do ENESS.

Título VII

Das disposições Gerais e Finais

Art.35° Havendo prejuízo na organização do ENESS, CONESS, ERESS, CORESS e Seminários Nacionais e Regionais de Formação Profissional Movimento Estudantil em Serviço Social, este deverá ser dividido pela escola sede, Coordenação Nacional e Regional da ENESSO, conforme percentuais definidos na alínea b e c do artigo 22 desse Estatuto.

Art.36° Os Coordenadores e suplente de cada região poderá ser indicado pelo conjunto das (os) estudantes reunidos em ERESS de cada região e votado em plenária no ERESS e legitimado na plenária final, tendo sua competências descritas no artigo 19, alíneas a, b, c, d e e.

Art.37° A diretoria não é remunerada pelos serviços prestados.

Art.38° A coordenação Nacional e regional, assim como os secretários de escola, não terão seus cargos remunerados.

Art.39° Este estatuto será revisto a cada três anos, salvo mediante solicitação de pelo menos 1/3 das Escolas.

Art.40° em caso de suspeita de fraude:

- a) que seja garantido "questão de ordem" em qualquer processo deliberativo pela coordenação da mesa;
- b) que seja garantido a apuração imediata da denúncia pela coordenação da mesa;
- c) constatada a fraude e identificado o autor(a) desta, que se retorne ao início da votação do artigo em que foi paralisado o processo. a sanção é proposta e deliberada pela plenária.

Art.41° Os casos omissos a este Estatuto serão resolvidos pelas coordenações e havendo necessidade será convocada uma assembléia extraordinária de estudantes de serviço social.

Art.42° Este estatuto rege a Entidade e entrará em vigor a partir da data de sua aprovação.

Teresina, 24 de julho de 2010.